



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Acta n.º 271** -----

----- Aos vinte e um dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do Artigo 3.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----

----- Ponto dois: "Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano da Câmara Municipal de Anadia, para o ano dois mil e dez (2010), de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA";-----

----- Ponto três: "Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Anadia, para o ano dois mil e dez (2010), de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto quatro: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS, referente ao ano dois mil e nove (2009), de acordo com o estabelecido na alínea h), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA";-----

----- Ponto cinco: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de lançamento da Derrama, referente ao ano dois mil e nove (2009), de acordo com o estabelecido na alínea f), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA";-----

----- Ponto seis: "Eleição de quatro pessoas para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Anadia, nos termos da alínea I), do Artigo 2.º, da Portaria n.º 1226-DZ/2000, de 30 de Dezembro";-----

----- Ponto sete: "Eleição de seis cidadãos de reconhecida idoneidade, devendo dois deles representar os estabelecimentos de ensino sediados no Município, para integrarem o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea I), do n.º 1, do Artigo 4.º, do Regulamento Definitivo do mesmo Conselho Municipal";-----

----- Ponto oito: "Eleição de um cidadão para integrar o Conselho Consultivo do Hospital José Luciano de Castro de Anadia, nos termos da alínea b), do n.º 1, do Artigo 16.º, do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto";-----

----- Ponto nove: "Eleição de um cidadão para integrar a Comissão Municipal prevista no n.º 4 do Artigo 7.º, da Lei n.º 12/2004, de 30 de Março, que estabelece o regime de autorização a que estão sujeitas a instalação e a modificação de estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso em livre serviço e a instalação de conjuntos comerciais";-----

----- Ponto dez: "Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia que, em representação das Freguesias do Concelho, irá integrar o Conselho Municipal da Educação, conforme dispõe a alínea e), do n.º 1, do Artigo 3.º, do Regimento do mesmo Conselho Municipal";-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ponto onze: "Eleição de um autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, nos termos da alínea e), do n.º 2, do Artigo 157.º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto";-----

----- Ponto doze: "Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia em representação dos seus pares para compor a Assembleia Distrital, de acordo com o previsto na alínea b), do Artigo 2.º, do Decreto-lei n.º 5/91, de 8 de Janeiro";-----

----- Ponto treze: "Eleição de cinco membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - Baixo Vouga, nos termos da alínea b), do n.º 2, do Artigo 13.º, dos respectivos Estatutos";-----

----- Ponto catorze: "Eleição de um representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho da Comunidade dos Agrupamentos dos Centros de Saúde (ACES) Baixo Vouga I, que integra os Centros de Saúde de Águeda, Anadia, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga, nos termos da alínea b), do n.º 1, do Artigo 31.º, do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro";-

----- Ponto quinze: "Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, nos termos da alínea b), do n.º 1, do Artigo 3.º-D, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho";-----

----- Ponto dezasseis: "Conflitos na junção e localização da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos e Secundária, de Anadia".-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas catorze horas e trinta minutos.-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PSD;-----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PSD;-----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PSD;-----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PSD;-----
- • Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca – GM do PS;-----
- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-PP;-----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PSD;-----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PSD;-----
- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----
- • José Lagoa Duarte – GM do PSD;-----
- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PSD;-----
- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----
- • João Alves Morais – GM da CDU;-----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PSD;-----
- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM da CDS-PP;-----
- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PSD;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS; -----
----- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PSD;-----
----- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PSD;-----
----- • Tiago Pereira Coelho – GM do PS;-----
----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:
----- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguiim;-----
----- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PSD - PJF da Amoreira da Gândara;-----
----- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PSD – PJF de Ancas; -----
----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PSD - PJF de Arcos;-----
----- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----
----- • Manuel Baptista Veiga – GM do PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----
----- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores; -----
----- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PSD – PJF da Moita;-----
----- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PSD – PJF de Óis do Bairro;-----
----- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PSD – PJF de Paredes do Bairro; a)-----
----- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PSD – PJF de Sangalhos;-----
----- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;-----
----- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PSD – PJF de Tamengos;-----
----- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----
----- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----
----- a) Foi substituído por Albano Eduardo Rodrigues dos Santos
----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:
----- • Litério Augusto Marques – PSD – Presidente;-----
----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PSD - Vereadora e Vice-Presidente;-----
----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----
----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PSD – Vereador;-----
----- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----
----- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PSD – Vereadora. -----
----- Do executivo camarário não compareceu à sessão o seguinte membro:
----- • Aníbal José Franco Ferreira – PSD - Vereador.-----
----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia de vinte e um de Dezembro e, de imediato, informou de que na conferência de líderes realizada da parte da manhã tinha sido aceite uma proposta da APPACDM de Anadia no sentido daquela Instituição se apresentar à sessão em curso para brindar a Assembleia com um cântico de Reis. De seguida, passou a palavra ao Presidente da APPACDM de Anadia, Senhor Acácio Lucas, que começou por cumprimentar os presentes e, dirigindo-se ao Plenário, referiu que a Instituição tinha adquirido uma nova viatura para o transporte dos seus utentes (a qual se encontrava estacionada mesmo em frente ao edifício dos Paços do Concelho),



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estando, assim, receptiva a todo o apoio possível no sentido de liquidar a despesa realizada com a sua aquisição. Nesse sentido, apelou à imprescindível colaboração de todos os membros da Assembleia Municipal, em especial à dos Presidentes das quinze Juntas de Freguesia e à da Câmara Municipal de Anadia, de acordo com as possibilidades, de forma a minimizar a despesa realizada. Terminou, não sem antes deixar de agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, aos Senhores Deputados, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o facto de terem recebido a Instituição, na expectativa do melhor acolhimento do seu pedido, acima de tudo, de solidariedade para com a causa.-----

----- Brindada que foi a Assembleia Municipal com o cântico de Reis protagonizado pela APPACDM de Anadia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a participação da Instituição na sessão da Assembleia Municipal em curso. Decorrida a intervenção, deu a conhecer ao Plenário do pedido de substituição apresentado à Mesa para a sessão então iniciada, do Senhor Deputado Joaquim Moreira Cruz, do Grupo Municipal do PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Paredes do Bairro, apresentado nos termos do Artigo 16.º (Substituição do Presidente da Junta de Freguesia) do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, no qual vem solicitar a sua substituição por Albano Eduardo Rodrigues dos Santos.-----

----- Conferida e processada a substituição do Senhor Deputado Joaquim Moreira Cruz, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à discussão da acta número duzentos e setenta, da sessão ordinária de vinte e seis de Outubro último, primeira sessão da Assembleia Municipal eleita para o quadriénio dois mil e nove/dois mil e treze, a qual tinha sido previamente distribuída aos Senhores Deputados nos termos Regimentais.-----

----- No período de discussão, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal que começou por saudar os presentes e aproveitou para desejar a todos boas festas, Bom Natal e Bom Ano Novo. De imediato, fez uma observação breve e simples à acta em discussão, fazendo referência à palavra “graça” constante da sua página nove, na reprodução da sua intervenção, numa das últimas linhas, que deveria ser substituída por “grassa”.-----

----- Não tendo havido mais pedidos de intervenção por parte dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao processo de votação da sobredita acta, do qual resultou a sua aprovação por maioria, com trinta e três votos a favor, zero votos contra e uma abstenção.-----

----- Decorrido o período de discussão e votação da acta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário da apresentação, por parte do Grupo Municipal do CDS-PP, de diversos documentos, os quais passou a ler, a saber:-----

----- Um primeiro que dizia respeito a uma comunicação, cujo conteúdo se passa a transcrever: “Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões e João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, Deputados Municipais directamente eleitos pelo CDS-PP nas últimas eleições autárquicas, vêm, nos termos da Lei e do Artigo 21.º do RAMA, comunicar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal a constituição do Grupo Municipal do CDS/PP – Anadia, com esta mesma designação, tendo por direcção aqueles Deputados Municipais. Sendo representante, do Grupo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal do CDS/PP – Anadia, o Deputado Municipal Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, que no seu impedimento ou por substabelecimento será representado pelo Deputado Municipal João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo.”;

----- Um segundo documento respeitante a uma comunicação/informação, com o seguinte teor: “O Grupo Municipal do CDS/PP – Anadia, vem, junto do Plenário, informar/dar conhecimento do seguinte: No dia três de Dezembro de dois mil e nove fizeram uma visita, a convite da QUERCUS e da Aquaecuriva, às Zonas Industriais de Amoreira da Gândara e Vilarinho do Bairro, na presença de órgãos de comunicação social. No decurso da visita, verificaram-se vários ataques ao meio ambiente, nomeadamente com execução de terraplanagens, corte indiscriminado de árvores e deposição, quer de lixos, quer de resíduos de construção, em áreas afectas à REN.”;

----- O terceiro documento, referenciado como requerimento/informação/elementos, com o seguinte teor: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia. No cumprimento do disposto no Artigo 53.º, n.º 1, alínea f), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, transrito no Artigo 3.º, n.º 1, alínea f), do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, o Grupo Municipal do CDS – Partido Popular da Assembleia Municipal de Anadia vem por este meio requerer a V. Exa. que, procedendo nos termos da alínea e), do nº 1 do Artigo 46.º-A, do referido diploma, solicite ao Executivo Camarário, na pessoa do seu Presidente, a prestação, por escrito, das seguintes informações/elementos: 1) Sendo do conhecimento público os problemas que a água tem causado à população em geral, cumpre questionar o Executivo: - A água de Anadia é potável? 2) Para que não restem dúvidas, sejam fornecidas cópias das mais recentes análises efectuadas à água da rede de distribuição de água à cidade de Anadia, pela Câmara Municipal e pela Administração Regional de Saúde do Centro, I.P..”;

----- Entretanto, e uma vez levantadas duas questões pelo Grupo Municipal do CDS-PP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às mesmas, resposta que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Para começar, há que esclarecer: primeiro, áreas afectas à REN, portanto, onde, segundo o Grupo do CDS, houve actividade da Câmara Municipal. Eu quero dizer que a Câmara Municipal não interveio e aguarda uma inspecção, que falta só agendar a data, para que sejam esclarecidas. O resultado dessa inspecção será comunicado ao CDS. Quanto à água potável, estamos disponíveis para dar todas as informações e, como elas são pedidas por escrito, dá-las-ei por escrito também. Muito obrigado.”

----- Decorrido o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, para referir o que de seguida se tenta transcrever na íntegra: “Desculpem. Não é uma intervenção no período de antes da ordem do dia, é só uma questão prévia, só para dizer o seguinte: nós recebemos os vossos cálculos sobre os tempos atribuídos a cada Partido, não entendemos os vossos cálculos. Nos nossos cálculos há ligeiras diferenças, da maneira como a gente lê o



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Regulamento, faz as contas e o aplica. Portanto, não digo agora, se calhar não há tempo hoje. Nós reivindicamos algo mais que os dezoito minutos, mas é qualquer coisa que a gente tem que esclarecer quando tivermos tempo. Portanto, nós temos reservas acerca daqueles números ali. E não só até aí, doutros Partidos, penso que têm razões de queixa, mas cada um fará as contas que entender."-----

----- No seguimento da questão exposta pelo Senhor Deputado Cardoso Leal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para esclarecer o que de imediato se passa a tentar transcrever na íntegra: "Relativamente a essa questão, eu gostaria de lhe dizer que nos dois telefonemas que tive consigo, na sexta-feira e no sábado, lhe recordei que hoje, às onze da manhã, tínhamos uma reunião de líderes para tratarmos exactamente disto. Não esteve ninguém representado do Partido Socialista. Peço imensa desculpa, mas não esteve."-----

----- De imediato, o Senhor Deputado Cardoso Leal voltou a intervir, intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Bem. Realmente, tivemos um telefonema na sexta-feira, talvez tenha sido falha minha, não fiquei nada com essa ideia. Realmente, fiquei com a ideia que iria receber um telefonema, às onze horas, sobre um ponto concreto que lhe coloquei. Peço imensa desculpa. Talvez tenha sido falha minha, mas não tive nenhuma ideia de ter uma reunião consigo às onze horas. Estava cá às onze horas."-----

----- Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu o que seguidamente se passa a tentar transcrever na íntegra: "Sem pretendermos entrar em diálogo, recorda-se que inclusivamente me solicitou que levasse à sua colega de bancada os tempos? Pronto."-----

----- Em resposta, o Senhor Deputado Cardoso Leal disse o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Tudo bem. Estamos de acordo com tudo, menos nessa ideia, que talvez tenha sido falha minha, atenção. Mas realmente não tinha nada a ideia de ter uma reunião às onze horas, se a tivesse, faria todo o possível para lá estar, com certeza. Estava cá e, portanto, há aí um equívoco. Peço desculpa, da minha parte."-----

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Azevedo, que concluiu a intervenção que de imediato se passa a tentar transcrever na íntegra: "Em nome do Grupo Municipal do CDS-PP de Anadia, quero manifestar a minha indignação por não termos recebido o telefonema para estar presente na reunião."-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "O Senhor Deputado Cardoso Leal também não recebeu. Foi ele que me telefonou. Os Senhores, como todos os outros, receberam um convite via e-mail para estar presentes hoje de manhã. Os mails não vieram para trás, portanto, essas coisas eu não discuto. Lamento imenso, eu essas coisas não discuto. E quero dizer que não telefonei ao Senhor Cardoso Leal, foi o Senhor Cardoso Leal que me telefonou por outros assunto e nós falámos também desse assunto. Correcto."-----

----- Uma vez mais em posse da palavra, o Senhor Deputado João Tiago Azevedo fez a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Portanto, há uma proposta do Grupo Municipal do CDS-PP de Anadia de criação e regulamentação do Conselho Municipal de Juventude de Anadia, que já foi entregue à Mesa. Há um requerimento para ter resposta às perguntas feitas em dois mil e oito, no dia doze do doze de dois mil e oito à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, relativamente à questão do Parque de Campismo da Curia. Até hoje não houve resposta ao requerimento feito sobre o Parque, conforme documentos que se juntam e que já foram entregues à Mesa. Há um requerimento também para consultar os projectos do Velódromo e Pavilhão Multiusos, incluindo os procedimentos de contratação. Há uma proposta para criação de uma comissão. A rede de esgotos está a libertar com frequência efluentes para a rede hídrica por falta de conservação. Assim sendo, é urgente nomear uma comissão para auditoria às ETAR's e rede de esgotos. Se estiverem de acordo, os digníssimos Deputados Municipais. Há um requerimento para informação sobre o estádio e evolução da tramitação procedural do PDM de Anadia, dirigido ao Senhor Presidente da Câmara. Há um requerimento para saber como está a ser utilizado e ocupado todo o edificado do TecnoParque. Há um requerimento relativamente à requalificação urbana de Anadia – a consulta do projecto. E é só."-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Terminou a sua intervenção? É que isso não me escusa de ler o que tenho à minha frente. O Senhor não fundamentou aquilo que está a propor, terei eu que fundamentar. Se o Senhor diz que faz uma proposta, tem que dizer em que termos é que essa proposta é feita. Se o Senhor pede uma deliberação, eu tenho de dizer em que termos é que ela é feita. Eu pensei que era isso que o Senhor ia fazer. Então não percebi a sua intervenção, peço desculpa. Portanto, vamos continuar, como é óbvio."-----

----- Entretanto, passou a ler os documentos que tinham sido apresentados à Mesa pelo Grupo Municipal do CDS-PP: "No cumprimento do Artigo 53º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, transscrito no Artigo 3º, n.º 1, alínea f), do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, o Grupo Municipal do CDS – Partido Popular da Assembleia Municipal de Anadia vem por este meio expor e requerer a V. Exa. o seguinte: No dia 12/12/2008, o ora Deputado Municipal João Tiago castelo Branco, na qualidade de Presidente da Concelhia do CDS - Partido Popular de Anadia, apresentou um requerimento, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Anadia, referente ao Parque Municipal de Campismo da Curia (Cfr. Doc. n.º 1, que se junta em anexo e se considera reproduzido para todos os devidos e legais efeitos). Relativamente a tal requerimento não obteve o requerente qualquer resposta, até hoje. Assim sendo, e procedendo nos termos da alínea e), do n.º 1 do Artigo 46º-A, do referido diploma, solicite ao Executivo Camarário, na pessoa do seu Presidente, a prestação, por escrito, das seguintes informações: 1) Quais os montantes pecuniários subsidiados e dos municipais já gastos com o Parque Municipal de Campismo da Curia? 2) Indicar o porquê do Parque estar inactivo há tantos anos e qual o destino que ao mesmo vai ser dado? O Grupo Municipal do CDS – Partido Popular de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anadia, nos termos do Artigo 20.º, n.º 1, alínea e), recomenda à Câmara Municipal para que tome todas as providências para que a situação de insegurança e insalubridade cesse imediatamente.". No final, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o requerimento que tinha acabado de ler iria ser remetido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, uma vez que era a quem estava dirigido.

----- Continuando, passou a ler uma informação/elementos, também dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com o seguinte teor: "No cumprimento do disposto no Artigo 53.º, n.º 1, alínea f), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, transcreto no Artigo 3.º, n.º 1, alínea f), do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, o Grupo Municipal do CDS – Partido Popular da Assembleia Municipal de Anadia vem por este meio requerer a V. Exa. que, procedendo nos termos da alínea e), do n.º 1 do Artigo 46.º-A, do referido diploma, solicite ao Executivo Camarário, na pessoa do seu Presidente, para aceder aos infra-indicados elementos/informações através de consulta. Com efeito, considerando que: 1) É pertinente saber qual o ponto da situação do concurso (foi adjudicado ou não?); 2) Necessidade da construção de um edifício novo para serviços de proximidade (loja do cidadão); 3) Subocupação do Centro Cultural de Anadia, no Vale Santo; 4) A necessidade de aproveitamento do Património Edificado do Antigo Mercado Municipal; 5) O desconhecimento sobre o que vai ser construído no espaço do Antigo Cinema S. Jorge, já demolido; Torna-se necessária a consulta do: - Projecto de regeneração do centro urbano de Anadia." No final, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o requerimento que tinha acabado de ler, e à semelhança do anterior, iria ser remetido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

----- Esgotado que se encontrava o tempo para o Grupo Municipal do CDS-PP intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou o que faria com os restantes documentos, que ainda faltava publicitar, tendo, em resposta a uma indicação daquele Grupo, assegurado que lhes seria entregue comprovativo da sua apresentação.

----- Não deixou, entretanto, de esclarecer o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Aquilo que diz o Regimento da Assembleia Municipal de Anadia é que a gestão do tempo disponível é da inteira responsabilidade dos respectivos Grupos Municipais. Portanto, eu perguntei há bocadinho se o Senhor queria apresentar as coisas. O Senhor disse que sim senhor, que as ia apresentar. Apresentar é fundamentar. Neste órgão, tudo aquilo que se apresenta é fundamentado. Portanto, o Senhor tem que ter em consciência que eu a ler aquilo que os Senhor pretendem, esgotei os vossos sete minutos. Dei-vos a oportunidade de o fazer, os Senhores entenderam que devia ser eu a fazê-lo, eu fi-lo. Portanto, é exactamente essa a situação que está. O Regulamento é perfeitamente claro em relação a estas situações e, portanto, é uma questão de verificar essa situação. Nós utilizámos onze minutos. Não foram sete, foram onze."

----- Entretanto, e reaberto que se encontrava o período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Pedro Dias, do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Grupo Municipal do PSD, que efectuou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Excelentíssima Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Excelentíssimos representantes das bancadas nesta Assembleia, comunicação social, Senhoras e Senhores. Esta minha intervenção surge no âmbito de uma saudação que queremos dar também pela iniciativa municipal, relativamente a um assunto que consideramos de interesse geral. Referimo-nos às comemorações do quinto aniversário da elevação de Anadia a cidade. Creio que é um marco que deverá ser registado nesta Assembleia e, daí, a nossa intervenção. Em nome da bancada Municipal do PSD, queremos deixar aqui uma reflexão relativamente à fórmula que consideramos não ter sido nada populista, adoptada pelo Executivo Camarário, através de uma intenção proactiva de uma concepção abrangente e sistémica para assinalar uma efeméride do género. Não há um padrão definido mundialmente relativamente à acepção e ao conceito do que será uma cidade. Portanto, isto diverge pelos diversos países. A título de exemplo, na Dinamarca, para considerarmos uma cidade, bastariam duzentos e cinquenta habitantes, numa comunidade urbana. Na Islândia, cerca de trezentos habitantes, ou na França cerca de dois mil habitantes. A elevação da cidade surge como uma resposta natural a uma estratégia de desenvolvimento que tem sido pensada e concretizada pelo PSD neste Município. Os critérios de atribuição, merecida, a cidade, não surgem só pelos fundamentos ditos quantitativos e demográficos para essa atribuição. Daí, também, as características e os critérios ditos qualitativos para tal. Anadia é hoje, inegavelmente, uma cidade que oferece condições em termos de qualidade de vida. Dotou-se Anadia, não só com equipamentos e infra-estruturas fundamentais em consonância com as condições e as necessidades reais das pessoas. Estas áreas fundamentais para que Anadia se elevasse a cidade, foram atingidas e, naturalmente, que após esta conquista, urgia consubstanciar qualitativamente todo o vasto de equipamento visível. Neste sentido, não poderíamos deixar aqui esquecida esta efeméride. Durante quatro dias, com início a nove de Dezembro até dia doze, a Autarquia desenvolveu um conjunto de iniciativas, fundamentalmente culturais, lúdicas, desportivas, na oferta de exposições artísticas, ateliers de artes plásticas diversos, música, teatro, espectáculos e actividades desportivas, a título inteiramente gratuito. Além de terem disponibilizado actividades por toda a população, procurou-se, também, reforçar fundamentalmente laços de partilha com as diversas Instituições locais, de índole cultural. Refiro-me ao Musicanto, aos Rouxinóis, Sons de Avelãs, Grupo Raízes Verde Pinho, Senhor Nuno Moura e, também, a Instituições de âmbito local que têm responsabilidades, digamos, estratégicas na nossa região e, nomeadamente, no sector vitivinícola. Refiro-me à Estação Vitivinícola da Bairrada, à Comissão Vitivinícola e também a Instituições de cariz social, como a Misericórdia de Anadia. Foi dado ênfase, nesta efeméride, a actividades que se dirigiam, fundamentalmente, a crianças e jovens, muitos deles com necessidades educativas e sociais manifestadas. Mediante a colaboração com artistas plásticos de referência nacional, com o objectivo primordial de estimular a criatividade e de fomentar a aproximação e identificação da comunidade com os espaços públicos. É de saudar o facto destas comemorações ser evidente



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que a aposta principal deste Executivo passa agora por dinamizar, cada vez mais, os equipamentos construídos, assumindo esses espaços, como espaços de inclusão, cidadania, aprendizagem e espaço de oportunidades. Se nestas comemorações se lêem as páginas de outrora, através da visita, nomeadamente a espaços de cariz museológico, elas escrevem também uma narrativa que é muito própria: é um discurso de modernidade e de cosmopolitismo que faz parte do léxico daqueles Municípios que se querem inovadores e ambiciosos, como Anadia evidencia estar. A grande aposta das cidades do século XXI terá que ser baseada no primado fundamental que é a qualidade de vida. Não temos quaisquer tipo de dúvidas, que estamos no rumo certo para a criação de um concelho mais desenvolvido e sustentado. Portanto, era esta saudação que o Grupo e a bancada do PSD queria deixar aqui registado nesta Assembleia. E aproveito, também, para desejar as boas festas a todas as bancadas."-----

----- Concluída a intervenção protagonizada pelo Senhor Deputado Pedro Dias, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Cérca, do Grupo Municipal do PS, que efectuou a intervenção que de seguida se tenta transcrever na íntegra: "Senhores elementos da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados. Sendo eu uma estreante nesta Assembleia, quero dizer-vos quanto me honra ser Deputada no concelho que me viu nascer e assumir, perante todos, a minha disponibilidade para um trabalho válido na discussão dos assuntos de Anadia, para que Anadia esteja no topo do desenvolvimento. Neste contexto, foi Vossa Excelência, Senhor Presidente da Câmara, distinguido com o prémio mérito desportivo, personalidade do ano. Quero saudá-lo por esse prémio, que o engrandece a si, como Presidente de Câmara, e enobrece Sangalhos por continuar a estar directamente ligado à história do ciclismo nacional. Esperamos, agora, que este empreendimento retire os frutos desse mérito, que também é partilhado com o actual Governo. Tenho dito."-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Coelho, do Grupo Municipal do PS, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Boa tarde a todos e a todas, os presentes. Gostaria de um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara. No seguimento do Decreto-Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, onde estabelece o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude, a Bancada do Partido Socialista gostaria de saber que o Executivo os informasse, tendo sido também já deliberado em anterior reunião do Executivo, em que ponto é que se encontram os processos da instalação dos mesmos."-----

----- Para responder à interpelação do Senhor Deputado Tiago Coelho, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que concluiu a breve intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Então, boa tarde, Senhor Deputado. Naturalmente que já há deliberação da Câmara. Os trabalhos decorrem para que a elaboração deste Conselho Municipal de Juventude se efectue de acordo com a Lei."-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Deputado Dino Augusto Rasga, do Grupo Municipal do PSD, que completou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: "Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores, muito boa tarde. É com satisfação que temos vindo a registar o aparecimento, no nosso concelho, de infra-estruturas desportivas de grande qualidade. O seu valor e qualidade são tão reconhecidos, que a própria Confederação do Desporto de Portugal atribuiu, e já esta tarde aqui foi falado neste prémio, mas os prémios penso que nunca será demais repeti-los, atribuiu a Vossa Excelência, Senhor Presidente da Câmara, o prémio de mérito desportivo, personalidade do ano. Mas, a maior satisfação que temos quando visitamos as instalações desportivas, é vermos que não são só espaços desportivos, mas locais onde se pratica desporto, desde os muito jovens na mira de iniciar uma carreira gloriosa, até aos menos jovens na perspectiva de manterem a sua actividade física. E, se temos instalações, e se temos atletas, será natural que apareçam os campeões e a Câmara Municipal, atenta a esta realidade, premiou alguns Anadienses pelo mérito alcançado neste campo desportivo. No dia um de Outubro, foi homenageado o jovem ciclista, Nelson Oliveira, que brilhantemente conquistou a medalha de prata no Campeonato do Mundo de Contra Relógio Sub-23. No dia vinte de Novembro, este salão foi palco de mais uma homenagem que, tanto quanto sabemos, será inédita. Foram homenageados quatro árbitros de futebol: a Ana Amorim, o Carlos Taveira e o Rui Tiago Patrício, sendo já certezas, são ainda esperanças pelo que ainda podem alcançar. Quanto ao Fernando Martins, esta homenagem será, sem sombra de dúvida, um prémio para a brilhante carreira. Termino, lançando um desafio ao Senhor Vereador do Desporto. Portugal foi escolhido para organizar duas fases finais em hóquei em patins: o Europeu de Sub-20 de dois mil e onze, e a fase final do Europeu de Selecções A de dois mil e doze. Anadia já foi capital do hóquei europeu. Por que não uma candidatura a uma destas fases finais? Muito obrigado. Tenho dito."-----

----- Para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Coelho, do Grupo Municipal do PS, que concluiu o que de seguida se tenta transcrever na íntegra: "Gostaria apenas de relembrar o Executivo Camarário, no seguimento do Artigo 27º da mesma Lei, que prevê o regime transitório, e que o mesmo já terminou a dezoito de Setembro do corrente ano."-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, que proferiu o que a seguir se tenta transcrever na íntegra: "Desejaria, a propósito da saudação feita pelo Grupo Municipal do PSD, sobre os cinco anos de elevação de Anadia a cidade, dizer que nos associamos a essa saudação, fazendo reservas, de qualquer maneira, a alguns considerandos laudatórios da Câmara, que naturalmente compreendemos do lado do PSD. Nós não os fazemos. Temos algumas críticas a fazer. Pensamos que Anadia pode ser mais cidade do que é. De qualquer maneira, abstraindo desses considerandos, associamo-nos e somos solidários com essa saudação. Muito obrigado."-----

----- No seguimento das três intervenções efectuadas, o Senhor Presidente da Assembleia



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que passou a responder da forma que se tenta transcrever na íntegra: "Bem, só para dizer naturalmente aqui ao Senhor Deputado Tiago que estamos atentos a toda esta evolução e iremos, naturalmente, no tempo adequado para o efeito, ter, como todos os outros Municípios, o nosso Conselho a funcionar. Se tiver alguma dúvida, o serviço funciona na Câmara, pode passar por cá que naturalmente há trocas sempre de correspondência com as entidades que vão, de certa maneira, controlar e naturalmente acompanhar estes Conselhos e, portanto, nós estamos a trabalhar nisso, não queremos fugir a isso. Aliás, fomos os primeiros, como sabe, a deliberar sobre o assunto. Muito obrigado."-----

----- Decorrido o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, que completou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: "Ora, boa tarde a todos. Excelentíssimos Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Presidentes de Junta, Comunicação Social e estimado público. Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara de Anadia, e tendo em atenção a última notícia dada pela responsável do Agrupamento das Unidades de Saúde, em que iriam, muito em breve, ser colocadas ao serviço da população do nosso concelho, unidade de cuidados personalizados de Sangalhos e unidade de Anadia. Eu pergunto se o Senhor Presidente já tem conhecimento e se me pode explicar como é que isso funciona, porquanto ela não explicou nada na sua entrevista que deu à comunicação social. Se o Senhor Presidente da Câmara Municipal recebeu alguma documentação e se nos pode informar."-----

----- Para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, resposta que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Como sabe, Senhor Deputado, a quem aproveito para cumprimentar, como sabe, os problemas da saúde ainda não são tutelados pela Câmara Municipal de Anadia. E, o que eu digo, é aquilo que muitas vezes eu sei por informação dos jornais, das pessoas mais ou menos ligadas aos sectores, não é, naturalmente, uma informação oficial. Eu disse, penso que se refere a isso, que a consulta aberta que tinha os dias mais ou menos definidos para sobreviver e que iriam ser criados novo tipo de atendimento ao público, aos doentes naturalmente do concelho de Anadia. Não fui esclarecido, até hoje, qual seria a nova fórmula de atendimento. Sei aquilo que o Senhor provavelmente sabe, a informação está generalizada. E, portanto, aguardo que os serviços de saúde competentes, se entenderem que a Câmara tem uma palavra prévia a dizer, que nos comuniquem como é que vai a procissão. Até aqui não lhe posso dizer nada. Seria mera especulação, porque, oficialmente, não tenho qualquer informação. Muito obrigado."-----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, que proferiu as palavras que de seguida se tentam transcrever na íntegra: "Bom, uma vez que o Senhor Presidente não tem qualquer conhecimento, eu vou-lhe adiantar já algumas coisas. Após o funcionamento dessas duas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

unidades que vão ser implantadas no nosso concelho, e futuramente ao encerramento da consulta aberta, algo de mau vem para o nosso concelho. E vem de mau, por quê? Porque se, infelizmente, o Senhor Presidente da Câmara de Anadia se tiver necessidade de ser assistido e se estiver fora da área a que a sua residência fica inserida nessa unidade de saúde, é-lhe recusado qualquer apoio. Portanto, os utentes da unidade de saúde do concelho de, por exemplo, de Anadia, que vai englobar as freguesias de Moita, Aguiim, Tamengos, Mogofores, Arcos e Avelãs de Cima, só podem ser atendidos nessa unidade de saúde familiar. Se o Senhor Presidente pertence a Vilarinho, se tiver aqui um AVC, não pode ser atendido, portanto, morre por falta de assistência. Isto quando a consulta aberta encerrar. Portanto, isto é uma das informações que eu posso informar o Senhor Presidente, para que o Senhor Presidente tome nota e peça informação, porque uma vez que não a tem é a informação que eu tenho. Já agora, também gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, aquando da realização da Feira da Vinha e do Vinho, foi criado, o Senhor Presidente instituiu que a entrada de um euro era para criar um Fundo Social. Eu gostaria que o Senhor Presidente, decorrida a realização da Feira e, consequentemente, já a aprovação das contas, gostaria de saber se já foi aplicado alguma verba desse Fundo Social, e a quem pessoalmente, ou qualquer entidade ou associação que necessite de apoio no nosso concelho, qualquer colectividade. É só, no momento."-----

----- Para responder ao Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, resposta que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Quanto ao problema a que se refere, portanto, da consulta aberta e naturalmente dos dois, chamemos-lhe agrupamentos, que não é esse o nome, porque eu não tenho informação para definir exactamente. Quero-lhe dizer que estamos cá, não para especular, falar sobre assuntos que não conhecemos, todavia, estou convencido que a Câmara se reconhecer, quando essas medidas que me está a anunciar, que me está a informar, segundo diz, e eu agradeço a informação, só que lhe quero dizer que ela terá para mim a validade quando estiver implantada ou à beira disso. É nesse momento que a Câmara tomará, Câmara em si, a sua natural, aplicará, por certo, pareceres adequados à situação. Não há problema nenhum. Mas naturalmente também lhe digo aqui que a esta Assembleia não compete só naturalmente questionar, mas sim, numa situação que à partida me parece tão gravosa, em especial porque, enfim, fala de falta de assistência que pode levar a casos fatais, eu, portanto, quero-lhe dizer que também esta Assembleia se deve preocupar. É nesse sentido que devolvo um pouco a responsabilidade também, se isso vier a acontecer, a esta Assembleia, não é só a Câmara. Vamos todos ter de tomar medidas adequadas para defender exactamente essa situação. Mas, por princípio, eu não reajo por antecipação. Aguardo para ver. Muitas coisas são ditas todos os dias na comunicação social e que, chega-se a altura, ou é alterado pelo Governo, que é aquele quem decide nestes casos, ou, então, são as próprias coisas que são infundadas, as próprias notícias são infundadas, portanto, a Câmara não pode andar ao sabor do diz que é assim ou diz que é de outra forma. De qualquer maneira, quero dizer aqui ao Senhor Deputado que estaremos atentos a essas evoluções e tomaremos, na altura certa, a atitude que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entendermos ser tomada, e isto sempre em defesa, naturalmente, de todos aqueles que precisam dos cuidados de saúde no nosso concelho. Quanto ao Fundo Social, quero-lhe também dizer que o Fundo Social está constituído. Estamos exactamente, é nossa intenção, numa das próximas reuniões do próximo ano, da Câmara Municipal, criar as condições para aplicar as verbas disponíveis para o efeito. Portanto, nessa altura, daremos conta disso a quem nos solicitar naturalmente essa informação. Neste momento, estão as contas, está toda esta organização, está a funcionar, mas ainda não está a sua aplicação no terreno. Isto não é um assunto fácil. O dinheiro é de muita gente e, portanto, há que ter algum cuidado em aplicá-lo. E é esse cuidado que queremos ter e, quando forem reunidas condições, estaremos, naturalmente, preparados para o fazer. Acho que nunca é tarde para ajudar. Muito obrigado."----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS, que completou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Comunicação Social, Digníssimo Público. Eu gostaria de intervir nesta matéria da saúde porque eu pensava que estas questões ligadas à saúde eram tratadas, digamos, com cuidado, com serenidade e com propostas concretas para melhorar os cuidados de saúde no concelho de Anadia. Não estava à espera de continuarmos, num novo mandato, a falar sobre problemas da saúde em Anadia, mas que não levem a soluções concretas dos nossos problemas. E, de facto, estou um pouco constrangido, até, em falar do problema porque não esperava, de facto, esta intervenção da parte do Senhor Morais, porque só o Senhor Morais descobre estas coisas que, de facto, pelo menos que eu saiba, do conhecimento público não são, do conhecimento do Senhor Presidente da Câmara não são. Ninguém se manifesta nesta matéria, apenas o Senhor Morais continua avançado relativamente às ideias que o Governo tem para a saúde e, portanto, continua a fazer alarde de algumas situações que, francamente, não vi em lado nenhum. E, o único comentário que me merece esta situação, e que eu gostava de ver esclarecido, por parte do Senhor Presidente da Câmara, tem a ver com as suas afirmações na última reunião que tivemos no passado mês de Setembro, em que ele dizia que após uma reunião com a Dr.ª Ana Oliveira, ficou com a convicção de que a Senhora Dr.ª lhe transmitiu a ideia de que a consulta aberta iria encerrar. Ora, nós vimos, penso que todos, numa última entrevista que a Dr.ª Ana Oliveira deu ao Jornal da Bairrada, em que ela, de facto, diz que a consulta aberta é para manter, o que significa haver aqui uma contradição entre a ideia com que o Senhor Presidente da Câmara ficou na tal reunião que nos transmitiu, e a ideia que ela transmite agora nesta entrevista ao Jornal da Bairrada. Eu gostava, portanto, que o Senhor Presidente da Câmara nos esclarecesse, de facto, se tem mais alguns contactos, se algo há de mais concreto e se, de facto, aquela ideia com que ficou na última reunião foi ultrapassada, ou não. Isso, sim, é que me parece a questão, os problemas concretos da área da saúde que nós temos que acompanhar e que temos que fiscalizar. Estamos aqui todos para fiscalizar



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exactamente isso. E isso parece-me que é um problema concreto. Gostava de ouvir o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara. Muito obrigado."-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder, o que fez da forma que se tenta transcrever na íntegra: "O Senhor Eng.^º Rui Marinha, neste momento mudou de posição. Está no lugar de Deputado Municipal, a quem eu desejo, sinceramente, as maiores felicidades. Mas, ó Senhor Deputado. Eu só falo uma vez. Se a Senhora, portanto, responsável pelos serviços de saúde na área fala mais do que uma vez, o problema é dela. Portanto, não tenho mais nada a comentar."-----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado João Morais, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "É só para informar aqui o Senhor Deputado Rui Marinha que o Deputado João Morais quando aponta estes problemas que afectam a população do nosso concelho é porque tem alguma informação. E, não lhe vou dizer de onde surgiu a informação que eu solicitei ao Senhor Presidente da Câmara para ele tomar nota. Mas, quero-lhe dizer que nós não fazemos espionagem política, de maneira nenhuma. Fazemos isso, sim, espionagem de informação de assuntos de defesa das populações. Isso é a nossa preocupação. E, como tal, está dito. Aguardamos pela reentrada do serviço e depois veremos se será melhor ou pior para a população. Se for melhor, terá o meu apoio e o meu voto. Se for pior, terá a minha contestação e o meu voto contra. É tudo."-----

----- Decorrido o direito de resposta do Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de antes da ordem do dia e, de imediato, deu início ao período da ordem do dia, no âmbito do qual apresentou o seu ponto um: "*Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do Artigo 3.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)*". Para introduzir o ponto, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, introdução que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Os comentários que tenho a fazer são poucos, até porque quisemos, nestes documentos, dar uma informação exaustiva daquilo que temos vindo a fazer. Portanto, eles estão aí, está enumerado aí as principais acções. É evidente que não estão todas. Temos uma administração directa permanente, que todos os dias, portanto, faz alguma coisa que não pode estar aqui naturalmente transcrita. Mas, é razão evidente para mostrar que as eleições não serviram naturalmente de um interregno do nosso trabalho. Continuamos com a mesma actividade, continuamos a trabalhar com a mesma determinação, que efectivamente o concelho precisa e naturalmente merece. Portanto, está aqui o documento, mais para informação do que propriamente para qualquer esclarecimento suplementar da minha parte. Todavia, estou disponível para o fazer. Obrigado, Senhor Presidente."-----

----- No período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Castelo Branco para uma primeira



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção, a qual se passa a tentar transcrever na íntegra: "Nos termos do Artigo 68.º, n.º 4, da Lei 169/99, com as devidas alterações, é obrigatório que da informação escrita do Presidente da Câmara conste a actividade da Câmara e os respectivos resultados nas associações e federações de municípios, empresas, cooperativas, fundações ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado. Isso não foi feito. Deve também constar obrigatoriamente o saldo e o estado actual das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e o estado actualizado dos mesmos, nos termos do Artigo 53.º, n.º 1, alínea e), do citado diploma legal. Isto, também não foi feito. Muito obrigado."-----

----- Na sequência da intervenção protagonizada pelo Senhor Deputado Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal adiantou, desde logo, ao Senhor Deputado que as três últimas folhas que acompanharam o documento, falavam da relação de processos judiciais pendentes, pelo que pensava que a sua última questão não faria sentido.-----

----- Entretanto, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os necessários esclarecimentos, o que fez da forma que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Eu penso que este tipo de informação foi sempre aquele que foi dado. Nunca escamoteámos, nem nunca escondemos qualquer tipo de actuação desta Câmara. A transparência tem sido total. Eu deixo aqui um pedido de atenção para que aquilo que falte efectivamente, que digam, porque está tudo ao alcance, naturalmente, dos nossos Deputados e, naturalmente, até da população do concelho de Anadia. Não vejo aqui qualquer dificuldade. As contas são públicas. Nós temos quase toda a publicação na Internet, a nossa situação com fornecedores. Tudo isso está patente, naturalmente, na informação normal que damos aos nossos munícipes e, naturalmente, aos nossos Deputados. O documento em causa, penso que reflecte exactamente tudo aquilo que efectivamente nos é exigível. Todavia, se alguma lacuna aqui está, façam o favor de o apresentar à Câmara que, numa próxima edição, será naturalmente rectificado. Muito obrigado."-----

----- Para voltar a intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Castelo Branco que declarou o que se tenta transcrever na íntegra: "O Grupo do CDS-PP Anadia não pode votar de uma situação em que não é cumprida a Lei. Efectivamente, onde é que estão os recursos hierárquicos? Onde é que estão as reclamações? Onde é que está a demonstração das dívidas actual dos fornecedores? Onde é que isso está, Senhor Presidente? Diga-me, que eu não encontro aqui na documentação que me foi enviada."-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o Senhor Deputado Tiago Castelo Branco quanto ao facto de que o documento em apreço não iria ser submetido a votação.-----

----- Retomando o seu discurso, o Senhor Deputado Tiago Castelo Branco proferiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Onde é que estão os resultados nas associações e federações de municípios, empresas, cooperativas, fundações ou outras entidades em que o Município tenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado. WRC, por



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exemplo. Onde é que estão os dados da WRC? Não estão, Senhor Presidente. Nós não podemos votar a favor numa situação que é ilegal. Muito obrigado."-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal reiterou ao Senhor Deputado Municipal que o ponto em discussão não teria qualquer votação e, portanto, como o Senhor Presidente da Câmara Municipal já tinha solicitado aos Senhores Deputados para indicarem eventuais falhas no documento, informou o Senhor Deputado que deveria fazer chegar as questões que considerasse estarem em falta, porque o Senhor Presidente da Câmara se tinha comprometido a repor a situação numa próxima edição do ponto em questão. Uma vez mais, e não havendo lugar a votação, disse não compreender onde o Senhor Deputado queria chegar quando dizia que não poderia votar o documento.-----

----- Para acrescentar qualquer esclarecimento que entendesse por conveniente, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que completou o que se tenta transcrever na íntegra: "Bem, o grande desejo de votar é para contrariar. Mas ó Senhor Deputado, sabe que o Senhor tem de ver que é jovem nestas andanças e, como nós temos aqui, mesmo mais velhos, temos necessidade de uma aprendizagem permanente, agradecemos, naturalmente, todos os dados positivos para que estes documentos venham essencialmente melhorados. Sabe que as contas da WRC e todas as contas com quem mantemos relações em termos empresariais que são tornadas públicas, têm as suas Assembleias-Gerais, têm as suas votações e, portanto, nada disso aqui está escondido. Se não vem no documento e tiver de vir, nós juntamos isto hoje, de hoje a três meses. Quer dizer, estamos realmente a fazer com que as associações tenham de nos prestar contas, associações ou empresas a quem estamos directa ou indirectamente ligados, ter de nos prestar contas permanentemente. O Senhor, dá-me a ideia, que está convencido que nós queremos ocultar aqui alguma coisa. Não é o nosso caso, nem será nunca. Portanto, Senhor Deputado, esteja tranquilo que aquilo que precisar, as informações que precisar, e para aprovar aquilo que, infelizmente, o Senhor nem vê que não é preciso aprovar, que eu estou-lhe a dar conhecimento, é uma obrigação de acordo com o Decreto. Portanto, esteja descansado, desta vez não pode votar contra. Muito obrigado."-----

----- Para outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, que completou o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Senhor Presidente. É só um pedido de esclarecimento, por favor. É que aqui na informação diz-nos que, portanto, tudo isto decorre entre o período de vinte e seis do dez de dois mil e nove, ou seja, da altura da tomada de posse, e a presente data. E, portanto, eu queria certificar-me só se de facto é verdade, ou seja, se este relatório que aqui é apresentado, é efectivamente deste mês e meio de trabalhos desenvolvidos pela Câmara Municipal."-----

----- Para responder à interpelação feita pelo Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, resposta que se tenta transcrever na íntegra: "Ó Senhor Deputado. Como sabe, basta analisar, digamos, a espécie de trabalhos que aqui estão, sabe que não é naturalmente um trabalho deste trimestre, isto é sequencial. Provavelmente, algumas destas obras que aqui hoje



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

são enumeradas, voltarão a vir numa próxima informação. E, portanto, o Senhor sabe que é assim. Não pode ser de outra maneira. Isso era uma maravilha que eu conseguisse, aqui como gestor da Câmara neste momento, conseguisse isto. Isto é dar informação daquilo que está a acontecer, com passado, presente e, também, ao mesmo tempo, dar uma perspectiva de futuro. Mas, só podemos ir até ao presente, como reconhece, não é. Portanto, penso que o esclareci."-----

----- Decorrido o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais que concluiu a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Eu gostaria aqui um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara. Aquando da última Assembleia, em que chamei a atenção aqui o Senhor Presidente da pavimentação das ruas na freguesia de Sangalhos, Amoreira da Gândara, São João de Azenha, Avelãs de Cima, o Senhor Presidente disse que não tinha autorização para comprar tapete. Não é verdade? O Senhor afirmou isso. Eu agora pergunto por que motivo é que continua-se a não pavimentar as ruas, posso-lhe citar algumas da minha freguesia, quase na totalidade. No entanto, aqui na sede do concelho, até vielas e pequenas entradas para habitações foram pavimentadas. Portanto, a Câmara, no seu último mandato, aprovou um empréstimo financiamento empréstimo, disse o Senhor Presidente, que era para desenvolver todo o concelho na área do saneamento, pavimentação de estradas, etc., etc.. Eu pergunto, no saneamento, Sangalhos continuam várias ruas com falta de saneamento, cito-lhe Paraimo, Sangalhos, na Rua da Sangal ou mais conhecida pela rua do Serrado, São João de Azenha, Videiro. E aqui, um munícipe dirigiu-se, por escrito, à Autarquia a pedir-lhe, a solicitar-lhe a cisterna para vazar a fossa por três vezes. Não lhe foi dada qualquer resposta. Recorreu aos Serviços Municipalizados de Águeda. Ele pergunta, pediu-me na última Assembleia de Freguesia em Sangalhos, para interpelar o Senhor Presidente da Câmara como há-de proceder no futuro, ou se, nessa altura, o saneamento já estará ligado no Videiro. Também no ramal de águas, portanto, eu pergunto ao Senhor Presidente se a Autarquia tem ideias de apresentar uma candidatura a fundos comunitários para substituir as condutas de amianto na freguesia de Arcos, Sangalhos e Mogofores. E chamo a atenção porque, se calhar, como disse, que iríamos ter problemas na água. Infelizmente elas aconteceram, ainda não temos a realidade da causa, mas, se calhar, dentro de pouco tempo voltamos a ter novos problemas. E como eu disse, que para o PCP primeiro está a saúde e as pessoas, é isso que eu lhe pergunto, se tem, ou não, algum pedido a fundos comunitários? Também aqui nas ETAR's, há uns dois anos, houve um Deputado aqui também da oposição que interpelou o Senhor Presidente da Câmara de Anadia sobre a desanexação ou a limpeza da ETAR junto ao caminho-de-ferro em Mogofores. Senhor Presidente diz que iria, com o tempo, proceder à limpeza dessa ETAR. Ela ainda funciona. Ela ainda funciona, essa ETAR. No entanto, já está ligado à ETAR de Sangalhos. Peço que o Senhor Presidente me esclareça. Também aqui o Senhor Presidente, obras por empreitada. O Senhor Presidente informou, na inauguração do Centro de Alto Rendimento de Sangalhos – Velódromo Nacional, diz aqui na documentação da Câmara, Alto



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rendimento de Sangalhos. Mas não é o que lá está escrito. Lá diz Velódromo do Município de Anadia. Portanto, eu gostaria que o Senhor Presidente me esclarecesse se é de facto Centro de Alto Rendimento Nacional de Sangalhos, ou se é concelho de Anadia. E se estão concluídas ou não, porque o Senhor Presidente diz aqui que elas estão a concluir. Lá informou que estava completada a obra. Houve pressa de alguém em inaugurar, da Autarquia, e também do Governo. Portanto, a obra não está concluída, e o Senhor Presidente está aqui a dar o dito por dito de facto que não está. Pronto, e é isto agora aqui sobre este."-----

----- Para responder à interpelação do Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que completou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Bem, eu tenho realmente, tinha aqui, eu não vou utilizar este tempo todo, porque também naturalmente há coisas que não têm que ter resposta. Mas, acho coisas interessantes. Para o Senhor Morais, primeiro estão a saúde e as pessoas. Para nós também. Diz que o dito não dito. A obra está concluída e, depois, até diz Centro de Alto Rendimento, está lá de Anadia, devia ser Sangalhos. É uma guerra que o Senhor Deputado tem de realmente de ter com os Sangalhenses. Se eles preferem lá a obra ou queriam lá antes de fazer a obra o nome Sangalhos, ou Anadia, ou outra coisa qualquer. Eu acho que até deviam Centro de Alto Rendimento do Paraimo. Isso é que deviam pôr lá. Porque é lá que ela está localizada, está a perceber. Mas, como isto cada um puxa realmente a brasa à sua sardinha, eu não vou atrás dessa conversa. O que eu quis foi a obra e está concluída para os fins que a concebi. Sabe quais foram os fins? Ciclismo. Está concluída. Simplesmente o Governo entendeu, e bem, porque eu para mim tanto me importa que seja outro Governo, como este, ou outro, eu quero é um Governo que me ajude a resolver naturalmente os problemas que eu tenho no meu concelho. E, conto sempre com aqueles que estão no momento a gerir o País. Portanto, à partida, está tudo conforme eu prometi. O Governo entendeu, e repito, e bem, que devia fazer-se mais. E está-se a fazer. O Senhor Deputado, se o Senhor não sabe, e é isso que às vezes muitas pessoas não sabem, mas por acaso estava aqui um Senhor Deputado - que há indivíduos que gostam desta casa de forma permanente - estava aqui um Senhor Deputado e ouviu a abertura de um concurso, de mais de trezentos mil contos, ou seja, mil e seiscentos, mil e setecentos euros, à volta disso, para, um milhão, digo, para naturalmente pôr mais obras a concurso, dentro do Pavilhão construído e concluído de Sangalhos. Portanto, não se enganam aqui as pessoas, é assim. Tem aqui muitas coisas, problemas com água. Eu acho que sim. Se aquela notícia, às vezes, são notícias que vêm, não vêm atempadamente à tona. Quer dizer, se aquela notícia da água contaminada, como alguém dizia, viesse antes das eleições, era um show. Mas não foi, por acaso foi depois. Portanto, eu não tenho aqui que explicar como é que está a água ou como é que não está. Ela esteve sempre boa, esteve sempre como deve ser. Quero-lhe dizer, para seu governo, porque às vezes dá-me a ideia que você que tem um governo próprio, que esteve aqui a inspecção das águas a verificar o estado das águas, percebeu. E, portanto, não nos disse nada, estava tudo normal, aliás, como não podia deixar de ser, portanto, é mera especulação. Houve muita gente



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que esteve contra mim quando foi das eleições, que se atreveu a andar de rua em rua, quase de casa em casa, quase com um chocalho, a dizer que a água estava imprópria para consumo. Nunca ninguém provou, pelo contrário, nós é que provámos que a nossa água era igual. Portanto, estes problemas a respeito das águas, das coisas com amianto, eu expliquei-lhe aqui nesta casa. A Câmara Municipal de Anadia não pode dar-se ao luxo de arrancar todas as condutas que tem enterradas, portanto, de materiais menos adequados, segundo dizem - eu não sou especialista na matéria – para fazer toda a substituição. Vai ter de ser o Estado, Senhor Deputado, o Governo. Vai ter de ser esse de dotar as Câmaras de verbas adequadas para o fazer, porque esse é que tem a prioridade de cuidar da saúde pública, da saúde de todos os portugueses. O Senhor sabe que não são só, o Senhor vai aí a Pavilhões Municipais, Nacionais, vai a liceus, a escolas, e encontra-as cobertas com fibrocimento. Portanto, não brinque com coisas. Realmente, a sua iniciativa e do seu Partido em termos de ter tudo é extraordinário. Porque ela é contra o pagamento de impostos das pessoas, é contra tudo aquilo que penalize as pessoas. Eu só me resta pensar numa coisa: há outros meios de arranjar dinheiro, não há? Será que o Partido Comunista, e o Senhor, naturalmente, encontra esses meios diferentes daqueles que nós queremos? É que esse é que é o grande problema. Nós não temos dinheiro, e como no temos dinheiro, não vamos fazer aquilo que não nos atrevemos a fazer. É o Governo que tem de tratar do concelho de Anadia, de Oliveira do Bairro, de Cantanhede, e de todos aqueles que têm águas, porque há concelhos que têm distribuição de águas há muito mais anos. Agora, uma coisa lhe garanto, onde há intervenção em profundidade, nas estradas e no saneamento, temos vindo, de forma sistemática, a substituir todas as redes. E é isso que financeiramente temos capacidade para fazer. Isso é que temos realmente capacidade para fazer. Portanto, quanto a estes problemas, temos muitos. Que eu não tinha possibilidade de comprar o tapete. Não. Até, repare numa coisa, era muito mais cômodo para mim, ter-lhe-ia ganho por muito mais em Sangalhos, se fizesse lá essas estradas que o Senhor diz que faltam. Mas eu não quis. Não quis realmente hipotecar, pôr em dificuldade a nossa Câmara, percebeu. Financeiramente, quero-a equilibrada, e isso fiz. Portanto, não comprei porque não tinha, que entendi que não era prioritário, porque entendi que havia outras. Porque, provavelmente o Senhor diz que foi em pequenos becos que se alcatroaram, mas se calhar é nesses pequenos becos que está a exclusão e o Presidente da Câmara foi, pelo menos, minimizar essa exclusão. Isso é que é preciso que se saiba. Portanto, meu amigo, não venha com esta coisa, que é próprio, que eu entendo perfeitamente, isto é um fórum extraordinário onde cada um deve dizer aquilo que sente, mas, naturalmente, que não goze com as situações. Isto é tudo muito sério. O Presidente da Câmara não é novo nestas coisas, em feito, dentro das possibilidades, aquilo que é possível, nunca o desejável, porque isso é inteiramente impossível, mas lá iremos resolver muitos dos problemas que aqui aponta, o caso das ETAR's, o caso do saneamento, lá iremos. Mas, vamos tratá-los de forma igualitária. Para nós são todos munícipes e, naturalmente, que há sempre uns que beneficiam primeiro, ou pela localização, pela centralidade, ou qualquer coisa, têm essas prioridades. Está assim definido na Lei e assim continuaremos a fazer. Portanto, eu penso



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não é com estas que você ainda vai ganhar desta vez, não. A próxima é só daqui a quatro anos, mas ainda não é desta vez. As pessoas começam a fartar-se, naturalmente, de pessoas que prometem e que depois não cumprem. Eu, felizmente, ainda bem que na pavimentação nem sequer prometi. Disse-lhe que não havia possibilidades, financeiras ou outras, não me recordo, mas admito, o Senhor mentir não mente. Muito obrigado."-----

----- Perante o pedido de intervenção para exercer o direito de resposta apresentado pelo Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aproveitou para o esclarecer, esclarecimento esse extensível a todos os Senhores Deputados, que um direito de resposta era uma intervenção concisa e directa àquilo que foi considerado menos esclarecido ou que levantou dúvidas na sua intervenção. Como tal, disse ao Senhor Deputado João Morais que agradecia que não fizesse uma intervenção tão prolongada como a anterior porque se tratou de uma intervenção normal e não propriamente daquilo que o Senhor Deputado tinha solicitado.---

----- De imediato, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais para, então, exercer o direito de resposta, o que fez da forma que se passa a tentar transcrever na íntegra: "O Senhor Presidente não me respondeu sobre a ETAR de Mogofores. E também não me espondeu se tinha ou não a Autarquia feito qualquer candidatura ao Quadro Comunitário para substituição da conduta de saneamento."-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a resposta que se tenta transcrever na íntegra: "Quero-lhe dizer, sobre a ETAR de Mogofores, é evidente que ela está desactivada, mas se houver problemas pontuais, ela ainda lá existe para funcionar de maneira que não tenha, não haja nenhum problema para as populações. E por quê? Porque, como é do conhecimento geral, temos de ampliar ou criar outra solução para a ETAR de São João de Azenha, Sangalhos - eu terei de lhe chamar de Sangalhos, senão o Senhor fica muito zangado comigo, não é - para, enfim, para que o sistema funcione em pleno. Quanto a candidaturas. Ó Senhor Deputado. Disse que aprovou um financiamento. Vai ter de aprovar outro, porque o Senhor ao pedir tanta obra. Mas o Senhor não aprovou, foram outros que aprovaram, foram todos os que estão aí menos o Senhor. Lembro-me disso. Portanto, como é que quer obras sem dinheiro? É o que eu lhe dizia há bocadinho. Há-de explicar como é que o Partido Comunista com tantas promessas, tantas coisas, arranja o dinheiro, ou iria arranjar, que nunca arranjou, que nunca precisou de governar, esteve sempre a ver os outros governar. E, portanto, fica a saber que vou propor - isto não estou a propor nada, que me perdoem - vou propor mais um empréstimozinho dedicado exclusivamente a obras de saneamento para a tal candidatura que apresentaremos logo que estejam abertas candidaturas. Quero ver a sua disponibilidade para aprovar. Era isso que queria saber, eu vou-lho dizendo. Obrigado."-----

----- Não tendo havido quaisquer outros pedidos de intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado e passou a apresentar o ponto dois da mesma, "*Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano da Câmara Municipal de Anadia, para o ano dois mil e dez (2010), de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º, do*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

RAMA". Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto, introdução que se tenta transcrever na íntegra: "Penso que um orçamento para uma Câmara Municipal como esta de Anadia, um orçamento em tempo de crise apresentar números destes, ainda nos dá alguma felicidade. Falta aqui neste orçamento, isto a propósito, não é, desculpe Senhor Presidente, desenvolver ainda mais no saneamento para arranjar mais dinheiro para tornar este orçamento mais volumoso. Mas, como vedes, se repararem, o orçamento está organizado de acordo com os procedimentos que a lei impõe. Nós temos, como é da lógica, uma receita igual à despesa, doutra maneira não se tratava de um orçamento, mas é um orçamento muito semelhante ao do ano anterior. É evidente que podem ser postas em causa aqui muitas opções que assumimos com o consumo, passo o termo, deste dinheiro, que não é tão pouco assim. Mas, também é evidente que quem está na gestão da Câmara é naturalmente esta Câmara e é a ela que compete, naturalmente, fazer o documento final, que deu nestes números que apresentamos. Fala-se muitas vezes que gastamos mais neste ou naquele sector, mas se repararem nesta Assembleia, os sectores mais, digamos, mais discutidos, é quase sempre os sectores, são quase sempre os sectores onde efectivamente a Câmara gasta mais dinheiro. É precisamente no saneamento, é precisamente nas vias, é precisamente no desporto, é precisamente na cultura. Aqui é que a Câmara gasta muito dinheiro. E, está cá expresso, exactamente, também uma despesa grande nestes itens que acabei de enumerar. É evidente que é um documento muito extenso. Não tem explicação possível, ele é aceite ou não é aceite. Penso, se passou na Câmara, portanto, com os reparos naturalmente, o que é legítimo e lógico, do Partido Socialista, mas, a minha preocupação, como eu afirmei na altura, é que este documento constituísse um documento sem erros, erros em termos de contabilidade. Penso, não foram detectados até este momento, que eles que não acontecem. Portanto, aqui é um problema de estratégia. O documento é apresentado de forma a dar resposta à estratégia que a Câmara definiu para este ano económico. E é nesse sentido, naturalmente, que vos apresento esse orçamento. Estarei disponível para qualquer esclarecimento, dado que, como compreendem, isto trata-se mais de uma discussão política de um documento destes, do que propriamente uma discussão de números. Aliás, os números, como é lógico, percentualmente, têm a lógica de ser discutidos mas nunca se pode discutir se esta obra custa dez, custa quinze, que final foi aquilo que, é aquilo que obrigatoriamente tem de constar nos documentos. Mas quero-vos dizer, também, uma coisa muito simples. Isto, os orçamentos municipais são previsionais, porque depende de muita coisa. Depende da aprovação dos fundos, depende da aprovação do Tribunal de Contas, depende de muita coisa. Portanto, por isso, eles são previsionais, a lei mesmo o determina. São bem diferentes doutros orçamentos, dado que, como sabeis, até se podem fazer hoje revisões várias, quando dantes era uma só, ou duas revisões, uma obrigatoria e outra facultativa. Hoje, poder-se-ão fazer as necessárias, portanto, à partida, o que estiver mal hoje, ou menos bem, porque eu não apresento documentos maus, o menos bem que se venha a corrigir e conto, naturalmente, com os Senhores Deputados para o fazer, em tempo útil, de maneira a que não crie problemas,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qualquer tipo de entrave ao desenvolvimento das obras municipais, ao desenvolvimento, no fundo, do nosso Município. Penso que basicamente, esta apreciação global penso que diz exactamente aquilo, com que intenção começámos a fazer este orçamento. É que, no próximo ano, não haja rupturas com os trabalhos, com a actividade, em qualquer ramo de actividade da Câmara. O dinheiro que aqui está, de acordo com a lei, ele tem de existir, porque hoje não permitem que sejam aqui colocadas verbas que efectivamente não estejam previstas. E, portanto, é um orçamento de verdade e um orçamento que ainda hoje me posso orgulhar de ter atingido estes números, que as obras que ele vai suportar sejam o espelho disso mesmo. Basta ver aquilo que tem acontecido com muitos orçamentos, alguns orçamentos, que estão por aí a ser aprovados, vejo a diminuição dramática dos números. E, isso, este ano há uma particularidade: podemos levar os orçamentos até Abril. Nós não fazemos isso porque precisamos de trabalhar já em Janeiro. Portanto, o nosso orçamento vem responder às necessidades da Câmara. Temos uma ideia, vem cá mencionada, daquilo que podemos, em termos de receitas do Estado, portanto, a serem transferidas para aqui, temos essa ideia, vamos mantê-las, tivemos informação sobre isso. E, portanto, estou convencido que está tudo no caminho certo, basta, Senhores Deputados, que me aprovem este documento. Muito obrigado Senhor Presidente."-----

----- Para uma primeira intervenção, a qual se passa a tentar transcrever na íntegra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS: "Boa tarde, portanto, mais uma vez. Estivemos, no Grupo Municipal do PS a analisar cuidadosamente esta proposta de orçamento. Anotámos quatro apostas principais do Executivo, nomeadamente o arranjo do Centro Urbano de Anadia, a Construção do Centro Escolar de Anadia, também um reforço de verbas nas áreas do saneamento e das Zonas Industriais. Algumas destas apostas, com as quais, aliás, em termos gerais, até podemos concordar, merecem-nos, no entanto, algumas reservas, por exemplo, relativamente ao arranjo do Centro de Anadia. Nós somos críticos relativamente a esse arranjo, à demolição do antigo mercado para ser substituído por uma rotunda, nós achamos que devia ser aproveitado para outras actividades que reavivassem a ocupação do Centro de Anadia. E, pelo contrário, pensamos que a opção deste Executivo Camarário só vai agravar um problema que temos denunciado, que é a desertificação e a desumanização do Centro de Anadia. Relativamente ao saneamento e às Zonas Industriais, nos verificamos que há uma aproximação desta Câmara Municipal às prioridades que desde sempre, desde há alguns anos, nós temos defendido aqui, porque correspondem a carências graves de infra-estrutura e verificamos que, aparentemente, a Câmara dá-nos razão. Um dos nossos Vereadores, inclusivamente, disse mais vale tarde do que nunca, receamos que seja tarde demais, pelo menos, em relação a alguns aspectos. No entanto, verificamos que, por exemplo, relativamente ao saneamento, a Câmara age, não propriamente por tomar isso como prioridade, porque é constrangida pelo plano estratégico de água e saneamento de águas residuais, enfim, e portanto, não é propriamente uma prioridade completamente assumida. Também estamos desconfiados, porque sabemos qual tem sido a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prática destes últimos anos relativamente às taxas de execução, isto é, relativamente ao cumprimento destes compromissos assumidos em orçamento, tanto mais que neste caso falam-se ainda em candidaturas a fazer. Portanto, nós ficamos atentos, a ver o que é que se vai passar nestas áreas, que sempre denunciámos e sempre criticámos nos orçamentos anteriores. Relativamente às Zonas Industriais, retomo também uma crítica feita por um dos Vereadores do PS, ou uma reserva, se não seria tarde demais, porque o que nós temos verificado relativamente à experiência que esta Câmara tem tido nesta área tão importante para atrair emprego, atrair empresas para o nosso concelho, é que, por diversas razões, de localização ou de arranjos logísticos, a verdade é que as Zonas Industriais em que a Câmara se tem empenhado, têm tido muito pouco sucesso, muito pouca procura, para além de outros problemas com a REN, com a Reserva Ecológica Nacional, e, portanto, nós ficamos também à espera de ver o que é que vai acontecer. Portanto, este não é o nosso programa, embora haja estas aproximações a ideias que sempre temos defendido. Anotamos outras falhas. E, portanto, retomo também as críticas oportunamente feitas pelos nossos Vereadores, relativamente ao sistema de distribuição de água, que é obsoleto e que não é contemplado no orçamento; relativamente à carência de verbas para o meio ambiente e para a conservação da natureza, por exemplo, o caso do lixo, onde o próprio Presidente da Câmara tinha reconheceu as críticas do nosso Vereador; na acção social faz-se pouco; na cultura faz-se pouco. E, relativamente a este ponto, Senhor Presidente da Câmara, permita-me que faça aqui uma proposta, aliás no seguimento de uma conversa informal que tive já consigo, para que a cultura não seja apenas a Feira do Vinho e da Vinha, e que, uma vez que estão instalados novos equipamentos, de Biblioteca e de Cineteatro, que se faça algo mais em termos programáticos. E tem aí uma boa oportunidade para enriquecer o programa cultural da Câmara, dentro em breve, à volta do centenário da morte de José Luciano de Castro. Esse centenário vai calhar precisamente no próximo mandato. Mas, poderá parecer que é cedo, mas não é cedo, porque uma coisa como deve ser, deve ser preparada ainda neste mandato. Foi isso que eu tive oportunidade de lembrar ao Senhor Presidente da Câmara, que naturalmente reconheceu essa pertinência, porque nós estamos a falar de uma personalidade que não é de importância local, é uma personalidade de importância nacional. Há outros concelhos que se dedicam a homenagear outras figuras que não chegam aos calcaneiros de quem foi José Luciano de Castro. No próximo orçamento não pode falhar uma verba destas. Mas eu até lhe dito, não posso falar muito mais porque para abreviar o tempo, que até mesmo neste orçamento, talvez ainda pudesse serem feitas coisas, que aliás lhe sugeri, relativamente baratas, à volta do espólio epistolar de José Luciano de Castro, em grande parte está na Misericórdia de Anadia, e que é considerado talvez o espólio epistolar mais importante existente de figuras públicas em Portugal. Não posso alongar-me mais, eu sei, mas deixo aqui este alvitre, porque me sinto responsável, como líder político, embora da oposição, e como Anadiense conhecedor da matéria, em dar-lhe esta proposta, que só a si, como responsável durante este mandato, é que cabe levar por diante. Muito obrigado."-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Na sequência da intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que deu a resposta que de seguida se tenta transcrever na íntegra: "Eu são coisas, afinal a discordância não é assim tão grande. Disse claramente o Senhor Dr. que não era a estratégia dele, nem do seu Partido, aliás como demonstraram já os Vereadores. Mas, ouça, é assim, em democracia é assim, somos nós, portanto, peço-lhe desculpa, eu não estou aqui para cumprir o seu programa, tenho aqui de cumprir o nosso, como calcula. Aliás, nunca houve guerras nesse sentido, nem outras, claro. Ouça, quando falou ali numa coisa que realmente não me agradou. Não me agradou porque não transmite exactamente a verdade. Ali aquele centro do mercado, não vai ser transformado numa rotunda. A rotunda vai ser feita na estrada que actualmente existe. A estrada, a Avenida das Laranjeiras... Vai ser demolido, não tenha dúvidas. Então não fazemos a obra com o mercado lá. Agora, ouça, eu penso que com o mercado lá, velho, que não reactivam nada com o que está lá. Poderemos reactivar é com obras de vulto que dêem a tal, digamos, qualidade de cidade, porque a cidade também precisa de arquitectura, também precisa de vias de comunicação adequadas no seu centro. Porque, repare. Há coisas às vezes interessantes. Toda a gente defende aquilo, quer dizer, se calhar é uma tentativa de contrariar. A política é isto mesmo. Mas, repare, quantos Anadienses ainda não visitaram o Museu do Vinho, ou a Biblioteca, ou outras obras que temos aí, que quem nos visita tanto aprecia. São autênticos centros turísticos, como vai o Velódromo de Sangalhos. São locais extraordinariamente interessantes. Repare, a própria Universidade de Coimbra está a fazer um estudo, vá lá, um trabalho com alunos, portanto, do tipo de arquitectura, em especial em tectos, que a Câmara de Anadia tem vindo a desenvolver. Não é uma coisa, não temos andado aqui a brincar às coisas. Os outros apreciam aquilo que fazemos. Não apreciam vocês, o que é legítimo. Vocês lá no interior sempre concordam, não é, porque eu, sabe, que eu estou daqui para esse lado mas não sou vosso inimigo. Sou amigo de vocês todos e, portanto, também conversamos fora deste problema da política. E, muita gente diz, é aqui mas podia ser desta maneira. O que é legítimo. E essas coisas têm de ser vistas assim. É evidente que podem não concordar com as nossas obras, mas a verdade é esta: há dinheiro dos fundos comunitários. Então o que é que eu lhe faço? Vocês, digam-me. Toda a gente fala, como o Senhor falou aqui, localização das Zonas Industriais. Por acaso não fui eu que as localizei. Mas que alternativas deram para a localização? A Câmara de Anadia, por estranho que pareça, não tem vias, não há vias novas a atravessar o nosso Município, portanto, onde é que as pessoas entendem que se devem localizar novas Zonas Industriais? Ninguém sugere. Porque, apesar de tudo, mal ou bem, penso que ainda são aquelas que vão tendo alguma possibilidade de ser geridas. Por exemplo, Sangalhos enquadrou-se com a nova Variante de Sangalhos. Está bem. Amoreira da Gândara, esperava-se o nó. Está bem. O que é que queriam que fizesse? Bem, para não alongar mais, agora fala em algumas, na questão do saneamento, que é tarde. Ouça, há um engano aqui muito grande a respeito de saneamento. Nós temos uma grande taxa de cobertura de saneamento. Não temos tido tendo, mas vamos ter agora, já vamos tendo, é os destinos finais



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para o saneamento. Porque muitas coisas se têm aqui elencado para que a Câmara ceda, mas, enfim, não tenho visto negócios à vista, porque a Câmara não é negociante mas vende o que é público. E, eu quero vender, mesmo o que é público, se for bem vendido e precisar de vender. Agora, não quero é dar. Não quero é fazer negócios que prejudiquem a Câmara Municipal. Não estou aqui a criticar os outros, mas já repararam a apetência que há pelo saneamento e pela água do concelho de Anadia? Essa apetência extraordinária das Águas de Portugal, que a Senhora Ministra diz que não privatiza. Diz hoje. Amanhã tem de privatizar, até o País, segundo dizem os jornais. Aqui, tenho de estar de acordo com o Senhor João Morais. É evidente que, embora de acordo não concorde, ninguém quer o lixo. Ninguém quer o lixo, temos de o aguentar cá. Mas para não o aguentar cá, vocês não sabem quanto custa cada tonelada de lixo, que vai para o dobro, a curto prazo vai para o dobro. Que dá um prejuízo incalculável. Ainda não vi as Águas de Portugal, ainda não vi nenhuma ERSUC a vir dizer assim, a gente tira isso tudo e cobra aos municíipes e leva-vos os vossos funcionários, como se faz com as águas. Não vi nada disso. Pois não, isso dá prejuízo e é complicado. Falam, toda a gente fala de selectivo, de seleccionar o lixo. E fazer essa selecção e colocar o material aonde? Colocá-lo aonde? Há, por acaso, depósitos para seleccionar o lixo? Levas aqui os metais, ali levas o doméstico, ali levas o, digamos, o lixo vegetais, etc., de jardins, etc.. Pois esse é o grande problema. Anda parece tudo aqui à procura do mesmo, e a Câmara que fique com o que dá prejuízo. Reparem, na educação, fala que investimos pouco em educação. Investimos mais que o Estado, porque o Estado não dá nada, por exemplo, para as nossas escolas, para esses Centros. Sabe que não dá? É os fundos comunitários mais a nossa comparticipação. E, portanto, eles querem a toda a brasa, a toda a força, que nós fiquemos com as escolas, para sermos nós que pagamos o pessoal, para sermos nós a gerir isso tudo. Sabe há quantos anos é que eles não fazem um concurso para pessoal auxiliar e outro para as escolas? Põem lá POC's. Aquilo que a Câmara também de vez faz, não é. Sabe o que é que eles fazem? Há anos que não abrem concursos, assim é fácil acabar com os empregos. Portanto, os orçamentos são consoante... Nós tivemos de pôr um orçamento muito maior que aquele que era desejável na educação, porque temos de contar com sessenta professores, que não são nossos. Está a ver? Soube negociar a Câmara Municipal, que diz sim, nós só fazemos com o documento assinado em como vocês pagam. É assim que a gente trabalha. Porque não se paga a pronto, não se fazem essas, não se tem uma Câmara equilibrada se não for exigente. Ser seu, ou ser só um bom aluno, sim Senhor, você tem, vamos a fazer. Não. A Câmara de Anadia não faz nada disso. Depois, na cultura, eu já referi aqui, o Senhor, assim como os cidadãos de Anadia muitas vezes não conhecem os nossos locais de cultura, muitas vezes também os nossos Deputados não conhecem. É bom que vão ao Cineteatro, é bom que vão à Biblioteca, aos locais de cultura, porque aí, sim. Claro, mas vai lá pontualmente ou por convite ou outra coisa qualquer, e quando lhe apetece. Mas vai muito pouco, é um cidadão. Na generalidade não é assim, e como o Senhor sabe. Agora, de qualquer maneira, não estou aqui a contrariá-lo, o Senhor fique com a sua ideia. Agora, uma coisa é certa. Há actividades no Cineteatro, não lhe interessa, não lhe diz nada. Mas eu ia mais longe,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas como eu hoje não quero deixar ninguém mal disposto, até porque é Natal, não vou mais longe, fico-me por aqui. Desejo, sinceramente, é que esse desejo que tem de, digamos, de fazer homenagens a figuras públicas do nosso concelho, também é o meu lema, e estaremos disponíveis para com toda a Assembleia fazer um projecto adequado que possa dignificar aqueles que deram nome à nossa terra e que fizeram no fundo história. Isso estou de acordo consigo. Quanto ao resto, Senhor Deputado, eu quero-lhe dizer sinceramente que por aquilo que ouvi da sua parte e, naturalmente, dos próprios Vereadores do Partido Socialista, esperei sempre, sinceramente, que vocês votassem a favor do orçamento. É claro, não fiquei surpreendido, porque eu se estivesse no vosso lugar fazia o mesmo. Muito obrigado."-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, que completou a intervenção se que passa a tentar transcrever na íntegra: "Ora bem. Eu para não me perder, tentei escrever um texto e tentei passar por todos os temas dos documentos previsionais que nos são propostos. Na acta da reunião ordinária da Câmara de nove de Dezembro, na deliberação referente aos documentos previsionais do Município de Anadia para dois mil e dez, o Senhor Presidente da Câmara refere que foi mesmo aconselhado a elaborar o orçamento de acordo com os valores da receita dos anos anteriores. Ora, logo aqui, o documento que nos é apresentado está inquinado, porque de acordo com o Artigo 49.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, a Lei das Finanças Locais, a Câmara é obrigada a disponibilizar no sítio da Internet os documentos previsionais de prestação de contas dos últimos dois anos. Pesquisei durante algum tempo em todo o site e não encontrei. Pode lá estar, se lá estiver, gostava que me dissesse. É que sem conhecimento desses documentos não é possível aos membros da Assembleia analisarem com coerência e critério a proposta de orçamento e das GOP para dois mil e dez, porque não temos conhecimento da percentagem de execução dos últimos dois anos. Parece-me linear. Relativamente ao mapa de pessoal, que também está proposto no mesmo documento, não é apresentado qualquer quadro que identifique o número de trabalhadores aposentados por unidade orgânica. Como é possível aprovar o aumento de pessoal que nos é proposto? Em consciência, parece que ninguém pode fazer, porque a justificação é que é para suprir, a maioria é para suprir os trabalhadores que se reformaram. Ainda no que se refere ao mapa de pessoal, estranho, por exemplo, que a Divisão de Oficinas e Parque Auto tenha dois Engenheiros Civis, quando me parece, mas isso é uma opção da Câmara, isto é uma sugestão, que seria mais adequado optar pela contratação de um Engenheiro Mecânico e um Electrotécnico. Aliás, o nome da Divisão é mesmo este, praticamente. Depois, nas propostas também de contratação, não prevejo lá a previsão de nenhum arquitecto paisagista e a Câmara, do que eu vi, não tem nenhum. Ora, com a Portaria 701-H, quer pela Portaria 701-H, quer pelo CCP, todos os projectos da Câmara que envolvam arranjos urbanísticos têm de ser assinados por um arquitecto paisagista. Portanto, ou a Câmara está a prever mandar fazer todos os projectos de arranjo paisagístico, pequeno que seja, no exterior, ou então, aconselhava claramente, e isto é uma sugestão, a contratar um arquitecto paisagista em vez de outro arquitecto, que já temos vários. Na administração geral,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

modernização da administração, aposta na formação, certificação de alguns serviços, prémios para funcionários. Eu não consegui ver reflectido no plano nada disto, ou está com valores demasiado exíguos o que lá está. Por outro lado é referido, na certeza que num curto prazo se pretende atingir a certificação de alguns serviços. Eu pergunto, das Câmaras que nos estão mais próximas, qual é que não tem ainda serviços certificados? Estamos mais uma vez na carruagem de trás. Mas com alguma lata, e peço desculpa por este termo, não consegui encontrar outro, não é depreciativo, ainda se refere a curto prazo. Ora, curto prazo para o Senhor Presidente da Câmara é dois mil e dez, porque longo prazo será dois mil e treze, quando terminar o mandato. Os documentos previsionais não contemplam qualquer verba para se dar início à certificação em dois mil e dez. E, posso-lhe dizer, que os trabalhos de certificação, só os iniciais, são demasiado, demoram imenso tempo. A dotação para formação profissional é quase nada face às necessidades, se tivermos em consideração as alterações legislativas que ocorreram nos últimos dois anos. Sem formação não teremos com certeza funcionários capazes de desenvolver a sua actividade com as ferramentas disponíveis. Por outro lado, os prémios previstos no SIADAP para os funcionários que se destacam são praticamente inexistentes - a verba é exígua. Se não premiarmos os melhores, não geramos concorrência interna e não modernizaremos seja o que for. No caso da educação, a participação activa das comunidades educativas – eu acho que neste ponto deixo isto para o Dr. Tiago Castelo Branco falar no final, na ordem do dia, no entanto, não posso deixar de referir a preocupação dos pais das crianças com o facto de se juntarem a escola básica e a secundária, pelo menos, é isto que me foi transmitido, que ficariam juntas. Até porque, na secundária há alunos com mais de vinte anos. Portanto, acho que, parece-me, não sei se estou certo, mas também não vi documento nenhum ainda, portanto não posso afirmar, isto é mais um ponto para discutirmos, se for necessário. Na acção social, não consegui encontrar no sítio da Internet da Câmara Municipal quer o regulamento de apoio a estratos sociais mais desfavorecidos quer do Fundo Municipal. Não se pode assim aferir se as dotações previsionais para estas acções são ou não suficientes e como vão ser aplicadas – se eu não sei a quem é que elas são dirigidas, não as posso aplicar de maneira nenhuma. No que se refere à criação de emprego para pessoas com deficiência, tratando-se de uma prioridade social, não consegui enquadrar em lado nenhum. No caso do ordenamento do território, isto para seguir os temas que nos são propostos, das obras previstas no documento previsional, só sete serão levadas a efeito com recursos a procedimentos de empreitadas de obras públicas. Por outro lado, o Senhor Presidente na reunião de Câmara também de nove do doze, referiu que temos um vasto leque de obras executadas por administração directa. E a pergunta que eu faço é: será que se justifica? A Câmara Municipal tem implementada a contabilidade de custos obrigatória desde dois mil e um, após entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com a respectiva alteração? Os membros desta Assembleia acho que têm o direito de exigir ao Senhor Presidente da Câmara que lhe sejam apresentados custos das obras efectuadas por administração directa, quer para não pactuar com o incumprimento da Lei, quer para analisar se vale ou não a pena continuar a fazer



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obras recorrendo à administração directa. Analise-se só o que está previsto para gasóleo, horas extraordinárias, peças, outras reparações e já podemos ficar com alguma ideia dos custos, além de as obras feitas por administração directa não terem garantia dos cinco anos. Depois, refere-se que a adjudicação da regeneração do centro urbano de Anadia já está adjudicada. Bom, se continua a prever a demolição do mercado, que eu acho que podia ser ajustado, é mais um atentado ambiental, mas quem sou eu para dizer o contrário, não concordo. Quanto a uma grande reedificação urbana e acessibilidade integrada na Curia. Esta Assembleia não pode nem deve viabilizar esta obra tal como nos é proposta – é indefinida, pode ser feita em qualquer lado; é uma grande reabilitação aonde? Começa aonde e acaba aonde? Bom, será que o Senhor Presidente não tem confiança nos membros da Assembleia, ou passou? Eu espero que tenha sido só um esquecimento. Para quê avançar mais com uma obra de vulto – o valor que está lá previsto é elevado – quando a maior área de expansão da Curia e Tamengos, o Plano de Pormenor de Expansão Sul, e que iria dar apoio à WRC, onde já se gastaram um milhão e meio de euros continua expectante desde que tomou posse – já lá vão doze anos. Há vários interessados, há pessoas que adquiriram lotes à Câmara, privados que adquiriram lotes à Câmara e estão vetados de gerar riqueza. O mesmo acontece com o Parque de Campismo da Curia, que depois de vandalizado está a servir, de entre outras actividades ilícitas, para depósito de entulhos e outros lixos a céu aberto sem qualquer controlo. Mais outro elefante branco, Senhor Presidente, não. Dar início a outra grande infra-estrutura, ainda por cima sem saber onde começa e onde acaba, sem concluir o que está iniciado há anos, não me parece, é mesmo um erro de estratégia por falta de planeamento. Aproveito aqui para lembrar que não está a dar cumprimento ao previsto na Lei n.º 56/2007, a quarta alteração ao Decreto-Lei nº 380/99, no que se refere à obrigação de disponibilizar os documentos do Plano de Pormenor de Expansão Sul da Curia em formato adequado no sítio da Internet, o que está lá é uma fotografia. Acessibilidades em meio urbano, no plano, zero. Proliferam lombas redutoras de velocidade, as denominadas LRV, que podem ser até candidatadas, a Câmara pode ir buscar financiamentos à DGV, em que a maioria estão mal executadas não cumprem a norma, contrariam o Despacho 109/2004, de 22 do seis, e mal sinalizadas, na generalidade. Em caso de acidente, se tal for provado, o que não é difícil para quem tiver o acidente, a Câmara terá de indemnizar o condutor. Estamos aqui a entrar em despesa. Por outro lado, com a fobia de parecer uma cidade moderna, não houve o cuidado em deixar um corredor liberto de LRV's para veículos de emergência, principalmente para poente de Anadia, é que quer quem desce a Rua das Flores, um veículo de emergência tem de ir ali, não me parece que seja, devíamos ter deixado, ou, estamos a tempo, ainda, de corrigir, devíamos deixar um corredor livre que permita o acesso rápido aos veículos de emergência. Já no que refere a pessoas com mobilidade condicionada, continua-se a construir passeios sem dar cumprimento à legislação em vigor, e nos existentes nada é feito. O melhor exemplo é o acesso aqui mesmo à Câmara e às praças do centro que estão aqui próximas, nenhum deficiente consegue aceder e nem se consegue chegar à Câmara porque a passadeira não está rebaixada. Depois quanto às casas devolutas que se afirmou que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proliferam no concelho, a Autarquia, contrariamente ao que foi afirmado na imprensa local, pode fazer muito. Aconselha-se a leitura do próprio Artigo 29.º do RMUE de Anadia, dos Artigos 89.º e seguintes do Regulamento Jurídico da Edificação e da Urbanização e do Orçamento de Estado. Aqui, há muito a fazer Senhor Presidente. Para não ser exaustivo, é também fundamental que esta Assembleia tenha conhecimento se em relação ao Plano Director Municipal a Comissão Técnica de Acompanhamento já tinha emitido o parecer final à data da entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de Maio, que é o dia seguinte. É que, se não há parecer final da CTA, de acordo com o previsto no n.º 2, do Artigo 23.º do citado Decreto Regulamentar, o PDM está nesta altura para ser iniciado. Eu não sei quanto tempo é que tenho, ainda. Gostava de acabar. Desculpe, só aqui uma nota importante. Na parte do desporto, fala-se no Velódromo e eu quando analisei o empréstimo de quatro milhões e seiscentos mil euros que a Câmara diz que se destina ao Centro Escolar de Arcos e ao Velódromo, acho que está demasiado sobrevalorizado, senão vejamos: considerando os valores financiados do esforço da Câmara Municipal necessários, temos um milhão, trezentos e trinta oitocentos e noventa e quatro para o Centro Escolar de Arcos, portanto, que a Câmara terá de pagar, e um milhão cento e setenta zero noventa para o Velódromo, que é pago a noventa porcento, o que totaliza, salvo erro, fazendo assim contas por alto, dois milhões e meio de euros. Ora, para quatro milhões e seiscentos, há aqui dois milhões e cem mil a mais. Para onde é que vai este dinheiro? Se dizem que é só para estas duas, sobram ali dois milhões e cem. Não é esclarecido para onde é que vai. Só manifestar mais duas coisinhas, eu vou ser muito rápido. Não está prevista qualquer verba para a construção do canil municipal, que eu considero que é um problema de saúde e higiene pública; no desenvolvimento económico parece pouco o que está proposto – continuamos a fazer Zonas Industriais quando não há investidores. Não sei se não seria de criar um gabinete de apoio ao investidor, melhorar as que temos, criar um gabinete de apoio ao investidor, uma área de urbanismo comercial, criar incentivos à agricultura de subsistência e, eventualmente, não custa dinheiro à Câmara, disponibilizar no sítio da Câmara as empresas que trabalham no Município e os produtos que produzem. Então, para concluir, queria só mostrar o desacordo do Grupo Parlamentar pelos 15,42% do orçamento da despesa se destinar a outros, disto ou daquilo, ou de só doutros, com especial destaque para algumas rubricas com, em outros, um milhão novecentos e trinta e dois, trezentos e sessenta e sete mil, um milhão quatrocentos e catorze, o que demonstra aqui uma falta de cuidado no desdobramento do classificador. Não era necessário estar tanto dinheiro em outros. É no mínimo esquisito. Assim sendo, não posso de modo nenhum concordar com o documento previsional, embora seja a responsabilidade da Câmara e a Câmara é que tem de o gerir. Portanto, muito obrigado."-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que prestou os esclarecimentos que se passam a tentar transcrever na íntegra: "Senhor Presidente, eu ao contrário do Senhor Deputado vou ser curto. É que realmente há coisas que eu não entendi.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Está em discussão um orçamento, e deu-me a ideia que o que estava em causa era as obras que o Senhor Deputado gostava de ver feitas. Senhor Deputado, não estão lá as obras, não tem que as discutir. Acontece que, se as quisesse discutir, e o Senhor com essa maravilhosa veia de construção que representou aqui, acho que o Senhor que ainda é funcionário desta casa, devia ter vindo para aqui, nunca devia ter abandonado esta casa, porque, segundo sei, está a fazer muita falta. Eu até pergunto: se o Senhor tivesse sido eleito para ocupar um lugar a tempo inteiro, já teria tempo para estar nesta casa? Ó Senhor Deputado. Não fale nem de PDM's, não fale de nada daquilo que falou, é uma desgraça. O Senhor tem de ter é um bocadinho, porque nós, hoje foi dedicada ao orçamento, amanhã será dedicada aos assuntos onde o Senhor é responsável, altamente responsável por aquilo que aqui acusa. Percebeu? É preciso que saiba, hoje é o orçamento. O Senhor vota contra, faz muito bem. Não precisamos dos seus votos. Nem estava à espera, naturalmente, que o Senhor votasse a favor.

----- Mas, uma coisa eu lhe posso garantir, daquilo que diz, está tudo mal. Há só elefantes brancos. Está tudo realmente aqui mal. O Senhor começa por, num orçamento, tentar discutir a razão de ser da regeneração urbana. Isto não tem nada que ver com isso. Hoje é o orçamento. E, portanto, se tinha que o fazer, fazia-o em tempo útil, quando é de assuntos que devem versar sobre esses assuntos. Hoje é o orçamento, são as contas que tem, acorda com elas, para onde elas devem de ir. O Senhor não tem nada que ver para onde elas devem de ir. A Câmara é responsável pelo seu orçamento, pela organização das suas obras, e põe, naturalmente, o orçamento e as obras que pretende fazer e, com toda a certeza, que o Senhor há-de saber que não faltará dinheiro para fazer aquilo. Se não vê dinheiro para prémios, para formação, o Senhor fica a saber, os nossos técnicos, os nossos funcionários nunca deixaram de fazer formação. Não se preocupe. Cá aparecerá o dinheiro. Porque os orçamentos municipais, referi-o aqui, têm uma certa mobilidade dos dinheiros para os diversos itens. Portanto, não estou aqui a tentar fazer, aqui a pôr a adivinhar. O Senhor sabe que o próprio Estado, que a maior parte das vezes que não tem funcionários, que é aquilo que não tem, não tem cá funcionários, paga lá fora. Por que é que eu não hei-de pagar a um paisagista? Pois se eu pago, e pagaram tanto ao Senhor, e mais o Senhor sabe como, pagaram tanto ao Senhor para fazer e pagam ainda hoje para fazer coisas para as Câmaras, e não só, como é que a Câmara de Anadia está impedida de mandar fazer coisas e pagar-lhe?

----- Quanto à administração pública, que ele põe hoje em causa, eu vi o Senhor Sidónio a aplicar assim umas borras aí nas ruas que vocês conhecem, em cima de uma máquina de atapetar. Era nessa altura adepto da administração directa. Hoje está lá longe, não lhe convém, é contra a administração directa. Portanto, meus caros amigos, Das duas uma: ou se discute com seriedade, ou se tem um, digamos, um perfil ao longo do tempo em que demonstre exactamente aquilo que diz, tudo bem. Agora, falar uma coisa de que é a negativa total daquilo que se passou, pelo menos nesta Câmara, realmente, o Senhor Deputado está desajustado. Aliás, o povo entendeu bem isso. Olhe, não lhe deu essa possibilidade. O Senhor está aqui por mérito próprio, é certo, mas ouça, com tanta coisa mal que a Câmara faz, eu acho que o Senhor



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ia arranjar vias estruturantes por aí. Quer dizer, condena que se ponha o mercado abaixo, no entanto, defende a utilização de vias principais só para casos pontuais - a passagem de uma ambulância. Até aqui temos passado todos. Somos gente respeitadora. Buzina, encosta. O Senhor, talvez quisesse... Aliás, o Senhor sonhou com uma coisa diferente. Foi criado num ambiente diferente e transitou esses conhecimentos aqui para Anadia. Por isso é que estamos a sofrer hoje aquilo que efectivamente sofremos. Mas, lá adiante, em sessões a seguir, viremos documentados e diremos da nossa justiça quanto à sua actuação neste concelho. Portanto, meus caros amigos, o Senhor, só lamento é que, e volto a repetir, com esta utilidade, com este conhecimento que realmente a maior parte, e peço desculpa àqueles que conhecem mais que aquilo que foi dito, eu peço desculpa, com esses conhecimentos todos, o Senhor está com uma dívida incalculável ao meu concelho. Venha para cá. Venha para cá imediatamente e ponha em prática isso porque, afinal, é isso que o concelho precisa. Não seja o Senhor um cidadão deste concelho. Portanto, deve vir para cá, com tanto saber, com tanta oportunidade, tudo paga, há dinheiro para tudo. Faz as contas a tudo.

----- Eu quero-lhe dizer sobre o dinheiro que pedimos, sobre o dinheiro que pedimos quero-lhe dizer uma coisa muito simples. Sabe que pedi o dinheiro no âmbito de, portanto, não ser considerado para a dívida do Município e o Governo assim não o considerou. Portanto, o Governo soube fazer as contas. Aquilo que considerou para a dívida, ele soube fazer as contas. Não se preocupe, E, se mal houvesse, não tinha o visto, naturalmente, do Tribunal de Contas. Muito obrigado.

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Eu vou ser muito rápido. Senhor Presidente, em relação ao PDM, e aos erros do PDM, o Senhor só pode imputar, ou desculpe a Assembleia, só podem ser imputados ao Senhor Presidente da Câmara. O PDM devia ser revisto em noventa e nove e já passaram doze anos e não houve revisão nenhuma. Portanto, não me venha dizer que eu sou o culpado. Eu já cá não estou antes de noventa e nove. Por amor de Deus. Não me voltem esta, porque o Artigo 1.º e 2.º do PDM são claríssimos: ao fim de cinco anos em de ser feita a revisão. Não foi feita e continua a não ser feita.

----- Depois, em relação à regeneração urbana, não foi dada sequer, nem a mim, nem à população de Anadia, a hipótese de discutir. Não houve discussão pública. Como é que eu podia manifestar a minha discordância ou concordância? Não me foi permitido fazê-lo.

----- Houve muitas coisas, o Senhor Presidente talvez tenha entendido mal, muitas delas foram sugestões. A Câmara pode contratar sempre. Agora, se tiver uma equipa constituída por todas as valências, estará muito mais forte em termos técnicos.

----- Em relação à, e só para terminar, em relação à administração directa, quem era adepto da administração directa não era eu, era um simples funcionário da Câmara. O Presidente à altura é que era adepto da administração directa. Eu só tinha de cumprir ordens, como qualquer funcionário da Câmara. Suponho que um funcionário que o Senhor Presidente dê uma ordem e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não a compra que tenha um processo disciplinar. Ou não será assim? Será que eu estou errado?-----

----- Quanto ao vir para cá, dificilmente. De qualquer modo, posso-lhe dizer, Senhor Presidente, estarei sempre disponível, sempre que o entender, para prestar o apoio que acharem conveniente. Estarei sempre. Isso, afirmo-o aqui publicamente perante todos estes Senhores Deputados. Muito obrigado.”-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que deu a resposta que se tenta transcrever na íntegra: “Eu quero esclarecer, sim. Também eu sou muito rápido. Olhe, queria-lhe dizer que o Senhor Eng.^º Sidónio, Lusitano, Sónia, e outras pessoas que fizeram o PDM, o fizeram e lhe deram a duração de cinco anos. Foi uma das coisas erradas que passou em Conselho de Ministros. Sim, porque ele sabe que a vigência era dez anos. Ele, não vale a pena a gente aqui dizer o contrário porque ele sabe bem que é assim. Curiosamente, eu não fiz mais que a minha obrigação. Sabem que ainda não tinham passado os cinco anos, já eu tenho na minha posse um documento, assinado pelo Senhor Sidónio e pelo Senhor Prof. Lusitano, já tenho um documento a dizer que o PDM precisa ser revisto, ainda não havia três anos. Nem sequer os cinco. Portanto, como é que um homem que faz um documento, passado dois anos e meio, não chega a três, já diz que ele que não está em condições. Porque tenho o documento na minha mão. Ele sabe disso. Portanto, vejam a coerência desta gente. É isto. E, claro, porque a Lei dizia que era dez anos, eu tive mais cinco anos ali de paragem que não pude rever o PDM. Mas, eu explico aqui um dia isso tudo e quero confrontar o Senhor Eng.^º Sidónio com estas situações, porque o Senhor Eng.^º Sidónio não fez as coisas por acaso. Está assinado, está tudo assinado. E outras coisas mais. O Senhor Eng.^º Sidónio deve ter algum cuidado de falar de coisas de que ele é totalmente responsável. Olhe, eu é que não fui.”-----

----- Portanto, meus amigos. Com toda a frontalidade que gosto de ter restas coisas, vocês têm o PDM que têm, o concelho tem o PDM que tem, porque o Senhor Eng.^º Sidónio não teve a capacidade de fazer um PDM adequado ao nosso concelho. Era os primeiros, ninguém sabia nada. Ouça, curiosamente, aprovou-se um PDM e só passado alguns anos é que se aprovou a Reserva Ecológica. Isto é verdade. Veja, o que era anacrónico o PDM que ele fez. E, como fazer mal custa, mas não custa tanto, desfazer o mal para fazer o bem é que custa. É por isso. Mas, ele tem propostas para resolver o PDM em dois anos, parafraseando a campanha eleitoral, o que se disse na campanha eleitoral. Espero, com esta disponibilidade toda que ele agora acabou de dizer, que nunca virá para a Câmara, ou tarde virá para a Câmara, não sei como é que ele disse, não precisei muito bem. Mas, está disponível para ajudar. Eu conto com a ajuda dele para ver se daqui a dois anos nós temos realmente o PDM. É esta realmente a minha grande luta, é que realmente já bati a todas as portas e, afinal, encontro aqui na Assembleia Municipal um homem extraordinário. Presidente, eu estou aqui, não venho trabalhar para cá, mas venho cá ajudar. Está bem. Depois a gente vai tentar saber como é que o Senhor vai fazer isso. Obrigado.”-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prestou o esclarecimento que se passa a tentar transcrever na íntegra: "O Senhor vai-me desculpar, mas para já não fala sem ter o microfone à sua frente. É uma questão de ordem e de honra. E, já agora, gostaria também de dizer também uma coisa ao Senhor Deputado João Tiago. Há bocadinho, referenciei-me, eu não interrompi nenhuma intervenção do seu colega de bancada. E, quando me referenciei a Vossa Excelência, foi única e exclusivamente porque fora da autorização para falar, o Senhor estava a ter intervenções que não se coadunam com o lugar em que está. Quer o Senhor quer não, este é o lugar mais nobre do concelho de Anadia, e eu não vou admitir, enquanto for seu Presidente, que aqui dentro não haja elevação. O Senhor Sidónio sentiu-se lesado, vai ter o direito de resposta. Mas é no momento em que eu lhe der a palavra e nos termos em que ele tiver direito a usá-la. Nenhum outro Deputado tem conversas paralelas. Peço imensa desculpa. Isto é o lugar mais nobre do concelho de Anadia e, portanto, vamos dignificá-lo. Lamento. Senhor Sidónio, faça favor de utilizar do uso da palavra se sentiu efectivamente que foi ultrapassado na sua ..."-----

----- Prestados os esclarecimentos, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões para exercer o direito de resposta, o que fez da forma que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Senhores Presidentes. Vamos lá ter calma. Eu acho que aqui estamos a levar isto muito para o ataque pessoal. Vamos lá ver. É preciso perceber a altura, estamos a falar do PDM, vamos perceber qual era a legislação na altura. Eu não sei. O Senhor Presidente, o actual Presidente da Câmara na altura era Presidente de uma Junta de Freguesia. E eu lembro-me que nós corremos tudo aquilo a pé para perceber o que é que podíamos fazer. Só não correram as Freguesias os Presidentes que não quiseram e deram as indicações que acharam mais interessantes. A legislação na altura, e eu lembro-me. Por acaso não tenho, mas gostava de ver projectado. Por exemplo, da Reserva Ecológica Nacional, a imagem corrente na altura era uma pessoa com uma lupa sobre um jornal à procura de coelhos. Só para verem como é que era tratada a Reserva Ecológica e a Reserva Agrícola, porque a Reserva Agrícola, o terreno agrícola na altura ainda tinha valor, hoje não tem. E a Reserva Ecológica é igual. Foi a primeira vez que os ambientalistas tiveram a oportunidade de fazer lei. Portanto, não podemos ver um plano em noventa e quatro e um plano hoje, as regras são completamente diferentes, a Reserva Ecológica tem outras regras, a Reserva Agrícola tem outras regras. Agora, mesmo que o Senhor Presidente tivesse os dez anos, noventa e quatro era dois mil e quatro, já passaram mais cinco."-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco que completou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Senhor Presidente. Efectivamente, era isso que eu estava a querer dizer. Isto é um local digno, mas todos estamos debaixo da dignidade. O Senhor Presidente da Câmara não é excepção. Eu estava a chamar a atenção do Senhor Presidente acerca da forma como o Senhor Presidente se estava a dirigir às pessoas. E isso é um poder-dever que o Senhor tem. Muito obrigado."-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Eu volto a repetir. O Senhor Presidente estava a utilizar do direito de palavra que lhe foi dado pelo Presidente da Assembleia e, no uso dessa situação, teceu os comentários que efectivamente entendeu que deveria tecer. Eu só reconheço ao Senhor Deputado uma chamada de atenção, se não tivesse dado à pessoa lesada o direito de se defender. Que foi o que não aconteceu. Por favor, não misture as coisas porque aqui não é lugar para misturar-mos as coisas. Aqui é um lugar, como eu disse, de dignidade, e é isso que vai acontecer. Muito obrigado pela sua atenção."-----

----- Entretanto, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais que efectuou a intervenção que seguidamente se passa a tentar transcrever na íntegra: "Senhor Presidente. Aqui nas despesas para dois mil e dez, das Grandes Opções do Plano, o Senhor tem aqui despesas com pessoal de 14%. Eu, quando o Senhor Presidente há bocado disse que é preciso saber gerir e como é que se poupa dinheiro, eu vou-lhe apontar já aqui um dos erros com o pessoal. O Senhor recentemente, em dois mil e nove, fez uma lomba junto às escolas primárias da Fogueira. Essa lomba foi alvo de algumas críticas construtivas, que estava mal feita. Sabe quanto tempo andou lá a equipa de pessoal, e o número de homens? Não sei se sabe. Andou lá quarenta, andou lá dois dias de serviços, com deslocações e máquinas. Eu pergunto se isso não teve despesas para a Câmara? Podia-se ter evitado. Isto é um exemplo, só.-----

----- O Senhor também quando, temos aqui na aquisição de bens e serviços, eu pergunto se estes 16% para orçamento de dois mil e dez está inserido com a compra daquele Aldeamento da Quinta, Aldeamento Rafael em Ancas, ou se o mesmo já está pago, e se estes 16% estão fora dessa aquisição de bens?-----

----- Também, temos aqui nos passivos financeiros, 3% de pagamento já de encargos financeiros sobre os empréstimos. Isto já começa a ser de alguma preocupação para mim, como responsável, também, como o Senhor diz, na aprovação das contas, porque eu não posso aprovar uma coisa que o Senhor há tempos afirmou nesta Assembleia, pediu dinheiro para emprestar a outro banco. Isso é grave. Quando se pede dinheiro para desenvolvimento do concelho, não é para aplicar em bens de capital. A Câmara não deve fazer isso. Pedir dinheiro para valorizá-lo com empréstimo a outro banco, sem conhecimento desta Assembleia. Porque, senão, podemos ter fundos perdidos, como a Segurança Social teve nos empréstimos, nos Madof's. Bom, deve-se ter um pouco mais de cuidado na forma como se aplica o capital. O capital é pedido para investimento no concelho, não é para jogar na bolsa.-----

----- Portanto, o Senhor aqui nas Grandes Opções do Plano, tem de facto a Regeneração Urbana aqui do mercado, que é uma verba avultadíssima. Penso que não é uma obra de primeira prioridade para o nosso concelho, como tenho dito. Primeiro está a saúde das pessoas, portanto, penso que devia ser aplicado na água e no saneamento, porque continua a estar muito aquém de servir as populações.-----

----- Também aqui nos resíduos sólidos, a verba é muito reduzida. E, eu pergunto, quando o Senhor Presidente diz aqui que os lixos, os resíduos, o Senhor sabe como está a nossa Zona



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Industrial do Paraimo. O Senhor Presidente está a adquirir terra pura de pinhal que foi desactivado, e estão lá a introduzir resíduos de construções, aquilo parece já quase uma lixeira, alcatrão. E isso, é grave. Isso é muito grave. E eu convidava o Senhor Presidente, porque a verba é relativamente pequena, a transferir algumas verbas de outra área das Grandes Opções do Plano, para arranjar um eco-espacó, conforme estão a fazer algumas Câmaras do nosso concelho e, recentemente, a Câmara de Aveiro, que já tem dois eco-espacos para recolha de resíduos seleccionados, um para os monos e outro para resíduos domésticos, como restos de floresta, de jardins, e acho que mesmo ali na própria Zona Industrial do Paraimo isso é possível. Agora, pôr lá aquilo de qualquer maneira e feitio é que não. Isso é grave. Porque como dizem os ambientalistas, vêm lá e depois castigam o Senhor Presidente e a Câmara.

----- Portanto, acho que o plano não satisfaz as opções e a vontade do eleito da CDU e, como tal, votarei contra.”-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que concluiu o que se tenta transcrever na íntegra: “É simples. Naturalmente as despesas com pessoal 14% estão dentro daquilo que a lei determina, estão bastante aquém, portanto, é sinal que podia ter muito mais pessoal e não fazer administração directa, ainda, tê-lo aí a fazer outras coisas. Eu não me quero comparar com as outras Câmaras. A Câmara de Anadia é igual a si própria e, portanto, não tenho dúvidas aquilo que ao nossos trabalhadores fazem é lucrativo. Portanto, não estou nada preocupado com isso. E, tenho o pessoal, já herdei muito dele, nem sequer ia prescindir dele, como faz o Governo e outras coisas, que é prescindir do pessoal, vão para bolsas do desemprego, etc.. Nós continuamos a ser grandes empregadores. Isto, vem a propósito daquilo que vocês dizem. Parece que o nosso pessoal, enfim, nós não devemos ser, porque ou não fiscalizamos, ou ele não presta, ou qualquer coisa. Bem, vocês não se atrevem a dizer qualquer coisa em desabono porque não podem estar de bem com uns e mal com outros. Portanto, a gente comprehende isso.-----

----- Agora, quanto aos 16% de bens e serviços, bens, são bens que se adquirem e estão lá definidos, se for para a folha está lá, esses 16%. Agora, quanto ao loteamento de Ancas, quero-lhe dizer que ainda não está pago mas é património, não tem nada que ver com isso. E não está pago, não é porque a Câmara não queira pagar, é que não reunia condições de pagar. É que tinha um ónus, e as pessoas sabem, tinha um ónus sobre o empreendimento que impedia que eles fizesse, eles donos, a Misericórdia de Ovar, que fizesse a respectiva escritura. Isso vai ser feito em breve, está a ser levantado, e nós vamos pagar, como é normal. É este orçamento que, o Senhor embora não aprovando, vai tendo condições para desenvolver Ancas e outras. O Senhor não aprova faz muito bem, é um problema seu, e eu, não tenho nada que ver.-----

----- Quanto o Senhor diz empréstimo a outro banco. Não, meu amigo. Nós quando temos aqui um superavit de dinheiro, porque pode ser assim. Eu quero-lhe dizer, por exemplo, o Estado, o Governo, deve-me, neste momento, muito dinheiro. Só do Velódromo de Sangalhos deve-me realmente muito dinheiro. É claro, eu tive de gerir as coisas sem esse dinheiro. Se esse dinheiro



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

me aparecer aqui hoje, não aparece, infelizmente não aparece, se aparecesse aqui hoje, eu punha-o aí no cofre. Não. Ponho-o em contas a prazo, não o empréstimo, de três meses, seis meses, consoante o meu orçamento, o meu plano me possibilita. Acho que é uma boa gestão, não tenho nada, ninguém se opõe contra isso, é o que eu faço na minha casa, se eu tiver a receber e não tiver agora nada que comprar, eu vou pôr aquele dinheiro a render alguma coisa até que apareça o momento para o gastar. Mas vocês confundem tudo. Eu emprestar dinheiro, eu peço. Eu peço dinheiro para a Câmara Municipal, com a vossa autorização.

Portanto, é claro, fala que podia-se gastar o dinheiro noutro lado, regeneração urbana. Ouça, pode. Pode-se gastar noutro lado, mas é preciso ter fundos, e nós temos fundos disponíveis a fundo perdido para estas acções, e já expliquei uma vez. Haja alguém que subscreva. Não, não faça isto, vamos fazer isto. E, leve o Estado ou os Governos, olhe que a Câmara de Anadia quer fazer aquilo. Vocês inscrevam nos PO's ou nos regionais ou nacionais, esses projectos porque é aquilo que a Câmara de Anadia quer fazer. Não, eu tenho uma contratação de fundos, que é o caso do dinheiro que pertence à Câmara, tive de o aplicar nos projectos que a CCDR abriu especificamente para as Câmaras. Não pode ser onde eu quero. Felizmente. Não sei se felizmente, mas vá, ainda bem que é assim. O dinheiro não é meu porque é que hei-de ser eu sozinho a mandar nele. É a Câmara, é a Assembleia e são todos aqueles que estão interessados em saber como é que a Câmara gere o seu dinheiro. Portanto, os 16% que refere é aquisição de bens, como é normal, mas não tem nada que ver com o património. O património é realmente outra coisa e está, com certeza, aqui no orçamento consignado porque é um negócio que está feito e nós queremos fazer, naturalmente, portanto, manter a nossa palavra. E é isso que nós pretendemos.

Não sei se você me disse mais alguma coisa. Quanto à Zona Industrial do Paraimo, também só nesta altura é que temos dinheiro e, por acaso, da contratação, para gastar lá. E, vamos naturalmente avançar com um trabalho de repavimentação, pronto, arranjar aquilo como deve ser. Está neste momento a ser elaborado o projecto. Portanto, penso que respondi, mais ou menos, àquilo que me solicitou. Muito obrigado.

Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Timóteo, do Grupo Municipal do PSD, intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Muito boa tarde a todos. Antes de mais nada queria desejar as boas festas a todos os colegas Deputados, à Mesa e à Câmara e à comunicação social e ao público em geral. Quando eu pedi esta intervenção foi com o intuito de protestar contra o que eu acho que é uma atitude antidemocrática por parte do CDS-PP, de estender a sua intervenção para além do período que lhe é definido.

Aproveito, agora, para congratular o Executivo Camarário por este orçamento que, em período de crise, mesmo assim consegue ser um bocadinho mais alargado do que o ano passado, o que deixa antever que haverá obras melhores. E, o que nós queremos todos para o nosso concelho é mais e melhor, e penso que é isso que a Câmara Municipal pretende fazer para o ano de dois mil e dez. Tenho que discordar consigo, Prof. Litório, não queremos para cá pessoas que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não sabem gerir oito minutos e meio, quanto mais trinta e quatro milhões. Não as queremos. Não as queremos cá. Queremos pessoas que saibam gerir aquilo que têm e, com isso, fazer o melhor.

----- Tenho, também, a dizer que, tirando a primeira intervenção do meu colega da bancada do PS, pouco se falou aqui das opções do Plano. Ouvi falar de PDM, ouvi falar de orçamentos imaginários da CDU e do CDS-PP, e de obras imaginárias que queriam, mas pouco ouvi falar do orçamento que está aqui, se calhar porque não há nada a dizer de mal e, se calhar, quando não se pode mal, ficava-lhe mal dizer bem.

----- Tenho só a congratular-me com o PS, com o facto de se, nas palavras do meu colega, de se aproximar das nossas opções. É um bom movimento. Estamos no caminho certo. E queria deixar, então, esta nota que acho que deveria de haver mais cuidado na gestão do tempo, porque, realmente, se nós fizermos aquilo que o CDS-PP fez, saímos daqui às onze da noite ou à meia-noite. Porque se nós temos quarenta minutos e eles têm oito, se eles usaram onze, que eu contei-os, então nós vamos usar noventa minutos. Acho que é uma falta de respeito para quem está, para os outros colegas e, acima de tudo, para o funcionamento normal desta instituição. Muito obrigado. Tenho dito.

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS, que completou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente, aqui algumas notas sobre o orçamento. Vou falar do orçamento, também. Em termos de receita, o Senhor prevê arrecadar um milhão de euros, eu vou repetir, um milhão de euros com a venda de bens de investimento, dos quais, quatrocentos e setenta mil euros com a venda de sociedades e quase sociedades não financeiras. Gostaríamos de saber se isto tem alguma coisa a ver com a WRC e que tentasse enquadrar e justificar um bocadinho esta opção. Depois, pressupõe, ainda, uma receita de quinhentos e trinta mil euros com a venda de apartamentos. Estas duas verbas juntas, dá o tal milhão de euros que é apenas o dobro da transferência que aqui se prevê para as Juntas de Freguesia. Portanto, é uma primeira conclusão que retiramos é que as Juntas de Freguesia, em vez de serem o veículo de gestão e de aproximação aqui às populações, como fica bem dizer em véspera de eleições, não são, e que a Câmara em muitas matérias continua a querer substituir-se um pouco ao que é a iniciativa privada e a actividade privada. Esta questão dos apartamentos penso que é bastante elucidativa.

----- Em termos de despesas, já aqui foi falado, as infra-estruturas básicas, aumenta a despesa com redes de saneamento, mas também suspeitamos apenas porque pretende cumprir com o plano estratégico de abastecimento, este PEASAR dois.

----- O quadro do pessoal, aqui já foi falado também. Uma confusão, não se percebe. Uma competência que será da Assembleia agora para dois mil e dez, cento e trinta e seis pessoas em postos de trabalho por tempo indeterminado, mais cento e trinta e seis tempo determinado e cinquenta e seis propostas para recrutamento em dois mil e dez. Fica-se sem perceber quanto é que é o quadro de pessoal ao certo. Era importante esclarecer isto. Se é a soma destas três



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rúbricas, se pretende contratar as cinquenta e seis pessoas, ou se já estão contratadas, se já estão cá a trabalhar. Mas, a conclusão que retiramos, também, é que em termos de despesas com pessoal aumentam e, portanto, mais uma vez, aqui os rácios de eficiência da Câmara reduzem-se e a eficiência da Câmara reduz-se.

----- Em termos de acção social, também notamos e queremos salientar o seguinte: na introdução do documento, diz-se que se incluem, até à presente data, as verbas que fazem parte do Fundo Social Municipal, já aqui foi falado hoje, quatrocentos e um mil euros. O Senhor em termos de despesas com famílias, prevê gastar sessenta e um mil euros, portanto nem quinze porcento do valor deste Fundo Social Municipal vai ser gasto. É uma coisa que causa alguma estranheza, quando a acção social é uma das apostas do seu Executivo.

----- Em termos de cultura, turismo, ordenamento do território, coisas muito pobres. Fala-se da comunicação, também. Ou seja, continuamos a achar que é um orçamento muito de rotunda e de lomba, que já aqui foi falado, muito de betão, e pouco de cidadão, de colocar o município no centro da actividade e da estratégia política. É isto que nós continuamos a achar. Obrigado.

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado André Henriques, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que deu a resposta que se tenta transcrever na íntegra: "Senhor Deputado, muito boas tardes. Eu quero-lhe dizer que quando fala do milhão de euros, mais o meio milhão, quer dizer, isso trata-se de receitas efectivamente de venda de património que temos aí para vender. É claro, são os números que estão lá. Se o vamos conseguir, ou não, é um assunto que só se ajuizará quando for das contas, como é normal, não é.

----- Agora, é evidente que quando fala do pessoal, aqueles números que fala, de tempo indeterminado, tempo determinado, e aquelas cinquenta e seis pessoas, isto é o seguinte: algumas dessas pessoas, porque não sei se sabe que muita gente está, isto está tudo, estão misturadas as situações, tempo determinado, aqueles que estão por contrato, tempo determinado, e há aqueles que efectivamente há a necessidade, e fazem parte do mapa, há necessidade de vir a incluir, naturalmente, no orçamento. Portanto, estas cinquenta e seis pessoas a que se refere, não é para entrar, não vão entrar cinquenta e seis pessoas. Elas já cá estão nos cento e trinta que estavam previstos. Estão com contratos precários, e como têm cinco anos, nós vamos abrir concursos para cinquenta e seis, incluindo os tais que se prevêem também em aumento de pessoal, que no mapa, se for aí ao mapa, está aí. Eu penso que estas explicações são meramente técnicas e é como lhe disse, é por essas razões que as pessoas às vezes não entendem os orçamentos, que é muito pouco, ou é muito. Ouça, eu só pergunto uma coisa: como é que eu havia de fazer se fosse a dotar tudo de muito dinheiro? E depois? Como é que é? E as obras? Então, não havia obras. É evidente, por isso eu vos disse, isto é previsional e tem uma coisa, assenta numa vertente muito importante: há obras que estão aí que se vão construir em dois, três, até quatro anos. Portanto, estes orçamentos não podem ser orçamentos rígidos, não é aquela contabilidade do dois e dois são quatro. Há que ter um pouco essa noção. Que vocês, já os próprios Vereadores do PS denunciam esta situação, dizendo que é pouco, nós



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também sabemos que é pouco. Mas é aquilo que os números de que dispomos nos dão possibilidade de distribuir. Isto é uma distribuição que temos de pôr pelas várias rubricas, muitas delas são só, é meramente para abrir a rubrica, porque, se não, não havia dinheiro. E se há dinheiro que temos de pôr nas obras, é aquele nas obras que fazem parte dos fundos comunitários, e para esses é que é prioritariamente necessário que haja dinheiro, quer seja da Câmara, dos rendimentos dos impostos da própria Câmara, quer seja de um empréstimo que eventualmente venha a ter necessidade de solicitar. Neste momento é assim: se houver mais obras dos fundos comunitários, e se vierem a ser aprovadas, ai não tenham dúvidas que nós não vamos deixar de as fazer, ainda que discordem delas. Está a perceber. Portanto, se vier, para certas obras, dinheiro, mais que o orçamentado neste orçamento, é claro que será acrescido aqui e o dinheiro que estava ali a fazer a cobertura daquela obra provavelmente irá alargar em termos financeiros a disponibilidade para cada um desses itens que vai dizendo que tem pouco dinheiro, está a perceber. Isto é assim. Não podemos fazer de outra maneira. É pouco, não posso lá pôr mais. Não o tenho."-----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais para solicitar um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, solicitação que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Senhor Presidente. Gostaria que me informasse se na aquisição de bens e serviços, uma vez que a construção do Pólo Escolar de Anadia leva ao encerramento de algumas escolas nalgumas Freguesias, que vão ser servidas por esse pólo. Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se na aquisição de bens e serviços está incluído a compra de autocarros e carrinhas para transporte dos alunos."-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que prestou o esclarecimento que se tenta transcrever na íntegra: "Ó Senhor João. As escolas não estão construídas, mas quando estiverem, tranquilizou os miúdos, esteja tranquilo, que não vão a pé. Ouça, eu já lhe disse que há possibilidades, temos aqui o nosso orçamento, não tem nenhuma dúvida, eu com o orçamento que tenho compro os autocarros que quiser, está a ver. Não posso é comprar autocarros sem precisar deles. E mais. Não devo comprar autocarros, tirando a outras obras aquilo que faz falta nessas próprias obras. Eu, neste momento, não é assunto que me interesse. Neste momento estou determinado é a ter, no fim do ano de dois mil e dez, um centro escolar já com condições para funcionar e, aí, vamos ver. Quem sabe se o Ministério da Educação dá alguma ajuda para o carro, para o mobiliário. A gente está cá para conversar com quem manda. A gente não tem que ter a pretensão, nós compramos tudo, nós fazemos tudo. Isso, são as Câmaras que vocês imaginam, vocês, aqueles que pensam assim, com todo o respeito, que fazem o que querem. Não, a gente faz o que pode. E é bom que se diga claramente que as crianças destes centros escolares vão ter que ser conduzidas às escolas. Mas o que é que me obriga a mim a comprar autocarros? Por que é que não contrato com uma empresa para fazer isso? Isso são coisas para ir estudando no dia-a-dia. Bem, temos de preencher o tempo com alguma coisa, Senhor João



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Morais. E, portanto, quero-lhe dizer que respondo-lhe com gosto mas não posso é, naturalmente, ir adivinhar aquilo que vou fazer daqui a um ano. Isso é que eu não posso fazer."-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal que completou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Eu tinha algumas pequenas observações a fazer, mas nem justificariam muito esta minha intervenção, nomeadamente aquela situação em que o Senhor soube identificar as vezes que eu ia ou não à Biblioteca. Eu, próximas vezes que eu vá à Biblioteca hei-de sempre avisá-lo com antecedência, que o Senhor há-de ficar completamente informado das vezes que lá vá. E, se calhar, vou mais vezes que aquilo que o Senhor julga. Mas, isso é apenas um pequeno aparte. Realmente aquilo que me suscita esta intervenção é o seguinte: neste diálogo que travou com os Deputados do CDS, houve, a alturas tantas, uma afirmação do Senhor Presidente da Câmara que me deixou intrigado. Foi quando disse que precisamente um Senhor Deputado que temos ali era o responsável pelo PDM. E eu, fiquei muito intrigado a pensar, a ver se conseguia interpretar o que é que isso significa, e peço ao Senhor Presidente da Câmara que me esclareça, porque eu pensei que, sobretudo até, estando nós num órgão político como é este, a Assembleia Municipal, deveríamos tentar perceber, quais são, afinal, as responsabilidades políticas que naturalmente levaram ao PDM, que pelos vistos, pela maneira como o Senhor se exprimiu, não é um PDM que lhe agrade. Mas, eu pensava, que era, de facto, a maioria do PSD, destes anos todos, ou de pelo menos daquela altura em que se aprovou o PDM, quer no Executivo Municipal, quer na Assembleia Municipal, eu pensava que a maioria do PSD que era a responsável pelo PDM que agora parece que ninguém gosta. Senhor Presidente da Câmara. O que é que o Senhor queria dizer mesmo, exactamente, com essa afirmação, de que o responsável pelo PDM era um actual Deputado do CDS."-----

----- No seguimento da intervenção protagonizada pelo Senhor Deputado Cardoso Leal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Senhor Deputado Cardoso Leal. Permita-me dizer-lhe que tenho alguma dificuldade em perceber a sua intervenção englobada neste ponto. Não foi de si que efectivamente se falou, não foi do seu Partido, portanto, Senhor Presidente, se entender por bem responder, responde, nós, efectivamente, entendemos que este assunto não tem a ver com o orçamento e as opções do plano. Peço imensa desculpa, é a minha interpretação. Desculpe. O Senhor falou de PDM e o PDM não em efectivamente a ver com esta questão. Peço desculpa. Está a pedir ao Senhor Presidente uma informação que não tem a ver com a discussão deste tema. Senhor Cardoso Leal, vai-me desculpar. Eu tenho muito respeito por si, e há duas questões que eu gostaria de lhe dizer. A primeira o Senhor não fala sem eu lhe dar autorização, peço imensa desculpa, porque a sua intervenção não fica gravada. O problema é esse, não é mais nenhum, atenção. E, segundo, como o Senhor sabe, as minhas interpretações não têm que ser efectivamente respondidas em diálogo directo. Se alguma dúvida existe, está aqui a Assembleia para dizer se



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eu tenho razão ou não. As decisões da Mesa recaem sobre, efectivamente, a concordância ou discordância da Assembleia. Portanto, lamento imenso, não é essa a minha opinião."-----
----- De imediato, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Portanto, eu não pedi a palavra para uma resposta a alguma interpelação que me tenha sido feita, porque creio que tenho tempo para falar e tenho duas intervenções para fazer, e é, portanto, a segunda intervenção. E eu fiz uma pergunta muito explícita acerca de alguma coisa que foi aqui discutida com alguma exaustão. Tenho todo o direito a fazer esta pergunta. Peço desculpa. Tenho todo o direito. Não admito a sua censura, com o devido respeito."

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que deu a resposta que se tenta transcrever na íntegra: "Ó Senhor Presidente da Assembleia. Eu não quero responder, porque eu já respondi quando se discutiram esses problemas. Disse, em devido tempo, aqui estaremos para discutir os problemas do PDM. O Senhor Dr. Cardoso Leal, com todo o respeito que eu também tenho por ele, quero-lhe dizer uma coisa: está a aproveitar a discussão de um orçamento para meter PDM. Ouça, isso, realmente, eu não estou a ver a razão por parte do Senhor. Mas, o problema é seu. Eu vou responder ao Senhor na devida altura, que não agora. Agora, estou a discutir orçamento, neste momento. Muito obrigado."

----- Consequentemente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha que completou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Só para pedir um esclarecimento, porque, de facto, há aqui alguma coisa que eu pessoalmente, é uma área que me é sensível e, portanto, gostaria de ver este tema mais aprofundado. E, prende-se, exactamente, com a área da cultura, e como temos uma nova Vereadora da Cultura, a quem eu, desde já, desejo muitas felicidades no seu mandato. Mas, o que é verdade é que o Senhor Presidente da Câmara, na introdução do orçamento, disse que a área da cultura é uma área privilegiada. Eu, consultando aqui o orçamento, verifico que a área da cultura tem uma verba atribuída de cerca de quatro por cento. Bom, e há uma outra situação que eu também gostava de ser mais bem esclarecido. Porque, nós temos aqui um evento, que é um evento anual, que tem a ver com a Feira da Vinha e do Vinho, que tem um orçamento que ronda os duzentos e quinze mil euros, números redondos. E, enfim, nós podemos interrogar se, de facto, a Feira da Vinha e do Vinho é mesmo cultura, ou não. Mas isso é outra questão. A questão é que num evento que se faz anualmente, tem verbas atribuídas superiores àquelas que se gastam nos diversos equipamentos que estão no concelho, ou seja, no Cineteatro, no Museu do Vinho e na Biblioteca, que são, por si, digamos, os equipamentos mais vocacionados para as áreas culturais. E, portanto, não me parece, a mim pessoalmente, não me parece que esta distribuição de verbas esteja, digamos, de forma a contemplar os eventos que se possam fazer, ou seja, uma programação que se possa realizar ao longo do ano, mas está basicamente a contemplar uma realização que se faz uma vez por ano. E, portanto, eu não gostava de dizer à Senhora Vereadora que tem aqui um presente envenenado, mas, cá estaremos, depois, na



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

altura da aprovação das contas para verificar qual foi, de facto, a verba que conseguiu investir na cultura do concelho. De qualquer modo, e como o Senhor Presidente também já disse que a atribuição das verbas no orçamento não quer dizer que não haja depois dinheiro para se fazerem outras coisas e, portanto, as atribuições das verbas no orçamento podem ser encaradas até de uma forma simbólica, o que eu enfim, se me permite, tenho grande discordância, porque o orçamento deve reflectir as orientações que o Executivo tem ao longo do ano e, portanto, não deve ser verbas simbólicas. Mas, de qualquer modo, eu gostaria que me explicasse se, de facto, tem intenção de rentabilizar mais estes equipamentos culturais que nós temos no concelho, porque, de facto, as obras estão aí. Nós não as negamos. O cimento está lá e, portanto, as obras estão prontas a funcionar. Agora, é preciso, de facto, dar-lhe utilização. E, como sabe, nós sempre apoiámos os investimentos feitos em obras, mas sempre dissemos que gostaríamos que essas obras tivessem vida própria e que, de facto, fossem factores de dinamização, neste caso cultural, do próprio concelho. Muito obrigado."-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder, resposta que se tenta transcrever na íntegra: "Quatro porcento para a cultura, cultura em si, é muito dinheiro, basta fazer as contas ao orçamento. E, portanto, não está aqui, com certeza hoje não temos Bibliotecas, não temos Cineteatros, não temos Museus, não temos essas coisas todas para construir. Naturalmente que o corte abrupto nesses investimentos acontece porque temos efectivamente as obras. Quando refere e compara a Feira da Vinha e do Vinho com os eventos culturais, e às vezes ainda se gastava mais na Feira da Vinha e do Vinho. Não é exactamente assim, porque nós com a Feira da Vinha e do Vinho temos uma componente de receita. Às vezes podemos abdicar dela, se a Câmara está bem financeiramente, podemos até abdicar dela, porque também é uma promoção para o concelho, etc.. E, portanto, estando mal, temos de nos agarrar, temos de gerir isso mais, de uma forma mais apertada."-----

----- Falou de representação simbólica de números, não é bem assim. Nós temos um projecto e, depois, isto vem por grupos. A gente na cultura, na área da cultura, podemos ter os mais diversos eventos. E é por isso. O Senhor foi Vereador connosco, que muitas vezes vem a aprovação os eventos, até porque não havia nenhuma Câmara, nem há nenhuma Câmara que possa programar para um ano, para um Cineteatro, por exemplo. Isso pode programar, se for uma coisa sem grande ambição, pode programar, mas não deve. Portanto, aí está, realmente, alguma contenção nos números que apresentamos. Futuramente, e Deus queira que sim, é bom sinal, poderemos vir a reforçar. Neste momento aponta assim e, Deus queira, como disse, que a nossa Vereadora, lhe dê os parabéns de, efectivamente, ter feito um bom trabalho na área. Espero que sim. Isso vai mais tarde, realmente, ser julgado e, nessa altura, cá estaremos para ver. Portanto, ó Senhor Vereador, o que eu queria, no fundo, está a perceber, é que a Câmara não fugisse muito daquilo que tem feito até aqui, fugir muito daquilo que fizemos no passado. Isto, volto a ter de referir, não gostava de dizer assim, mas é um documento que nós temos aqui, não é uma coisa rígida, é impossível. Se for rígida não funciona, é como tudo na vida.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Portanto, cá iremos, convosco, se for caso disso, em termos de revisões, ou com a Câmara, em si, ir encontrando as saídas possíveis. Espero que tudo aconteça, decorra na maior normalidade para que a gente possa ter cultura, bem mais que aquela que apontamos."-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Pedro Dias que teceu o comentário à posição manifestada pelo Grupo Municipal do PS relativamente à cultura que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Eu pretendi fazer aqui uma, tecer um comentário relativamente ao que a bancada do PS manifestou relativamente à cultura, porque este plano estratégico evidencia, realmente, um investimento mais notório precisamente nas áreas onde a cultura realmente cria mais sinergias com outras áreas de intervenção, nomeadamente a social. Portanto, a área social, a área cultural, nomeadamente a educação, é a área onde o investimento é mais prioritário e é notório neste orçamento. Daí, querermos felicitar também o Executivo por esta opção que é verdadeiramente assumida."-----

----- Relativamente à cultura e aos equipamentos que o Município tem, e não só, nomeadamente também com as Associações e o papel que elas têm no Município, tem sido política dos anteriores Executivos, e parece que também é esta a estratégia assumida neste Executivo, que é obrigar as equipas técnicas, que exercem funções de responsabilidade técnica nesses equipamentos, de criarem alguma ginástica, digamos financeira, e criarem estímulos ao estabelecimento cada vez maior de parcerias. Este tipo de parcerias tem sido cada vez mais assumido e o comprovativo disto, nomeadamente com a parte artístico-cultural, cada vez mais é notório os artistas de topo nacional, e até internacional, batem-nos à porta no sentido de quererem estar presentes em projectos criativos connosco. Portanto, isto é um sinal que realmente, por vezes, com pouco dinheiro, se conseguem fazer iniciativas com a projecção devida para o Município, que é sempre esse o objectivo."-----

----- Relativamente à área artístico-cultural, o Senhor Rui Marinha tem tomado conhecimento dessas iniciativas, também por outras funções que desempenhou nesta Autarquia, e na qual também foi responsável pela aprovação, ou não, dessas iniciativas propostas, tem provocado na crítica dos pares ligados ao mundo das artes, verdadeiras referências a nível nacional. Eu creio que, por vezes, poderá haver um falhanço das equipas técnicas locais no sentido de fazerem uma divulgação desses resultados, apesar de ter sido feita, e de ser feita, através das vias institucionais, nomeadamente nas reuniões de Câmara e na Assembleia Municipal, talvez se careça aqui um pouco dos serviços técnicos poderem divulgar mais os resultados e as críticas que têm vindo relativamente a essa área. Poderá ter um senão, se calhar ao Senhores Deputados da oposição estarão aqui a acusar-nos de estarmos a fazer demagogia política e a fazer campanha digamos política, mesmo sem ser no acto eleitoral. Não é esse o objectivo. O objectivo fundamental são os resultados, é as pessoas utilizarem os espaços. E, realmente, era esta referência que queria deixar, é que esta ginástica que o Executivo normalmente transmite às equipas técnicas, cada vez é mais implementada e as parcerias acabam por surgir naturalmente, nomeadamente à Biblioteca que é um dos equipamentos mais recentes, creio que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é notório que tem havido um esforço desta Autarquia, isto também está visível neste plano, nomeadamente na aquisição de fundos documentais, no estabelecimento de equipamentos informáticos para utilização desses mesmo recursos, é notório neste investimento. Estou a ver aqui uma verba que ronda os noventa e cinco mil euros só na área de fundos documentais. Creio que é muito importante isto. Já está estabelecida uma rede entre Bibliotecas, com as Escolas, com as Instituições Públicas, ela está a aumentar, portanto, creio que essa é a finalidade, o espaço tem sido utilizado, cada vez mais.

----- Nomeadamente ao Cineteatro, obviamente é difícil. É difícil em meios que, acabamos por ser uma cidade pequena, que está a crescer. Temos uma forte raiz de cariz rural, são processos lentos, estes de ocupação e das pessoas se sentirem motivadas a utilização dos espaços. Foram feitas várias propostas no início de actividade desta instituição. Muitas das propostas com grande mérito, outras talvez menos acertadas, mas esta capacidade para atrair as pessoas aos espaços não é fácil. É um processo lento, que se vai construindo e, hoje em dia, já é notório que a programação é muito mais rica, muito mais equilibrada e diversificada. Obviamente que ainda há muito a fazer, mas creio que essa estratégia e vontade do investimento e do plano está bem notório neste plano. Portanto, é um plano que a bancada do PSD perfeitamente se identifica. Muito obrigado.”-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Araújo que concluiu a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Eu sei que devia dizer boa tarde, mas acho que já começo por dizer boa noite. Ao Senhor Presidente, aos Senhores Vereadores, os Senhores Deputados. O Grupo Parlamentar do PSD apoia a apresentação do orçamento e opções do plano da Câmara. Já estamos adiantado da hora, é certo. Não nos esqueçamos que temos ainda catorze pontos para serem apresentados, discutidos e votados. O nosso apoio ao Senhor Presidente da Câmara também vem da maioria absoluta que ele tem e da população que confiou nele, não confiou só para este mandato, já confiou para os mandatos anteriores. Por isso, eu como não sou de me alongar muito porque, talvez se for necessário a algum dos outros Grupos Parlamentares, eu posso ceder uns segundos do nosso tempo, se eles acharem necessário, não haja alguns pontos que fiquem por esclarecer e que o Senhor Presidente da Câmara precise de esclarecer. Aproveito para também desejar que continuem imbuídos neste sentimento de época natalícia que é sempre bom para as discussões destes assuntos. Por isso, o Senhor Presidente tem o nosso apoio. Tenho dito.”-----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha que completou o que se tenta transcrever na íntegra: “Eu vou ser breve e é só para dizer o seguinte: que não respondi ao Senhor Presidente da Câmara porque entendi que lhe devia dar o benefício da dúvida. Mas limito-me só a constatar, através da afirmação que fez o Dr. Pedro Dias, que está satisfeita com as verbas distribuídas à cultura. E, portanto, eu, é só para constatar isso. Dr. Pedro, só espero que, de facto, consiga, no Museu do Vinho, fazer bons eventos, aliás como tem feito alguns, sem dúvida nenhuma. Mas, consiga fazer bons eventos, trazer a Anadia realmente espectáculos e representações, e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentações, de grande qualidade, e exposições, também, mesmo com este dinheiro."-----

----- Sem mais pedidos de intervenção para fazer no âmbito da discussão do segundo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação, finda a qual anunciou que a proposta de orçamento e das opções do plano do Município de Anadia para o ano de dois mil e dez tinha sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, nove votos contra e uma abstenção.-----

----- De imediato, deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia e passou a apresentar o ponto três, "Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Anadia, para o ano dois mil e dez (2010), de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA", após o que deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à introdução do ponto, introdução essa que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Este documento dos Serviços Municipalizados, é um documento que realmente não tem nada que ver com aqueles, em termos financeiros, com aqueles grandes orçamentos da Câmara Municipal, mas como tem que ser reconhecido, trata-se de uma instituição que gere uma parte, uns serviços específicos e, portanto, é necessário dinheiro para que ela funcione.-----

----- É evidente que a apresentação deste documento é um pouco diferente da apresentação do grande documento que acabámos de aprovar, todavia, enfim, reflecte exactamente aqui o resultado, digamos, de uma actividade, em especial na área da água e do saneamento, que, por estranho que pareça, e retirando, naturalmente, os fundos comunitários, é um orçamento que à partida é facilmente realizável. Este é muito menos abstracto, digamos, que o orçamento da Câmara, assim tem sido entendido pela maior parte dos Grupos Parlamentares que ao longo dos anos o têm discutido. Penso que ele de ano para ano também tem vindo a ser melhorado, todavia, a apresentação, é lógico, todavia, as bases programáticas para este orçamento, enfim, são em função, naturalmente, da especificidade do serviço, são estas que estão aqui, são quase imutáveis. Portanto, pedia, naturalmente, a aprovação para este documento."-----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Eu queria fazer uma curta intervenção acerca do orçamento dos Serviços e, fundamentalmente, por uma razão: que nós vimos aqui há vários anos sempre a debater o mesmo o problema, é que este orçamento não traduz a actividade dos Serviços. E, efectivamente, é verdade, não traduz a actividade dos Serviços Municipalizados. Mas eu acho que já é tempo de começar a traduzir de facto essa actividade, porque, quer queiramos, quer não, nós temos um quadro de pessoal afecto aos Serviços Municipalizados, que é um quadro ainda com uma quantidade de pessoas bastante apreciável e, portanto, estas pessoas sentir-se-ão, com certeza, até desvalorizadas por um orçamento que não lhes reconhece efectivamente o trabalho. E, portanto, eu acho que é tempo de ser implementada a contabilidade analítica nos Serviços, de modo a que, de facto, nós consigamos analisar o orçamento, e até as contas dos Serviços, de uma forma mais correcta e, digamos, que valorize o trabalho dos funcionários, que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é fundamental.

----- Mas, queria dizer, acerca deste orçamento, queria referir um aspecto que me parece importante. A taxa de disponibilidade, como toda a gente sabe, já foi abolida. No entanto, continua aqui ter cabimento orçamental. E eu, pedia ao Senhor Presidente da Câmara que me informasse por quê.

----- Tenho que constatar que ao nível das receitas, a venda de água, que representa 76% é de facto a receita mais importante, mas que a Câmara Municipal só comparticipa neste orçamento dos Serviços com 7%. Portanto, isto demonstra, claramente, mais uma vez, que a grande actividade que os Serviços possam desenvolver não estão representados aqui no orçamento.

----- Ao nível das despesas, tenho que referir que os custos com pessoal são na ordem dos 40%, são os custos mais elevados que o serviço tem. E, portanto, mais uma vez aqui está, de facto, a actividade dos colaboradores dos Serviços. Portanto, eu acho que é de facto uma injustiça muito grande aquilo que se passa neste orçamento, a par de todos os outros, como é evidente, que foram até hoje apresentados. É tempo de valorizar, de facto, o trabalho dos funcionários dos Serviços.

----- Gostaria de dizer, também, que os investimentos são mais elevados, contrariamente à ideia que possa ter transparecido aqui na discussão do orçamento da Câmara, não é, de facto, o saneamento, prende-se com o abastecimento de água. E eu penso que tem a ver mais com a captação da água, enfim, por uma política que o Senhor Presidente da Câmara entende, mas que não sei inteiramente se estará correcta, e portanto. Mas, de qualquer modo, ele entende sempre que deve haver uma reserva de exploração de água, porque ele está com medo que a água, de facto, acabe. Bom, mas queria salientar que de facto não é o saneamento que tem a maior verba ao nível dos investimentos.

----- Queria, ainda, pedir também um esclarecimento por que é que está previsto no quadro de pessoal, a contratação, o recrutamento, portanto, de mais quatro pessoas para este ano. Se calhar, com a mesma explicação do orçamento da Câmara, provavelmente, mas é uma explicação que a mim, pessoalmente, não consigo entender muito bem. Peço desculpa, por isso, mas não consigo, de facto, entender muito bem, porque ninguém me consegue dizer qual é o número de funcionários que tem os Serviços, e qual é o número de funcionários que a Câmara tem. E, portanto, isso é que eu gostaria de saber, efectivamente quantos são de um lado, quantos são do outro, independentemente das funções que usarem, no desempenho das funções que usarem depois. Mas, quantos é que estão adstritos aos Serviços Municipalizados, quantos é que estão adstritos à Câmara Municipal. Isso era fundamental.

----- Já agora, queria também dizer que, no que diz respeito ao capítulo da renovação das redes de água, a verba que está contemplada é uma verba bastante exígua, portanto, não há uma aposta na renovação das redes. E, tanto quanto sabemos, há grandes fugas por todo o concelho. E, portanto, há aqui qualquer coisa que me parece ser uma lacuna, e que gostava que o Senhor Presidente me esclarecesse.

----- Só mais uma nota, para dizer que no que diz respeito aos resíduos sólidos, apenas



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

encontrei aqui vinte mil euros para aquisição de contentores, que me parece também muito pouco, uma vez que o concelho necessita, de facto, de melhorar a recolha dos resíduos sólidos, que infelizmente temos um concelho que tem graves carências nessa matéria. Portanto, esta verba também me parece que não vai dar, a não ser que depois haja aí alguma engenharia financeira, não vai dar para cobrir satisfatoriamente o território do concelho. E, portanto, deixava estes alertas e agradecia que me desse uma explicação, nomeadamente no que diz respeito à taxa de disponibilidade, ao quadro de pessoal, à renovação de redes, fundamentalmente."-----

----- Para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que concluiu a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: "Senhor Deputado. Pois, já falámos isso, quer quando foi Vereador da Câmara, quer aqui nesta Assembleia, em anos anteriores. O problema deste orçamento, expresso desta maneira, apesar de ser bem diferente do da Câmara, ainda não se trata exactamente de uma contabilidade analítica, onde realmente vinha expresso tudo. Não é essa que nos exigem, embora possamos ir para ela. De qualquer maneira, nós também temos consciência que quem fizer uma análise assim aligeirada da situação, parece que cada funcionário nosso, ficará à hora a preços muito grandes. Mas não é. Isso não é assim exactamente porque há inúmeros serviços, inúmeras actividades que não são naturalmente contempladas, mas que não deixavam de ser despesa. Portanto, isso podia ser expresso. Temos andado, até, a pensar um pouco como o inserir. Já não é a primeira vez. Ainda não fizemos desta vez, porque seria desejável que também soubessem quanto, em termos de administração directa, é positivo, ou não positivo, ter essa administração directa. Estamos convencidos disso, porque temos experiências várias no dia-a-dia, que hoje tudo o que fazemos em outsourcing, por conta, aquilo dói. E, recebemos nas nossas casa, muitas vezes, nas nossas instituições, nas nossas empresas, muitas vezes pessoal inadequado a quem temos. Mas isso, são frutos do tempo e que, portanto, não podem ser resolvidos com um simples orçamento, mas pode ser tomado, e como diz, e bem, concordo com o Eng.^º Rui Marinha, pode ser, ir-se pensando a pouco e pouco nessa coisa, de maneira a que, pelo menos, se faça alguma justiça para aquele observador rigoroso de um trabalhador dos Serviços, possa efectivamente ser mal julgado, que é caro, que é isto, que é aquilo. Concordo com isso, não é a primeira vez, mas quero torná-lo público aqui que também concordo com isso."-----

----- Agora, quanto à taxa de disponibilidade, é verdade. Não tenho dúvidas nenhumas. É verdade. Nós acabámos com uma, mas o PEASAR, portanto, o Plano Estratégico, tem um nome próprio, que agora coordena distribuições e essas, portanto, verifica os circuitos da água, eles dizem que é assim. E dizem que é assim, e é assim que fazemos. Curiosamente, eu nunca imaginava que tanta guerra, tanta coisa, que se viesse, no fundo - eu peço desculpa por dizer isso, se calhar estou enganado - no fundo, que se venha a aceitar a mesma coisa com outro nome. Mas, mais. É que esta taxa de disponibilidade é penalizadora para os mais pequenos, para os pequenos consumidores, e é naturalmente, como é que hei-de dizer, beneficia os



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

grandes consumidores. Curiosamente até há determinado tipo de consumidor que até vai pagar menos do que pagava. Sim, pela fórmula que eles nos impõem. Eles dizem assim: a taxa de disponibilidade tem um coeficiente de zero nove. Por que é que não é zero um? Então, o consumidor não a consome toda? Ela não vai toda para o mesmo destino? Mas eles consideram assim, provavelmente um desperdício, eu até brinquei quando vamos a um piquenique, essa não é aproveitada da mesma maneira. Pronto, mas foi eu a brincar porque realmente foi o número que eles encontraram. Mas, também experimentámos outro coeficiente e também não dá bem. Quer dizer, esta muda demasiado com a estrutura existente. Mas, pronto, mas, de certa maneira, cria viabilização de ligação aos pequenos consumidores, sem os penalizar muito. Portanto, não estamos aqui a fazer nada que outros não façam. Foi a saída que o PEASAR entendeu e que nós, claramente, tínhamos de seguir. Aliás, nada mudou porque nós nunca retirámos, como sabem, a taxa de disponibilidade, sob pena de haver muito municípios que nem sequer pagavam. Não valia a pena. A despesa de cobrança não resultava. Aliás, também tínhamos pareceres nesse sentido, que nos dissessem para manter.

----- Ora, investimentos de abastecimento de água e exploração. Ó Rui, eu quero dizer uma coisa. Eu não tenho medo da água faltar em Anadia, até porque, também foi aqui dito, se a distribuição da água estivesse, em certos sítios, com menos rupturas, mas é uma rede e em alguns sítios já é velha. Quer dizer, isto em todos os serviços, sejam públicos sejam privados, tem um desperdício de água manifestamente grande por causa de uma rede que, como compreendem, é muito alongada, vai a um concelho inteiro, isto não se trata de uma cidade e, portanto, num ou outro ponto deixa de ter às vezes o controlo e há muita dificuldade de conseguir, às vezes, encontrar a própria fuga. Estamos a implementar, estava no outro, não sei se estava no outro se era neste, uma despesa para criar um sistema automático de controlo para exactamente conseguir, enfim, com essa monitorização, tentar responder mais rapidamente a eventuais fugas. Pronto. Isto não é tão fácil assim, mas estamos a fazer algum esforço.

----- Quanto ao pessoal, é evidente que tratam-se de quatro pessoas. Não serão aquelas que vão entrar, aqui também não sei de cor, mas estou convencido que é um problema idêntico, quer dizer, alguns que estão mal, passo o termo, mal colocados, por contrato, ou são pessoas que interessam, e tem de se fazer um ajustamento e, então, como sabe, por força da lei, tem de vir nos mapas e tem de estar mencionado no orçamento. Portanto, está cá para o ajustamento de pessoal. Não quer dizer que a gente não precise de mais uma ou outra pessoa, é natural que precise, mas também como sabe, as contratações, não vindo em mapa adequado, e não sendo consideradas no orçamento, também não se podem fazer. Contrariamente, pode-se falar a uma empresa de serviços. Pronto, mas é assim.

----- As redes de água, pois, a despesa é pouco por uma razão, esse é um caso que eu mencionei uma razão, nós, ainda abriram candidaturas para as redes de água. Como é lógico, temos de ter lá a rubrica para que se elas abrirem, nós temos consciência que precisamos num ou outro lado de reformular a rede, temos naturalmente, vamos candidatar-nos e, com certeza



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que depois, porque há rubrica no orçamento, já não precisamos de fazer a tal, evita uma provável revisão, que não sei, também, se isso vai acontecer se não. Isto, os fundos comunitários na Região Centro têm andado a passo de caracol e, portanto, não vou garantir que durante o ano de dois mil e dez, que haja candidaturas. No entanto, o orçamento está preparado para isso, mas como medida meramente, esta é que é meramente indicativa, porque, como comprehende, à partida, as redes de água, só consertos, consertos, é por administração directa, pouco dinheiro é preciso e o que está cá chega.

Também para concluir, contentores, também temos, como sabem, por parte do Governo, está-se a pensar na alteração radical da recolha dos lixos e, portanto, também não temos aqui grande coisa, para dizer vamos comprar muitos, até porque neste momento temos uma aquisição com o orçamento deste ano e, portanto, pouco, há poucas expectativas, até porque o concelho está coberto. Mas, se for preciso, também teremos, naturalmente, de reforçar estes montantes. Penso que, de uma forma geral, se alguma coisa passou, eu peço desculpa, mas foi o que eu tomei nota. Muito obrigado.

Para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, que completou o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Em relação a este documento, parece-me que houve algum esforço, da Câmara ou dos Serviços, em dotar aqui de algumas verbas que permitam fazer algumas coisas. No entanto, eu acho que não posso deixar de referir a esperança que tenho de que as verbas previstas, aliás, o Senhor Presidente já deu parcialmente a resposta, prevejam uma melhoria da rede de distribuição de água que tem rupturas constantes. Eu passo muitas vezes por Grada, isto agora um aparte, houve lá uma ruptura que andou lá quase um mês. É água a mais. Depois, achava interessante, também, pelo menos pelo que tenho ouvido, isto até para que a Câmara se sinta, o Senhor Presidente se sinta à vontade, que se fizesse aqui uma auditoria ao sistema de esgotos domésticos. O que passa é que a rede descarrega mais para o domínio hídrico do que para as ETAR's. Isto não é nenhuma acusação. Eu acho que se fizéssemos uma avaliação, ficávamos todos descansados. Mas, isso compete ao Senhor Presidente, como é lógico.

Depois, o único senão que este documento tem, para mim, é que não consegui perceber qual é a taxa actual de ligações à rede de drenagem de esgotos. Não consegui ver. Diz-se aqui que se pretende atingir em dois mil e treze noventa porcento, mas eu não sei qual é a taxa hoje. Como não sei qual é a taxa hoje, fico um bocado, fico com alguma dificuldade, e como não tenho os documentos, também não estão na net os tais documentos que eram necessários, dos dois anos anteriores, não sei como é que vou tratar isto. Portanto, fico aqui um bocado num impasse. E, é bom referir. Aliás, o Deputado anterior, Rui Marinha, falou numa coisa que é interessante, que é a imagem dos Serviços, e é que, sem ligações à, ou sem conhecimento das ligações à rede, a actividade dos Serviços resume-se a enterrar tubos. Eu acho que quem trabalha e quem produz, quer muito mais que isso. É só o que eu tenho a dizer em relação a este documento. Muito obrigado.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que respondeu da forma que se tenta transcrever na íntegra: "Eu penso que aquilo que diz, essa nossa preocupação do encaminhamento da água dos efluentes, é uma coisa realmente difícil de controlar e só com o tal sistema monitorizado que nós estamos, vamos implementar é que, naturalmente, podemos chegar a alguma conclusão. Não vai ser fácil, mas é um caminho que temos de iniciar. De resto, não tenho nada a comentar."-----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Ora bem, eu vou ser muito rápido. Só pedir aqui um esclarecimento ao Senhor Presidente. O Senhor Presidente disse, há pouco, que não sabe como é que se há-de poupar dinheiro. Vou-lhe dizer que nos Serviços temos aqui horas extraordinárias pagas com pessoal na reparação e recuperação de rupturas na conduta de distribuição de água. E, sabe como é que se pode poupar? É que, por vezes, quando eu acompanho e passo na estrada e quando estão as brigadas, eu também vejo como eles fazem o trabalho. Coitados, eles fazem das tripas coração. É que infelizmente o material que é aplicado para a reparação das rupturas é do mais fraco que há. E, então, eles hoje reparam, passado quarenta e oito horas já está outra vez a ruptura novamente. E um dos conselhos que eu dou ao Senhor Presidente, e que transmite a quem faz as compras, que adquiram material de qualidade, principalmente as braçadeiras e as uniões, que não sejam de plástico e de ferro, que sejam em inox, porque têm mais durabilidade e, aí, se calhar, o que se poupa no pagamento nas horas extraordinárias, estamos a recuperar com a aplicação do material. Penso que se o Senhor Presidente seguir o exemplo que faz na aquisição das viaturas que utiliza, em vez de comprar Mercedes, utilize Citroens, também é uma forma de poupar dinheiro. Se aplicar o mesmo material e a mesma aquisição de material que utiliza nas viaturas, com certeza que a poupança da água e das horas extraordinárias, e do pessoal que é aplicado noutros serviços, é útil para a Autarquia. É só."-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que deu a resposta que se tenta transcrever na íntegra: "Olhe, Senhor João. Eu quero-lhe dizer simplesmente o seguinte: o material que compramos, fazemos a empresas certificadas. Não fabricamos nenhum material, são empresas certificadas. E, está mesmo a ver, que aquilo que você vê logo a olho nu, será que os Técnicos daqueles serviços não vejam. Isto é assim. Eu não estou a ver usar braçadeiras, hoje já não se usam, só em casos muito raros. Hoje são tudo outros utensílios que eu também de quando em vez. Se você me falar que abrir um buraco no alcatrão, que é difícil e que ali que já nem toda a gente está disponível para isso, eu concordava. Agora, no material. Nós queremos e utilizamos o material melhor possível. Pena foi que no passado, e as pessoas que aqui estão há mais tempo, sabe que antigamente, depois dos tubos de fibrocimento, na água, começou-se a utilizar polietileno, portanto, tubos de plástico. E naquela altura eram tubos de baixa densidade. Hoje chegou-se à conclusão, e bem, porque, naquela altura dava, o sistema era sujeito a menos tráfego de água,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a menos pressão, a menos, aqueles choques que há. E, hoje, hoje aplicamos tudo plástico, chamamos-lhe, perdoem-me a mim que não sou técnico, mas daqueles de alta pressão. Pronto, não é por isso. Não pense, não venha agora dizer que a Câmara que compra aos ciganos, com todo o respeito que eu tenho por eles. Muito obrigado."-----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Eu não estou a dizer que a Câmara compra aos ciganos. É que as empresas vendem material de primeira qualidade, segunda e terceira. E, a que é aplicada não é a mais viável. É isso só que eu digo. Se o Senhor aplicar uma abraçadeira inox, tem outro período de duração. É só. E não é isso que eles aplicam. Pelo menos, a não ser que eu vire as costas e eles tirem a que lá está e apliquem inox. Penso que não."-----

----- Sem mais pedidos de intervenção para o período de discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu aquele período por encerrado e passou à votação da proposta de Orçamento e das opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Anadia para o ano de dois mil e dez, finda a qual anunciou que a mesma tinha sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, nove abstenções e um voto contra e, de imediato, também, deu por encerrado aquele ponto três.-----

----- Seguidamente, deu entrada ao ponto quatro da ordem do dia, "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS, referente ao ano dois mil e nove (2009), de acordo com o estabelecido na alínea h), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA*", após o que deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à introdução do ponto, introdução essa que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Penso que isto que não tem nenhuma explicação. Foi uma opção da Câmara Municipal estabelecer os 5%, conforme consta do n.º 1 do artigo do IRS. Podíamos ter ido mais além. Assim não entendemos. E, portanto, é isto que me cumpre, não tenho que explicar, está explicado por natureza. Ou é este número ou outro qualquer. Nós optamos por este, pelo que pedia a aprovação do respectivo número."-----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, intervenção que se tenta transcrever na íntegra passa: "O Grupo Municipal do CDS Anadia apresenta uma moção/proposta de deliberação: "Considerando que: Os impostos constituem sempre uma restrição ao património, à liberdade de iniciativa dos indivíduos, ao produto do seu trabalho e à livre conformação da vida das famílias, e que, por essa razão, a prudência e a moderação tributárias são um pressuposto fundamental do Governo do bem comum, seja a nível central ou autárquico; ponto dois - A fiscalidade assume, hoje, um papel fundamental na competitividade entre países, regiões e cidades, na atracção de pessoas, investimentos, emprego e massa crítica; ponto três - Em reconhecimento dessa realidade, algumas medidas foram já empreendidas pelo Poder Central, no sentido de co-responsabilizar os Municípios pela prossecução do desenvolvimento económico e social do País, descentralizando poderes, atribuindo-lhes competências e recursos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para actuação em diversas áreas; ponto quatro – Sublinhando essa tendência de repartição dos recursos públicos entre o Estado e as Autarquias, a Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, prevê nos seus Artigos 19.º, n.º 1, alínea c), e 20.º, uma participação variável de 5% dos Municípios no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções legais, sendo que, caso a percentagem do imposto em que o Município decida participar seja inferior àquela taxa máxima de 5%, o produto da diferença de taxas e a colecta líquida é considerado como dedução à colecta do IRS; ponto quinto – Essa participação depende de deliberação do Município sobre a percentagem por si pretendida, a qual deve ser comunicada por via electrónica pela respectiva Câmara Municipal à Direcção-Geral dos Impostos até trinta e um de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos; ponto seis – A ausência de comunicação equivale à falta de deliberação; ponto sétimo – A percentagem máxima de 5% deste modo dedutível à colecta de imposto resultou de proposta do CDS – Partido Popular, a qual veio aperfeiçoar em favor dos contribuintes a proposta de Lei apresentada pelo Governo à Assembleia da República, que previa uma participação variável, ou seja, uma possibilidade de dedução de apenas 3%. A conjuntura económico-social presente é de grande dificuldade para a maioria das famílias portuguesas, pelo que, para além das razões legais e de princípio que atrás se expuseram, o próprio contexto actual exige todas as medidas possíveis e adequadas à devolução do seu poder de compra e ao restauro da sua estabilidade financeira, desde logo, em primeira linha, aquelas que permitam a atenuação dos encargos fiscais incidentes sobre o produto do trabalho de cada um. Propõem que esta Assembleia, ao abrigo do disposto na alínea q), n.º 1, e na alínea h), do n.º 2, do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibere: alínea a) Uma participação de 2,5% do Município de Anadia no IRS colectado no ano de dois mil e dez aos sujeitos passivos com domicílio fiscal na sua circunscrição territorial; alínea b) A recomendação à Câmara Municipal para que em conformidade cumpra o dever, o prazo e o meio de comunicação dessa deliberação à Direcção-Geral dos Impostos, tal como prescrito no nº 2, do Artigo 20.º, da Lei de Finanças Locais. E este ponto fica vazio, atendendo a que estes pontos deviam ser tratados antes do orçamento e para, que agora já não pode ter, era para ter em conta, os eventuais efeitos da mesma deliberação na elaboração das Opções do Plano e da Proposta de Orçamento de dois mil e dez, que já não é possível porque já foi aprovado, isto sim, é antidemocrático. Muito obrigado.”-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prestou a informação que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Senhor Deputado Municipal. A alínea a) da proposta que me acaba de apresentar fala de uma participação de 2,5% do Município de Anadia no IRS colectado no ano de dois mil e dez. Quer Vossa Excelência referir-se às contas de dois mil e nove. Então, se fizer favor, vai alterar esta situação e assiná-la. A Mesa aceita esta proposta como B e, neste momento, estão à discussão duas propostas: uma da Câmara Municipal e do seu Executivo no valor de 5%; outra,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da bancada do CDS-PP, de 2,5%. Primeira proposta é A, segunda proposta é B, obviamente, claro."-----

----- De imediato, e para uma intervenção, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal que manifestou o que de seguida se passa a tentar transcrever na íntegra: "A respeito desta proposta do CDS, nós queríamos manifestar alguma simpatia pelos considerandos apresentados pelo CDS. Digamos, não estávamos prevenidos para uma proposta destas. A posição do PS não coincide com esta e, portanto, não a podemos subscrever, pelo menos, nem sequer tivemos tempo para formar uma posição. Aliás, a posição do PS neste ponto particular já foi veiculada dentro do Executivo pelos nossos Vereadores e é de subscrever a proposta que é apresentada pelo conjunto do Executivo. De qualquer maneira, como sinal, digamos, da nossa simpatia pela proposta que o CDS agora acabou de apresentar, declarou nós vamo-nos abster. Pelos considerandos, simpatia pelos considerandos."-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais que formalizou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: "A posição da CDU sobre a proposta de aumento de 5% é, para nós, é negativa e, como tal, nós vamos votar contra qualquer aumento, uma vez que a mesma penaliza já, e muito, a população do nosso concelho, em especial os desempregados e os pensionistas e algumas empresas, também, que lutam com bastante dificuldade. Portanto, somos contra o aumento de qualquer aumento. Portanto, por isso votaremos contra qualquer aumento."-----

----- Decorridas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que prestou o esclarecimento que se tenta transcrever na íntegra: "Eu só quero referir que aqui não há nenhum aumento. Isto é manter o que tínhamos nos anos anteriores. Desde que veio a lei foi sempre os 5%, que é aquilo que está exactamente na lei. Tudo o que for daí para baixo é que pode dar os efeitos que as pessoas querem. Mas, eu, como compreendem, nós queremos uma Anadia onde aquilo que realmente podemos oferecer, o damos. E isto não. Isto faz parte importante, é importante, foi referido, já está no nosso orçamento, precisamos dele. E, como tal, não abdicamos disso. São os 5% e nada mais. Basta, para isso, que a Assembleia assim o entenda."-----

----- Esclarecido o assunto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, desde logo, à votação das propostas A, da Câmara Municipal, e B, do Grupo Municipal do CDS-PP, no âmbito do ponto quatro da ordem do dia, concluída a qual anunciou que a proposta A tinha colhido trinta e três votos e a proposta B dois votos, pelo que ficava assim aprovada a proposta da Câmara Municipal da manutenção dos 5% de participação no IRS."-----

----- Apresentados os resultados e encerrado que estava o ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a apresentar o ponto cinco daquela ordem, "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de lançamento da Derrama, referente ao ano dois mil e nove (2009), de acordo com o estabelecido na alínea f), do n.º 2, do Artigo 3.º, do RAMA*", após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal para introduzir o ponto. De seguida, tenta-se transcrever na íntegra a introdução feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal: "O ponto também não tem, é uma proposta da Câmara. Assim o entendeu. Está dentro, digamos, da capacidade da Câmara que tem em cobrar os impostos a que tem direito. E, portanto, é aquilo que está nos documentos. Nós vamos à colecta que está acordado em termos de autorização, estamos no máximo que é 1,5%, mas que já este, em relação à derrama anterior, teve um corte muito grande. Portanto, continuamos a manter este número e é nesse sentido que proponho. Fico a aguardar, também, a respectiva aprovação, Senhor Presidente."-----

----- Para intervir no período de discussão do ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal que referir o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Tal como em anos anteriores, o PS tem apresentado, neste ponto, propostas no sentido de uma taxa de derrama inferior àquela que o Executivo Municipal tem proposto, porque nós temos proposto 1%. A razão é sobretudo, tem sobretudo o significado que nós damos a uma política de desenvolvimento económico e de atracção de empresas. É evidente que não é aqui, apenas neste ponto, que está o segredo de atrair, ou não, empresas. Nós temos o sentido da realidade. Sabemos que há muito mais pontos que constam, ou que deviam constar de uma política de desenvolvimento empresarial no nosso concelho. É, portanto, este o significado da nossa proposta, sabendo nós os limites que a sua proposta tem em termos do seu verdadeiro impacto. E, ao mesmo tempo, implicitamente, fazemos uma crítica à política do PSD durante estes anos todos que precisamente tem falhado nessa atracção das empresas, como a gente tem visto, é um dos pontos onde se nota mais o atraso que, infelizmente, o nosso concelho tem tido relativamente aos concelhos vizinhos. Esta a razão da nossa proposta, que eu vou, portanto, veicular para a Mesa. Muito obrigado."-----

----- Para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco que passou a apresentar uma proposta subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP, concluindo, assim, a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: "O Grupo Municipal do CDS Partido Popular, considerando que: A política fiscal de âmbito municipal constitui um relevante instrumento de gestão do território e reforço do tecido social e económico dos municípios; ponto dois – Se acompanhado, propõem que esta Assembleia, ao abrigo do disposto na alínea q), do n.º 1, e na alínea h), do n.º 2 do Artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as devidas alterações, delibere por uma política activa de atracção de investimento, o lançamento de uma taxa de derrama equilibrada permitirá captar novas empresas, criar mais empregos, gerar riqueza e, a prazo, aumentar as receitas municipais; ponto três – A necessidade de aumentar a competitividade territorial num cenário de forte concorrência na captação de investimento privado, tem levado a um número crescente de Municípios a reduzir as taxas de derrama, ou até, em muitos casos, a optar pelo não lançamento deste imposto municipal; ponto quatro – A redução da derrama a aplicar em dois mil e dez, dois mil e nove, permitirá diferenciar positivamente o Município de Anadia, dando aos agentes económicos um sinal claro do interesse deste Município em novos projectos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empresariais; ponto quinto – O recente encerramento de diversas empresas sediadas em Anadia veio confirmar a debilidade do tecido económico do Município, agravando os preocupantes níveis de desemprego que se verificam na área geográfica do concelho; ponto seis – A fragilidade do sector empresarial de Anadia leva a que diariamente grande parte da população tenha que deslocar-se para os seus postos de trabalho localizados em municípios vizinhos, originando fluxos pendulares que degradam, de forma insustentável, a qualidade de vida dos cidadãos; ponto sétimo – Podendo a taxa da derrama variar entre zero e um e meio, e cientes de que é preciso criar estímulo e incentivo ao empreendedorismo, bem como à criação de mais postos de trabalho, e de que o tecido empresarial é bastante heterogéneo, torna-se necessária, por aplicação do princípio da igualdade, constitucionalmente consagrado, uma discriminação positiva das empresas. Propõem que esta Assembleia, ao abrigo do disposto na alínea q), do n.º 1, e da alínea h), do n.º 2 do Artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as devidas alterações delibere: o lançamento de uma derrama de 1% sobre a colecta de IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas), com excepção das micro e pequenas empresas que têm a taxa reduzida em 50%, o que significa que as empresas com um volume de negócios igual ou inferior a cento e cinquenta mil euros só são tributadas em 0,5. Muito obrigado.”-----

----- Para nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Oliveira, que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Antes de mais, boa noite a todos. Gostaria de tecer algumas considerações. Estou de acordo com aquilo que foi dito pelo colega Deputado do Partido Socialista. Este não é um imposto que resolva os problemas da atracitividade das empresas para o concelho de Anadia ou para qualquer outro. Em oposição àquilo que foi dito aqui pelo colega do CDS, de facto, o imposto em causa não vai resolver os problemas ou, nenhuma empresa, em minha opinião, vai investir em Anadia em detrimento de outro qualquer concelho pelo facto de a taxa de derrama ser de um e não de um e meio porcento. Se a proposta do Partido Socialista e também do CDS, de redução de 1,5 % para 1%, significa, em termos de valor percentual qualquer coisa como 33% de redução, em termos de valor absoluto, face à receita esperada pelo orçamento, é bastante diminuto e entra em contra ciclo com aquilo que é o desejo da própria Câmara. Apesar de ser uma verba pequena, todas as verbas são necessárias para fazer face às despesas que o Município tem que tentar satisfazer e, dessa forma, também, criar qualidade de vida para os munícipes. Contrariamente, também, àquilo que foi dito aqui pelo colega, na última intervenção, a generalidade dos Municípios no País aplicam a taxa de derrama pelo máximo, no 1,5%, e só algumas é que optam por reduzir essa taxa. E, outra análise que pode estar associada também a este imposto, é que aqueles Municípios que prescindem dele, são normalmente Municípios com um fraco tecido empresarial, onde a adopção ou não adopção da derrama como imposto é quase irrelevante para as receitas do Município, porque ele acaba por incidir sobre a matéria colectável das pessoas colectivas e, dessa forma, como não existe tecido empresarial significativo, muitos Municípios, numa perspectiva eventualmente de tentar captar



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimento, mas não é por aí, não é esta a ferramenta, ou pelo menos, só por si, não é esta a ferramenta que serve esse objectivo. Obrigado."-----

----- Não havendo mais pedidos para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu, então, a conhecer que na Mesa tinha, para submeter a votação, a proposta da Câmara Municipal de lançamento de derrama sobre o IRC de dois mil e nove em 1,5%, a proposta do Grupo Municipal do PS de redução da primeira para 1%, e a proposta do Grupo Municipal do CDS-PP de redução do valor proposto pela Câmara Municipal para 1%, sobre as grandes empresas e de redução para 0,5% sobre as empresas com um volume de negócios até cento e cinquenta mil euros. De imediato, passou à votação das três propostas, A, B e C, respectivamente, anunciando, decorrido o processo de votação, que a proposta da Câmara Municipal de lançamento de derrama referente ao ano de dois mil e nove de 1,5% tinha colhido vinte e cinco votos, a proposta do Grupo Municipal do PS oito votos e a proposta apresentada pelo CDS-PP dois votos. Anunciou, então, no final, que a proposta da Câmara Municipal tinha sido aprovada por maioria, após o que deu o ponto cinco da ordem do dia por encerrado.-----

----- De seguida, passou a apresentar o ponto seis da ordem do dia, "*Eleição de quatro pessoas para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Anadia, nos termos da alínea I), do Artigo 2.º, da Portaria n.º 1226-DZ/2000, de 30 de Dezembro*", após o que informou que a Mesa estava receptiva a aceitar propostas. Entretanto, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Nós no Partido Socialista, acerca deste ponto, e dos seguintes, mais uns quantos pontos, penso que se referem a dezassete pessoas, mais cinco, mais uma comissão com cinco que terá uma distribuição de acordo com o método de Hondt, nós propusemos ao PSD uma abertura das suas listas, à semelhança do que tínhamos feito na primeira sessão solene relativamente à Mesa da Assembleia Municipal. Na altura o PSD não aceitou. Mas, nesse mesmo dia, eu lembro-me que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, simpaticamente, veio ao pé de mim e da Dr.^a Lúcia Cerca dizer que, enfim, se a nossa proposta tivesse sido feita com mais tempo, talvez, pudesse ter sido considerada. Aliás, depois num jornal, o Senhor Dr. Luís Santos, Presidente da Assembleia Municipal, disse isso mais ou menos por estas palavras que eu estou a dizer, à última hora não tinham tido tempo de considerar a nossa proposta, mas, enfim, dando a entender que com mais tempo poderia ter havido outra abertura. No próprio dia da Assembleia, da sessão solene da tomada de posse da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, e perante as palavras de abertura do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu próprio logo lhe lembrei, olhe que registamos as suas boas palavras, olhe que, mais dia menos dia, costuma acontecer, que há sempre eleição para umas comissões onde, já agora, gostaríamos que o mesmo espírito de abertura que pensamos que estão incluídas nas suas palavras, gostaríamos, também, de participar. Portanto, quando agora a agenda foi divulgada por toda a gente, na quarta-feira, nós reunimos, analisámos, e logo na sexta-feira, eu próprio telefonei ao Senhor Dr. Luís Santos, Presidente da Assembleia Municipal, justamente a lembrar e, portanto, a propor uma atitude de consenso relativamente a estas comissões, no sentido de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

integrar nomes indicados pela oposição. E, fizemo-lo, justamente com a preocupação de haver algum tempo para o PSD poder considerar essa ideia. Inclusivamente, concretizámos a nossa proposta, e quantificámo-la e, portanto, desses dezasseis nomes, creio eu, que estão em causa, há quatro que agora já estão agendados, portanto, eu estou a falar em termos gerais para estes pontos todos que se vão seguir, nós sugerimos, olhe um nome nesses quatro, um nome nos seis que vêm a seguir, um nome depois no resto. Portanto, em dezassete nomes, nós sugerimos, portanto, a aceitação de três nomes do PS. Digamos que é uma percentagem que nem sequer chega à nossa representação percentual aqui nesta Assembleia Municipal. Eu estava à espera de uma resposta, precisamente hoje de manhã, do Dr. Luís Santos. No telefonema que tivemos houve um equívoco qualquer. O Dr. Luís Santos ficou à espera que eu aparecesse numa reunião. Eu não percebi isso e já, enfim, já falámos neste equívoco, mas eu próprio, o que eu percebi foi que eu receberia um telefonema da vossa parte, PSD, de sim ou não, abertura relativamente à nossa ideia, ao nosso convite para vocês integrarem listas pluralistas relativamente a estas comissões. Portanto, como chegando a esta hora eu verifico que da parte do PSD não houve uma resposta ao nosso convite, eu acho que estou a partir do princípio que a resposta é negativa. Ou faço esta pergunta. Bem, posso suspender, portanto, as minhas considerações nesta parte e fico à espera da resposta do PSD."-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à representante da bancada do PSD, a Senhora Deputada Lúcia Araújo para responder à interpelação do Senhor Deputado Cardoso Leal. A Senhora Deputada deu a resposta que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Senhor Deputado, Senhores Deputados. Efectivamente, entendi que houve um mal entendido nos diálogos telefónicos em relação à reunião de hoje de manhã. Efectivamente eu estive cá às onze horas para a reunião. Foi-me comunicado pelo Senhor Presidente Luís Santos os vossos telefonemas e as vossas troca de impressões. Mas a nossa reunião também se realizou na quinta-feira, e pelo que eu supus, as impressões foram na sexta e a nossa reunião foi na quinta-feira. Não tivemos oportunidade de apresentar a proposta na reunião, mas foi auscultado telefonicamente alguns elementos, ou na maioria, alguns elementos Senhores Deputados. Por isso, o PSD registou a pretensão de Vossas Excelências, quanto à possibilidade de se constituírem listas conjuntas para as eleições previstas para esta Assembleia. O PSD entende e está disponível para a formação de consensos que favoreçam a gestão do Município e sejam mais vantajosos para todos os Anadienses. O PSD não pode é aceitar que esse mesmo entendimento seja apenas pontual ou se restrinja a determinados assuntos. Para nós, é tão importante a eleição de um representante desta Assembleia para qualquer órgão local ou regional, como a aprovação do orçamento e das opções do plano. Por esse facto, não esperem da nossa bancada para entendimentos, quando apenas nós temos de demonstrar abertura ou prescindir dos nossos direitos de maioria. Quando desejarem demonstrar a vossa abertura para o diálogo, contem connosco. Tenho dito."-----

----- Decorrida a intervenção da Senhora Deputada Lúcia Araújo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal que referiu o que se



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

passa a tentar transcrever na íntegra: "Eu registo a posição do PSD. Não deixa de me surpreender. Penso que são assuntos opostos, na nossa opinião. Eu quase que posso depreender das suas palavras que na quinta-feira vocês teriam decidido, decidiram o seguinte: se o PS votar a favor do orçamento, a gente abre as listas. Se não votar, a gente fecha as listas. Não sei se foi, é o que eu posso depreender. Acho curiosa esta intervenção. De qualquer maneira, eu penso que são coisas distintas. Porque, uma coisa é uma posição a respeito de um documento fundamental. O PSD no Parlamento da Assembleia Municipal, já da outra vez eu fiz esta comparação, O PSD é completamente livre, assim como qualquer partido, de tomar posição relativamente a documentos fundamentais e posições do Governo, o que não obsta a que na Assembleia Municipal, na Mesa da Assembleia Municipal, esteja lá representado, mesmo quando o PS era maioria absoluta. E que em grande número de comissões parlamentares, quer sejam perfeitamente estatuídas, quer outras fortuitas que vão aparecendo, normalmente são listas pluripartidárias e pluralistas que normalmente acontecem. Portanto, é uma posição que eu não entendo. Não quero, naturalmente, ser desagradável, utilizando algum termo mais impróprio. Mas, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o que eu verifico é que, com o devido respeito, a sua entrevista no jornal, em que deu a entender, ou fez uma sugestão de abertura pluralista, assim, a coisa com mais tempo até podia talvez ter sido arranjada, sem esta condicionante do orçamento, enfim, que não a vi lá expressa, eu penso que foi apenas, peço desculpa, uma operação de marketing, que, aliás, foi tão bem sucedida que apareceu na primeira página. Mas, o que eu constato, é que essa operação de marketing não passou de fantasia e de palavras porque, quando chegou à situação concreta, precisamente idêntica àquela que tinha acontecido da participação pluripartidária na Mesa da Assembleia Municipal, quando chegámos à situação concreta, arranjou-se um pretexto qualquer e nada feito. Aliás, tem graça, que já no mandato anterior, o anterior chefe do Grupo Municipal, de vez em quando dizia, nem vou fora de que algumas destas comissões possam ter algum nome indicado por vocês. Enfim, nunca se concretizou, nunca houve, portanto, também, digamos, esta quantidade de comissões onde, agora sim, o PSD teve uma oportunidade, que perdeu, infelizmente, para mostrar algum amor à democracia e algum amor ao pluralismo partidário. E, portanto, eu tomo apenas a explicação da Senhora D. Lúcia como um pretexto, enfim, que não convenceu."-----
----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para declarar o que de seguida se passa a tentar transcrever na íntegra: "O Senhor Deputado tem o direito e a legitimidade de entender o que quiser, vai-me é permitir efectivamente porque considero lesada a minha honra. Eu não entro em fait-divers nem em primeiras páginas. Entro-a, porque contrariamente ao Senhor, eu fui eleito Presidente desta casa. O Senhor ficou muitos furos abaixo."-----
----- Agora, deixe-me dizer-lhe o seguinte. Eu, o Senhor vai-me desculpar, eu assumo aquilo que disse. Agora, tenho efectivamente que ter consciência de uma coisa: eu sou um elemento de vinte e cinco. Na quinta-feira o PSD reuniu. Discutiu esta Assembleia. E quero-lhe dizer o seguinte. Nós não colocámos nenhuma condição a nada. Nós não temos que colocar. Desculpe a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

expressão que pode ferir a sensibilidade dos mais sensíveis, nós não precisamos da oposição para nada. Temos uma maioria absoluta estável e, portanto, podemos aprovar o que entendermos. Portanto, achamos, e quero que isto fique bem claro, achamos que na realidade, todas as propostas que na realidade a oposição queira ter para connosco, as deve colocar em cima da mesa.

----- Já agora, permita-me dizer-lhe uma última coisa. Que é o seguinte: é o facto de que quando comigo conversou, na sexta-feira pelo telefone, o Senhor não colocou nenhuma individualidade para nós discutirmos. Não levantou o problema sobre absolutamente nada dessa situação. Portanto, nós entendemos, enquanto bancada, e tivemos o cuidado de perguntar a grande parte, pelo menos à maioria das pessoas que tinham estado connosco na quinta-feira, a sua opinião sobre o assunto, e a nossa discussão era um vazio, entre uma proposta que nós tínhamos para apresentar e aquilo que Vossas Excelências diziam que queriam discutir. Além do mais, eu quero dizer-lhe o seguinte: está aqui à minha frente um e-mail que foi enviado a Vossa Excelência no dia, na quinta-feira, dia dezassete, às treze horas e cinquenta e cinco minutos, e que não veio para trás, e que diz o seguinte: Os meus respeitosos cumprimentos. Venho por este meio convidar Vossa Excelência para uma reunião da conferência de representantes dos Grupos Municipais, a ter lugar na próxima segunda-feira, dia vinte e um, pelas onze horas, na sala anexa ao Salão Nobre dos Paços do Concelho de Anadia. Os dois pontos a abordarmos era a distribuição dos tempos e intervenções e outros assuntos decorrentes da ordem do dia. Em anexo, enviamos a distribuição dos tempos e, portanto, entendímos que estes dois assuntos deveriam ser discutidos. Quero lembrar o Senhor Dr. que esta Assembleia iniciou-se eram catorze horas e trinta e dois minutos. São neste momento dezoito horas e cinquenta e um minutos e é agora a primeira vez que o Senhor nos vem levantar, sem qualquer nome, nem designação de qualquer elemento, um problema que diz respeito a uma eleição que tem que ser feita.

----- Já agora, permita-me uma outra coisa, Senhor Deputado, que eu penso que o Senhor deve conhecer e não deve ignorar, que é o seguinte: estas eleições são todas, passo a expressão popular, de enxurrada porque, como o Senhor sabe, são todas as pessoas representantes desta Assembleia e ao terminar a Assembleia anterior, têm obrigatoriamente que ser reeleitas. Aquilo que aconteceu nos mandatos anteriores, foi que as pessoas foram sendo reeleitas. Nós entendemos, pela complexidade das coisas, que tinham de ser todas eleitas hoje. É uma opção nossa, da Mesa, como sabe, que tem essa situação. Mas, efectivamente, deixámos esta questão para poder ser discutida. Eu continuo a dizer exactamente o que lhe disse a si na tomada de posse e exactamente aquilo que disse na comunicação social: quando os Senhores quiserem alguma coisa da nossa bancada, têm todo o nosso apoio, com o tempo e com propostas. O Senhor não o fez com o tempo, entenda-o como quiser, e também não o fez agora nem em qualquer outro momento com qualquer proposta."

----- De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Três pontos que, por favor, diga-me



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para que e-mail mandou isso porque eu não recebi mail, diga-me lá qual é o endereço. É esse o meu e-mail. Não recebi nada. Aliás, na sexta-feira, não, já não me lembro bem, mas eu disse ao Senhor Prof. Luís Santos, no sábado, creio eu, olhe que eu não recebi o e-mail. E nesse caso, muito bem, eu agradeço a atenção, o Senhor Dr. Luís Santos mandou entregar em Sangalhos à Dr.^a Lúcia. E comuniquei isso. Não tinha dificuldade nenhuma em dizer, para que é que eu estou a dizer que não recebi o e-mail. Qual é o problema. Não recebi o e-mail. Não tenho dificuldade nenhuma e transmiti-o logo. Bem, este é o primeiro ponto.

----- Portanto, segundo ponto, os equívocos. Na nossa conversa telefónica, eu fiquei na expectativa de uma resposta sua, Senhor Dr. Luís Santos, para segunda-feira de manhã relativamente àquilo que eu lhe tinha proposto. Foi isso que eu fiquei convencido. E foi com tempo, porque nós recebemos a documentação na quarta-feira e reunimos na quinta, e na sexta de manhã o Senhor tinha uma conversa minha baseada naquelas outras conversas que tínhamos tido. Acho que não se pode dizer que não tivesse havido tempo. Mais. O Senhor até me disse, segunda-feira de manhã falamos para que os Senhores estejam preparados com nomes. E nós temos os nomes preparados. Basta que os Senhores digam, ainda agora é possível. Olhem, cá está, qual é o vosso nome? Está aqui tudo. Temos nomes para as situações que eu lhe propus em concreto. Não foi uma coisa vaga. Temos nomes para este caso das quatro pessoas, temos um nome. Temos um nome para a situação seguinte que vem, que refere seis pessoas. E ainda temos mais alternativas para as outras situações eu vierem a seguir. Portanto, este é outro ponto. Fizemo-lo com tempo, com abertura, com responsabilidade, porque a qualquer momento nós podemos concretizar isso, assim vocês o queiram.

----- Terceiro ponto, o mais delicado que o Senhor me pôs. Eu sou uma pessoa educada e fiquei surpreendido, e fiquei um bocadinho aflito, em termos pessoais, quando o Senhor me diz que ficou ofendido na sua honra. Palavra de honra. Se eu sentisse que das minhas palavras pudesse haver ofensa à sua honra, eu era o primeiro a pedir-lhe desculpa sem qualquer problema. Nesse aspecto, gosto de manter as relações pessoais, com todas as pessoas, na maior lisura. Mas, francamente, caro Prof. Luís Santos. O facto de eu falar que aquela entrevista entendi-a como uma operação de marketing, não acha que é exagerado dizer que é uma ofensa à sua honra? Estamos a falar de política, Senhor. Francamente, não é uma ofensa à honra."-----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Ora, no mesmo espírito de participação em relação a este ponto, e no mesmo espírito de participação que demonstrou aqui o líder da bancada do PS, nós fizemos uma proposta para integrar um elemento em três pontos só, porque consideramos, efectivamente, que somos uma minoria neste espaço. Agora, o que eu estranho, no meio disto tudo, aquilo que eu estranhei e, aí, fiquei de algum modo ofendido, é a postura da líder da bancada do PSD. Se isto é democracia, não estou cá a fazer nada, peço imensa desculpa. Porque se se pretende uma maioria absoluta a cem por cento, sem que tenham tido cem por cento dos votos, eu não estou



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cá a fazer nada, Senhor Presidente. Muito obrigado."-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo que completou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "As minhas palavras são dirigidas à Assembleia em geral, aos dois comentários que foram tecidos sobre a nossa posição e, em particular, ao que foi dito pelo Dr. Cardoso Leal. Para já, acho que estão a confundir a pessoa do Presidente desta Assembleia com aquilo que é a bancada do meu partido, que é o PSD, que discutiu este assunto exaustivamente numa reunião, na qual eu estive presente, onde o que foi deixado em aberto era para a conferência de líderes, na qual, pelos vistos, os Senhores não foram representados, foi deixado aberto para a reunião que aconteceu hoje de manhã, a inclusão de nomes concretos, com propostas concretas por parte de outras bancadas. Ora, eu não sei, isso na minha perspectiva, como democrata, para mim representa abertura política e não fecharmo-nos sobre nós próprios, porque, tal e qual como o nosso Presidente de Assembleia disse, nós até temos maioria, podemos aprovar os nomes que quisermos. Não foi assim que o entendemos. Internamente discutimos o problema, apresentámos uma determinada proposta, a qual deveria ser discutida hoje de manhã. Obviamente que há infelicidade do Senhor não ter recebido o e-mail. Pronto, é uma infelicidade, porque talvez pudesse dar azo a haver uma proposta que fosse uma mais-valia. Mas, de qualquer maneira, penso que por respeito à bancada, não se deve dirigir ao Prof. Luís Santos como sendo o responsável dessa decisão, porque essa decisão foi tomada por nós todos. Muito obrigado."-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Coelho, do Grupo Municipal do PS que completou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Boa noite, a todo e todas uma vez mais. Pergunto-me, nomeadamente ao Senhor Presidente da Assembleia, que tanto primou, há um bocado, pelo respeito pela casa democrática que é esta Assembleia, a sua afirmação ao dizer que não precisa, mas, que não precisa sequer de nós, de nós, toda a oposição para seja o que for. Que eu saiba, vivemos num regime democrático. Entendo, certamente, que o Senhor Presidente tenha proferido as palavras num momento caloroso da discussão. Contudo, pessoalmente, em nome da bancada, e de toda a oposição creio que esteja de acordo, consideramos, ou considero, ter sido uma falta de respeito para com toda a oposição. Nomeadamente, quando achei interessante, também, peço desculpa, achei interessante o Senhor Deputado do PSD ter afirmado que assumem que discutem o problema, mas ao mesmo tempo que assumem que discutem o problema abertamente, num pluralismo democrático para com todos os Partidos, também, e uma vez mais volto a dizer, que não precisamos de nada para nós. O Estado, estamos todos, fomos todos eleitos, estamos a ser custeados, estamos aqui e está dinheiro a sair do cofre do Estado, Desnecessariamente, pois, então, não somos todos, se não somos precisos, vivemos então numa ditadura. Os Senhores têm maioria absoluta, a oposição não interessa, nem sequer a opinião conta. É só um reparo."-----

----- Consequentemente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal completou a intervenção



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Peço desculpa. Como deve compreender, eu não lhe vou responder porque eu não quero entrar em diálogo consigo. Mas, de qualquer dos modos, acho que convém efectivamente aos Senhores comprar um espelho. E o vosso espelho nacional fala por vocês. Portanto, não vamos entrar por aí. Agora, queria dizer-lhe o seguinte: eu quando disse há bocadinho, isto é muito fácil para nós retirarmos as palavras que as pessoas dizem do seu contexto e colocá-las. Portanto, eu agradecia-lhe que quando tivesse um bocadinho, conjuntamente comigo, ouvisse o contexto em que eu disse as palavras que disse, que é para não as retirar desse contexto. Eu tenho cabelos brancos e falta deles, e quero-lhe dizer uma coisa: muito antes do Senhor ter a idade que tem, eu já colava cartazes do MRPP. Portanto, não admito a ninguém que coloque em causa a minha democracia ou a forma como efectivamente ela é gerida. O resto, tem a ver efectivamente com as questões. Aquilo que foi dito, e que eu não vou efectivamente alongar, foi que nós discutimos o assunto. Era isso que nos competia. E foi o que nós fizemos."-----

----- De imediato, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, que declarou o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Se o Senhor se sentiu ofendido quando eu falei em marketing político, que é uma apreciação correntíssima, banalíssima, elegante, até, não tem nada de ofensiva, e sentiu-se ofendido na sua hora, aquilo que o Senhor disse que não precisava da oposição para nada é extremamente infeliz. É uma demonstração de falta de espírito democrático. O Senhor devia, se isso lhe saiu da boca sem pensar, devia, pelo menos, retratar-se e ficava assim. Não insista nisso. Foi uma apreciação extremamente infeliz da sua parte. Uma demonstração de falta de espírito democrático. E o facto de, ainda por cima, ter olhado e falado para o meu jovem colega de bancada, cuja presença aqui muito me honra, e ter falado nos seus cabelos, como se o Senhor fosse superior a ele, não é. O Senhor é igual a eles e, portanto, também lhe faltou ao respeito e não ficou bem da sua parte. Hoje teve uma intervenção muito infeliz."-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu, de seguida, o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Nós temos efectivamente aqui uma questão que eu gostaria que os Senhores Deputados se pronunciassem sobre ela, que tem a ver com o seguinte: portanto, aquilo que o ponto refere é que existe, ou que há necessidade de uma eleição de quatro pessoas. A bancada do PSD apresentou uma lista com quatro pessoas, o CDS-PP apresentou uma pessoa e, portanto, a questão que eu coloco é se vamos votar favoravelmente, ou não, a inclusão destas pessoas, pessoa a pessoa, ou se, efectivamente, votamos, ou não, a inclusão desta proposta do CDS-PP, se devemos ou não incluir esta situação. Portanto, agradecia que os Senhores Deputados se pronunciassem sobre esta situação porque não me parece que ela esteja definida na legislação. A legislação fala de quatro pessoas para integrarem uma comissão, portanto, gostaria de ouvir a vossa opinião."-----

----- De imediato, concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Araújo que declarou o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "A bancada do PSD solicita um tempo para discussão desta proposta, deste assunto."-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Prontamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se haveria alguma objecção a essa situação.-----

----- Imediatamente, o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco declarou o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "O Grupo Municipal do CDS demonstrava abertura se eventualmente o PSD quiser estabelecer algum contacto ou alguma palavra com o Grupo Municipal do CDS, estejam à vontade. Muito obrigado."-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Lagoa que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Eu só intervenho, porque o ponto seis da ordem do dia diz eleição de quatro pessoas que integram a Comissão de Protecção. Muito embora a eleição se refira a pessoas, e seja obrigatoria a votação por voto secreto, o ponto diz eleição de quatro pessoas, o que me parece, isto do meu ponto de vista, por isso eu peço que me corrija, que a proposta do CDS, e não tenho nada contra o CDS, que nem tem motivos de entrar na Mesa. A eleição é quatro pessoas. Esta é a minha posição. Não sei se. É a minha posição. Obrigado"-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal adiantou partilhar da opinião do Senhor Deputado José Lagoa mas, no entanto, gostaria de ouvir a opinião dos restantes. De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Efectivamente o que a lei diz é pessoas, não é listas. Portanto, se pessoas, têm a sua individualidade. Todos os Partidos devem participar, consoante as suas possibilidades. Só isto."-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do PSD, que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Muito boa noite, novamente. Eu penso que estamos a discutir uma falsa questão. E vou, no fundo, reforçar o que disse o Senhor Deputado Lagoa, porque estamos a eleger mediante uma lista que não cumpre um preceito básico, que é ter quatro elementos, penso que nem sequer pode serposta em alternativa. Portanto, não estou a perceber porque é que estamos aqui a perder este tempo. Ou temos uma lista com quatro pessoas e votam sem alternativa. Neste momento eu penso que à Mesa não há hipótese de pôr em alternativa uma lista que não cumpre um preceito básico, que é ter quatro elementos. Muito obrigado."-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra aos Senhor Deputado Sidónio Simões que completou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Eu só quero aqui também transmitir uma posição. Porque aqui não diz eleição de listas compostas por quatro elementos, diz, eleição de quatro pessoas. Quatro pessoas, são pessoas individualmente. Até porque isto são situações que acho que se têm de se fazer, ou devíamos ter todos conhecimentos do currículo de cada um, porque são pessoas que vão exercer cargos com alguma importância. Parece-me, a mim. Se eu não tiver conhecimento dos currículos das pessoas, como é que eu voto. Aliás, nesta situação, suponho que até deviam ter sido disponibilizados currículos de cada um para nós podermos analisar com algum cuidado. Porque se eu não conhecer o currículo, imagine que me coloca uma pessoa, sei lá, para o Conselho de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Segurança que não tem o mínimo de conhecimentos de segurança. Não me parece lógico uma votação em listas, neste sentido. Por isso é que a lei diz pessoas. Eu peço desculpa, esta é a minha interpretação."-----

----- Para uma outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Pedro Dias que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Eu creio que na realidade, a interpretação da lei, do que está estabelecido por lei, não deixa qualquer tipo de dúvidas, porque se fosse dando razão ao que o Senhor Deputado do CDS disse, estaria escrito até quatro pessoas. Não é a questão. Diz quatro pessoas que terão que estar... A lista terá que... Não, a lei é bem explícita. Se não, teria dito até. Eu creio que a interpretação que eu faço disso... Relativamente, também, à questão dos currículos, eu creio que a experiência profissional das pessoas que este Grupo também propõe, e do trabalho desenvolvido, que tem sido positivo e com resultados visíveis. Creio que ela fala por si. Melhor do que um documento escrito, é o trabalho desempenhado pelas pessoas e reconhecido."-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Para além do que seja, em termos processuais, o procedimento correcto, acho que esta proposta do CDS-PP tinha cabimento hoje de manhã, às onze horas, nesse sentido de inclusão de uma pessoa nas nossas listas, a fim de melhorar, trazer uma mais-valia a essa comissão. Acho que, nesta altura, a esta hora, estarmos a fazer isso sem conhecermos os nomes, sem conhecer, como aliás foi referido, o currículo dessas pessoas, as pessoas que são propostas eu queria dizer isto porque, se calhar, nem toda a gente sabe, as pessoas que são propostas pela nossa lista são as pessoas que integram, neste momento, a Comissão de Protecção de Menores, portanto, que já têm, por si só, trabalho desenvolvido e provas dadas. Portanto, eu acho que fazia, poderia fazer sentido esta proposta hoje de manhã às onze horas, para chegarmos aqui com um consenso, tal e qual como outra proposta, nomeadamente outros nomes, como pudesse ter sido apresentado pelo PS ou pela CDU, por qualquer uma das bancadas. Acho que não faz sentido, neste momento, porque nem vamos arranjar maneira de votar isto. Não vamos. A não ser que nós alteremos a nossa lista para incluir o nome de uma pessoa, o que eu acho que não deve ser uma decisão tomada em cima do joelho, uma vez que os nomes que são propostos agora fora discutidos em plenário interno do Partido e foram aprovados e votados e acho que têm a legitimidade que têm. Portanto, acho que é o sentimento da bancada, em termos gerais, é isso, para além do procedimento, há essa, achamos que não faz sentido. Não faz sentido neste momento. Obrigado."-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu entretanto a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha que concluiu a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Senhor Presidente. Eu parece-me que chegou a altura, de facto, de fazermos apelo a um pouco de bom senso. Eu parece-me que as dúvidas que estão a ser levantadas relativamente às votações nominais, ou por lista, poderão, eventualmente, ser pertinentes. Eu parece-me que há aqui matéria, digamos, que necessita de algum trabalho mais cuidado para depois se decidir em



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conformidade. Eu sugeria, se me permite, sugeria o seguinte: que, até porque nós já estamos com cinco horas de reunião, estamos cansados, o Senhor Presidente também está. E, é evidente, que isto começa a pesar no discernimento das pessoas. E, portanto, eu sugeria que nós, de facto, marcássemos aqui, ou muito brevemente, uma reunião da conferência de líderes, por exemplo, onde se discutiriam estes assuntos e a forma de apresentação das propostas para todas estas eleições e, posteriormente, se marcasse uma reunião da Assembleia Municipal, por exemplo em Janeiro, porque não me parecia que vá ter qualquer influência nos trabalhos que irão desenvolver estas pessoas, e, então sim, digamos, com consensos, que seriam conseguidos na tal reunião de líderes, pudéssemos, então, votar conscientemente, todos nós, aquilo que estava acordado. Portanto, eu sugeria esta tomada de posição. No entanto, se entenderem outra. Mas, eu sugeria isto. Obrigado."-----

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prestou o esclarecimento que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Queria só esclarecer que há aqui situações em que, na realidade, é necessário que se faça a eleição hoje, obrigatoriamente, porque os membros têm que estar nos locais, se não as suas reuniões não funcionam, nomeadamente a CIRA. Portanto, estas são as questões. Eu, se depreendi bem, e peço desculpa se não consegui apanhar aquilo que Vossas Excelências disseram todos, há aqui duas linhas de pensamento: uma linha de pensamento que acha que efectivamente nós deveremos votar por lista e, portanto, ao votar por lista, temos, obviamente, que eliminar as pessoas que não estão na posição de fazerem parte de uma lista global; há uma situação concreta, em que se coloca a questão de poderem ser votadas as pessoas nominalmente; e há também uma questão que nos leva a afirmar que as pessoas podem ser, portanto, poderemos discutir isto posteriormente. Penso que resumo, assim, as três formas de pensamento das pessoas, e eu permitia-me propor, efectivamente, para ultrapassarmos este impasse, porque não estava à espera dele, muito sinceramente, devo dizer-vos que não fazia parte, aliás, também não fazia parte que alguma coisa tivesse corrido mal esta manhã, e nós não nos tivéssemos conseguido reunir. Mas, aí, pessoalmente, deve ter havido qualquer lapso da minha parte."-----

----- E, já agora, quero referir o seguinte: eu disse, há pouco, que convidei os líderes de bancada, porque quando me apercebi dos tempos de convocatória, eles estavam ultrapassados e, portanto, eu não poderia fazer uma convocatória sobre esse assunto. Mas, de qualquer dos modos, quero dizer que qualquer coisa correu efectivamente mal para que não nos pudéssemos encontrar hoje de manhã e, neste momento, nós temos que ultrapassar estas questões, porque estas instituições, grande parte delas, ou algumas delas, necessitam efectivamente dos seus membros para poderem trabalhar. E, por isso, se me for permitido, por todos os presentes, eu gostaria de transformar estas três linhas de ideias que vos coloquei há bocadinho, em três possíveis propostas e, portanto, as mesmas serem votadas no sentido de ultrapassarmos este impasse. Portanto, a primeira proposta, que é aquela que refere que devem ser formalizadas as candidaturas em lista, consoante, efectivamente, o número de pessoas necessárias para a formação dessa lista; uma segunda questão, que diz respeito à eleição nominal das pessoas que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estão presentes nas propostas que já nos foram apresentadas; ou, uma terceira proposta, discutirmos esta questão numa nova oportunidade. Alguém é contra este método de trabalho?"----- Antes de passar à votação das ideias transformadas em propostas, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Efectivamente, já está descoberto o por quê do CDS não ter estado na reunião. Gostaríamos muito de ter estado. Acho que esta votação deve ser por pessoa, atendendo aos requisitos que cada uma das pessoas tem, e a apresentação do CDS seria uma Professora que é Jubilada, do Ensino Secundário... eu sei, mas que votem em consciência. Portanto, é uma Professora com trinta e sete anos de carreira docente, já esteve em diversos cargos, já tinha desempenhado funções docentes nos cursos profissionais, técnicoprofissionais, cursos de educação e formação, cuja abrangência incide numa população estudantil muito distinta, não só pela sua faixa etária, mas também pelas suas características de desenvolvimento e relacionais; no âmbito da docência, acompanhou igualmente muitos anos alunos em estágio profissional; ao longo da sua vida pessoal e profissional, pela sua sensibilidade e entrega às causas sociais ,e ainda pelo relacionamento privilegiado que mantinha com os alunos, estabeleceu relações de grande proximidade com as famílias e com as crianças e jovens em risco; tem uma acção activa na área da toxicodependência, tendo já efectuado diversas palestras neste âmbito. Estou a falar da Professora, da Senhora Professora que toda agente conhece, Ana Maria Semedo Campos Ferreira Pereira Alegre. A posição do CDS é a mesma. Nós podemos discutir isto noutras instâncias. Vamo-nos sujeitar a atrasos, vamos sujeitar a complicações em determinados foros, nomeadamente nos Tribunais Administrativos. Os Senhores escolhem o caminho que quiserem. Nós estamos no nosso direito e consideramos que uma deliberação tida sem ter em conta a pessoa em si e em listas, com base em listas, é ilegal. E, os Senhores tomem as deliberações que quiserem."----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal aproveitou, então, para informar o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Só por uma questão, eu há bocadinho frisei. Eu não sei se ficou na mente de toda a gente ou não. Já não fui a primeira pessoa a falá-lo, a dizê-lo, perdão, as pessoas que estão propostas pelo Partido Social Democrata são as pessoas que integram, neste momento, as Comissões, ou integram, neste momento, os lugares. Portanto, se o seu currículo não fosse efectivamente o aconselhável, não teriam sido eleitas, algumas delas já mais do que uma vez para esses lugares. Portanto, é só para que fique, também, devidamente esclarecido."----- Antes de passar à votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Lagoa, que completou a seguinte intervenção, que se tenta transcrever na íntegra: "A minha posição é a mesma. Mas, a partir do momento em que surgiram dúvidas, e o Senhor Dr. aceita essas dúvidas, a situação pode ter mudado de figura e, aí, como estão em causa as pessoas, parece que devia-se passar à votação nominal. Já não pode entrar no problema das listas. Esta é a situação, muito embora a minha posição. E, não está em causa eu pegar nas palavras do Senhor Deputado Sidónio Carvalho, não. Porque na



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeação que nós temos que fazer, e que é por método de Hondt, também não temos currículos, também vamos votar sem saber quem as pessoas. Não está em causa isso. E, muito menos, na posição do Senhor Deputado Timóteo, porque também não tem que ter-se preocupação na votação das quatro pessoas. Têm maioria, votam, elegem. Não, não está em causa isso. Eu não me revejo nessa posição. Eu estou a ver só o ponto, o que se está a passar e a dar a minha opinião, e aquilo que é norma eu assistir. Só isso."-----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a lembrar que a proposta A era no sentido de que os nomes se constituíssem no número de pessoas necessário para a eleição para cada cargo, podendo dizer em lista, embora não fosse correcto; a proposta B no sentido da eleição nominal; e a proposta C de discutir o assunto numa próxima Assembleia. Entretanto, iniciou o processo de votação das três ideias transformadas em propostas, findo o qual anunciou que a proposta A tinha colhido vinte e cinco votos, a B quatro votos e a C seis votos.-----

----- Perante o resultado da votação, anunciou que a Mesa tinha uma proposta do Grupo Municipal do PSD para eleger quatro pessoas para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Anadia, nos termos da alínea i), do Artigo 2.º, da Portaria n.º 1226-DZ/2000, de 30 de Dezembro. Entretanto, e porque o Senhor Deputado já lhe tinha sido dada indicação para intervir, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, que concluiu o que de seguida se tenta transcrever na íntegra: "Só para dizer o seguinte. Eu fiz uma sugestão, não fiz uma proposta. Por uma razão muito simples, é que já sabia que se fizesse uma proposta era chumbada. Quando o Senhor Dr. põe à votação as três propostas, é evidente que a proposta maioritária tem que vencer. E, portanto, eu lamento que as pessoas, nas condições em que se encontram, ou pelo menos, eu me encontro, porque estamos aqui em reunião há cinco horas, cinco horas e tal. Tivemos a discutir temas interessantes. E, portanto, há, de facto, cansaço. Eu lamento que as pessoas não queiram discutir isto, discutir estas propostas todas com mais discernimento e com mais bom senso. Mas, de facto, Senhor Dr., peço desculpa, mas ao colocar as propostas à votação já sabia quem ganhava."-----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal recordou que o Senhor Deputado tinha votado uma proposta que tinha colocado à apreciação da Assembleia no sentido de votar as três propostas. Retomando a apresentação que estava a fazer, informou que a proposta do Grupo Municipal do PSD compreendia a Senhora Dr.ª Lídia Maria Ferreira de Oliveira (professora do Ensino Secundário e tinha sido Presidente da Assembleia Municipal), o Senhor Fernando Morais da Silva (anterior Deputado da Assembleia Municipal), Isabel Maria Macedo Ferreira Duarte (ex-enfermeira do Hospital de Anadia por aposentação) e Nelson Seabra de Oliveira (ex-Autarca), os quatro elementos que já faziam parte da actual Comissão. Tendo todos eles os respectivos termos de aceitação assinados, informou que os seus nomes iriam ser submetidos a uma aprovação na Assembleia Municipal, para a qual se tornava necessária a distribuição dos boletins, onde poderia ser inscrita a votação A, para além do voto em branco a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que poderiam sempre recorrer. Para o efeito, passou a chamar os Senhores Deputados para depositarem os respectivos boletins de voto nas urnas.

Concluído o processo de votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que o ponto seis da ordem do dia tinha sido aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor, três nulos e oito abstenções. Nessa conformidade, declarou que se consideravam nomeados para fazer parte da Comissão de Crianças e Jovens de Anadia os cidadãos Lídia Maria Ferreira de Oliveira, Fernando Morais da Silva, Isabel Maria Macedo Ferreira Duarte e Nelson Seabra de Oliveira, após o que deu por encerrado o ponto seis da ordem do dia.

De imediato, passou a apresentar o ponto sete da ordem do dia, "*Eleição de seis cidadãos de reconhecida idoneidade, devendo dois deles representar os estabelecimentos de ensino sediados no Município, para integrarem o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea I), do n.º 1, do Artigo 4.º, do Regulamento Definitivo do mesmo Conselho Municipal*", após o que informou o Plenário da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, a qual incluía os cidadãos José Abrantes Afonso (Director do Hospital de Anadia), Mário Augusto Ferreira Teixeira (Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Anadia), Dino Augusto Ferreira Rasga (em representação do ensino público do concelho), Maria Isabel Gomes Vieira Malheiro (em representação dos estabelecimentos do primeiro ciclo do concelho), Dário Manuel Farinha Tavares (em representação do ensino privado do concelho) e João José Dias Coimbra (ex-comandante dos Bombeiros Voluntários de Anadia). Entretanto, e seguindo o pressuposto da anterior eleição, passou a chamar os Senhores Deputados para depositarem os seus votos na urna. Concluído o processo, anunciou que o ponto sete da ordem do dia tinha sido aprovado por maioria, com vinte e oito votos a favor, dois votos nulos e cinco brancos, pelo que estavam nomeados para o Conselho Municipal de Segurança os cidadãos José Abrantes Afonso, Mário Augusto Ferreira Teixeira, Dino Augusto Ferreira Rasga, Maria Isabel Gomes Vieira Malheiro, Dário Manuel Farinha Tavares e João José Dias Coimbra. Logo após, deu o mesmo ponto sete por encerrado.

Seguidamente, passou a apresentar o ponto oito da ordem do dia, "*Eleição de um cidadão para integrar o Conselho Consultivo do Hospital José Luciano de Castro de Anadia, nos termos da alínea b), do n.º 1, do Artigo 16.º, do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto*", após o que informou o Plenário que tinha sobre a Mesa duas propostas: uma do Grupo Municipal do PSD, indicando o nome da Senhora Deputada Municipal Jennifer Nunes Pereira, que seria considerada como proposta A, e outra, do Grupo Municipal do PS, a propor o nome da Enf. Lígia Cristina de Azevedo Antunes Rolo, como proposta B. Decorrido o processo de votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou o resultado da mesma: vinte e quatro votos a favor da proposta A (Jennifer Nunes Pereira), nove votos para a proposta B (Enf. Lígia Cristina de Azevedo Antunes Rolo), um voto nulo e um branco. Anunciou, também, que tinha sido eleita a Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira e deu o ponto oito da ordem do dia por encerrado.

Passou, de imediato, a apresentar o ponto nove da ordem do dia, "*Eleição de um cidadão para integrar a Comissão Municipal prevista no n.º 4 do Artigo 7.º, da Lei n.º 12/2004, de 30 de*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Março, que estabelece o regime de autorização a que estão sujeitas a instalação e a modificação de estabelecimentos de comércio a retalho e de comércio por grosso em livre serviço e a instalação de conjuntos comerciais, após o que informou terem sido apresentadas três propostas à Mesa: uma do Grupo Municipal do PSD, indicando Leonildo Moreira da Silva Macedo, que passaria a ser denominada de proposta A; uma proposta do Grupo Municipal do PS, a indicar Acácio da Conceição Maçãs, e que passaria a ser tratada como proposta B; e uma terceira do Grupo Municipal do CDS-PP, a indicar Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, que passaria a ser denominada por proposta C. Findo o processo de votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou o resultado da mesma: vinte e quatro votos para a proposta A, oito votos para a proposta B, um voto para a proposta C e um voto em branco. Consequentemente, anunciou que tinha sido eleito o Senhor Leonildo Moreira da Silva Macedo para integrar a Comissão Municipal e deu o ponto nove da ordem do dia por encerrado.

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto dez da ordem do dia, "Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia que, em representação das Freguesias do Concelho, irá integrar o Conselho Municipal da Educação, conforme dispõe a alínea e), do n.º 1, do Artigo 3.º, do Regimento do mesmo Conselho Municipal", e informou ter sido apresentada à Mesa uma proposta por parte do Grupo Municipal do PSD, indicando Arménio de Almeida Cerca, que seria denominada por proposta A, e uma outra pelo Grupo Municipal do PS, indicando José Maria de Almeida Ribeiro, denominada de proposta B. Cumprido o procedimento de votação, anunciou que a proposta A tinha colhido vinte e cinco votos, a proposta B sete e tinham ainda sido registados um voto nulo e um branco. Como resultado, anunciou que tinha sido eleito o Senhor Arménio de Almeida Cerca para fazer parte do Conselho Municipal de Educação, após o que deu o ponto dez da ordem do dia por encerrado.

----- De imediato, passou a apresentar o ponto onze da ordem do dia, "Eleição de um autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, nos termos da alínea e), do n.º 2, do Artigo 157.º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto", e informou ter sido apresentada à Mesa uma proposta por parte do Grupo Municipal do PSD, indicando Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues, que seria denominada por proposta A, e uma outra pelo Grupo Municipal do PS, indicando Vitorino Duarte Ramos, denominada de proposta B. Decorrido o processo de votação, anunciou que a proposta A tinha colhido vinte e três votos, a proposta B oito e tinham ainda sido registados um voto nulo e um branco, e, consequentemente, anunciou que tinha sido eleito o Senhor Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues, após o que deu o ponto onze da ordem do dia por encerrado.

----- Seguidamente, passou a apresentar o ponto doze da ordem do dia, "Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia em representação dos seus pares para compor a Assembleia Distrital, de acordo com o previsto na alínea b), do Artigo 2.º, do Decreto-lei n.º 5/91, de 8 de Janeiro", e informou ter sido apresentada à Mesa uma proposta por parte do Grupo Municipal do PSD, indicando Mário Augusto Carreira Héleno, que seria denominada por proposta A, e uma outra pelo Grupo Municipal do PS, indicando José Cerveira Lagoa, denominada de proposta B.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cumprido o procedimento de votação, anunciou que a proposta A tinha colhido vinte e três votos, a proposta B oito e tinham ainda sido registados um voto nulo e uma abstenção. Como resultado, anunciou que tinha sido eleito o Senhor Mário Augusto Carreira Heleno para fazer parte da Assembleia Distrital, após o que deu o ponto doze da ordem do dia por encerrado.

----- Entretanto, passou a apresentar o ponto treze da ordem do dia, "Eleição de cinco membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – Baixo Vouga, nos termos da alínea b), do n.º 2, do Artigo 13.º, dos respectivos Estatutos", após o que chamou a atenção dos Senhores Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia para o facto de que, de acordo com aquele preceito legal, não poderiam exercer o direito de voto. Entretanto, informou o Plenário de que eram presentes para votação dois grupos de cidadãos, sendo que o Grupo Municipal do CDS-PP tinha apresentado apenas um cidadão, pelo que, tendo em linha de conta a decisão tomada anteriormente, não poderia ser considerada como proposta. Assim, deu a conhecer que o Grupo Municipal do PSD propunha António Rafael das Neves Timóteo, Maria Lúcia Braga Araújo, José Lagoa Duarte, Pedro Miguel da Costa Pereira Dias, Carlos Manuel Cruzeiro de Oliveira, que iria ser considerada como proposta A; o Grupo Municipal do PS propunha Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca, Rui António de Almeida Marinha, Mónica Rita Pimenta Lousado, Tiago Pereira Coelho e André Miguel Matos Beja Henriques, que seria considerada como proposta B. Decorrido o processo de votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a lista A tinha colhido doze votos e a lista B sete, logo, e de acordo com o método de Hondt, os Senhores Deputados eleitos eram, pela lista do Grupo Municipal do PSD, António Rafael das Neves Timóteo, Maria Lúcia Braga Araújo e José Lagoa Duarte, e pela lista do Grupo Municipal do PS, Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca e Rui António de Almeida Marinha. No final, deu ainda o ponto por encerrado.

----- Passou, logo, a apresentar o ponto catorze da ordem do dia, "Eleição de um representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho da Comunidade dos Agrupamentos dos Centros de Saúde (ACES) Baixo Vouga I, que integra os Centros de Saúde de Águeda, Anadia, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga, nos termos da alínea b), do n.º 1, do Artigo 31.º, do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro", após o que informou da apresentação de uma proposta por parte do Grupo Municipal do PSD, indicando César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, designada por proposta A, e de outra por parte do Grupo Municipal do PS, indicando Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca, designada por proposta B. Cumprido o procedimento de votação, anunciou que a proposta A tinha recolhido vinte votos e a proposta B oito votos, tendo sido também recolhidos um voto nulo e uma abstenção, pelo que tinha sido eleito o Senhor Deputado César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, indicado pelo Grupo Municipal do PSD, dando o ponto catorze da ordem do dia por encerrado.

----- Seguidamente, passou a apresentar o ponto quinze da ordem do dia, "Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, nos termos da alínea b), do n.º 1, do Artigo 3.º-D, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho", e informou o Plenário das duas propostas que tinham sido



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentadas à Mesa: uma do Grupo Municipal do PSD, indicando o nome António Manuel Pereira Duarte, que iria ser considerada, para efeitos de votação, como proposta A; e outra do Grupo Municipal do PS, indicando José Cerveira Lagoa, que passaria a ser designada por proposta B. Concluído o processo de votação, anunciou que a proposta A tinha colhido vinte e quatro votos, a proposta B seis, tendo existido ainda um voto nulo e dois brancos e que, por consequência, tinha sido eleito o Senhor António Manuel Pereira Duarte, dando também o ponto quinze da ordem do dia por encerrado.

----- Passou, de imediato, a apresentar o ponto dezasseis da ordem do dia, "Conflitos na junção e localização da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos e Secundária, de Anadia", tendo dado a conhecer ao Plenário que a inclusão do mesmo tinha sido solicitada pelo Grupo Municipal do CDS-PP, nos termos do Artigo 30.º, conjugado com o Artigo 3.º do RAMA, conforme requerimento que leu. Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que nos termos do RAMA o ponto tinha sido agendado, contudo, disse que a Mesa pretendia colocar à consideração da Assembleia Municipal o seguinte: o ponto proposto tinha sido entregue dentro dos prazos previstos no Regimento, Regimento esse que determinava que qualquer Deputado, dentro dos prazos legais, podia solicitar a inclusão de pontos a discussão, tendo sido nesse sentido que a Mesa tinha apreciado e incluiu o assunto requerido na ordem de trabalhos da Assembleia. Contudo, o proponente não tinha apresentado qualquer elemento que clarificasse em que número e/ou alínea do Artigo 3.º do RAMA se incluiu a sua pretensão; o proponente não entregou, a fim de dar cumprimento ao ponto seis do Artigo 30.º, qualquer documentação de suporte à discussão da sua pretensão para ser enviada a todos os elementos da Assembleia e assim se poder proporcionar a todos o conhecimento sobre os itens a discutir. Assim, embora possa reconhecer que o assunto em apreço seja de interesse para o futuro da educação no concelho, a constituição de agrupamentos de escolas não é, por força do Artigo 7.º do Decreto-Lei 75/2008, de 22 de Abril, da competência do Executivo Municipal ou carece de apreciação por parte da Assembleia Municipal. Assim sendo, declarou que a Mesa tinha dificuldades em manter o décimo sexto ponto e propunha que o mesmo fosse retirado e voltasse de novo à Assembleia, depois de devidamente justificado, ou pelo menos, documentado pelos seus proponentes. Pelo exposto, submeteu a proposta da Mesa a discussão.

----- Para uma primeira intervenção, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco que concluiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Pedido de esclarecimento. Efectivamente, dentro do prazo legal foi enviado este ponto para ser incluído na ordem do dia. Foi incluído na ordem do dia. É um assunto, é um assunto que, quanto a mim, não tem que ser documentado, é um assunto que pode ser discutido por esta Assembleia, pode ser apresentado pelos Deputados para ser discutido. O que me parece a mim que o Senhor Presidente da Mesa, e salvo o devido, salvo outro entendimento, outro melhor entendimento, o Senhor está-se a referir ao nº 6 do Artigo 30.º da RAMA. Pois é, mas o Artigo 6.º, e eu vou lê-lo, o nº 6 do Artigo 30.º diz o seguinte: a ordem do dia é entregue a todos os Deputados Municipais com a antecedência sobre a data do início da reunião de, pelo menos, dois dias úteis,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enviando-se-lhes a quem? Aos Deputados, em simultâneo, a respectiva documentação. Portanto, isto não é tarefa minha, nem dos Deputados, é tarefa da Mesa. É a Mesa que faz a entrega destes documentos. E, exactamente, e há outra questão. É que, se faltava o documento, não incluíam na ordem do dia. Incluíram-na na ordem do dia, tem que ser discutida. Esta Assembleia é soberana. E os Senhores sabem disso. Os Senhores Deputados sabem disso. Portanto, não queira, agora, permita-me dizer-lhe, mas a mim, não sei, se é com boa fé, não deve ser de certeza, porque se fosse com boa fé o Senhor aceitava a documentação que eu tenho aqui, que já me dispus a entregar a todos os Deputados, que é uma página de uma folha A4, de uma folha, uma página, eu entrego a todos os Deputados, para que seja ultrapassado, para que seja sanado este vício, que não foi da parte do CDS, que foi criado, porque quem se enganou foi a Mesa. A Mesa é que não incluiu na ordem do dia, não pediu a documentação no prazo que tinha para pedir, se eventualmente não queria incluir na ordem do dia, mas incluiu, e, agora, nós estamos na disposição de entregar ao Senhor Presidente e aos Deputados a documentação que consiste numa folha A4, metade de uma folha A4, para todos os Deputados poderem ler previamente. Portanto, Senhor Presidente, acho que não vale a pena estar a protelar este assunto mais."-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário da existência de duas propostas na Mesa: uma, da própria Mesa, para que o assunto fosse devidamente documentado e fundamentado para regressar a uma próxima sessão da Assembleia Municipal; e uma do Grupo Municipal do CDS-PP no sentido de manter a discussão do ponto. Passou, então, à votação das propostas, relembrando que uma seria para retirar o ponto da ordem do dia, para que o mesmo fosse devidamente fundamentado, documentado e estudado, pelas fundamentações atribuídas pela Mesa e, naturalmente, com o devido respeito pelo recurso apresentado pelo Senhor Deputado proponente; e outra para que o mesmo fosse mantido. Logo após, anunciou que a proposta da Mesa da Assembleia tinha sido aprovada com vinte e oito votos a favor, dois contra e um abstenção.-----

----- Apresentados os resultados e encerrado que estava o assunto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário que a líder do Grupo Municipal do PSD tinha apresentado uma proposta à Mesa de aprovação em minuta dos pontos dois, três, quatro e cinco da ordem de trabalhos e, desde logo, também, passou à sua votação. Concluída a votação, anunciou que a proposta do Grupo Municipal do PSD tinha sido aprovada por unanimidade, após o que deu por encerrado o período da ordem do dia.-----

----- Sem pedidos de intervenção do público, passou, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dizer o que tivesse por conveniente. O Senhor Presidente formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Senhores Deputados. É evidente que já alguns se foram embora, tinham Assembleias Municipais. No entanto, eu não queria deixar passar esta oportunidade, para desejar a todos, até porque isto apesar de toda esta guerrinha que se instala sempre nestas Assembleias, correu espectacularmente. Há muita gente aqui pela primeira vez e, portanto, parece que estiveram todos na disponibilidade de que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as coisas chegassem a bom termo. Aqui demonstra, exactamente, ainda a esta hora, às nove horas e tal, o quórum a manter-se aqui. Isto é realmente, é uma coisa a referir como positiva, e que eu, sinceramente, quem se porta assim, merece um Bom Natal e o Ano Novo que nos traga alguma coisa de melhor. Muito obrigado a todos."-----

----- Entretanto, também o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que pretendia referenciar duas questões, o que fez da forma que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Não quero roubar tempo nenhum a ninguém, todos nós estamos esgotados. Mas penso que não ficaria correcto se não referenciasse aqui, pelo menos, duas questões. Uma delas tem a ver com uma questão que faz parte, e aqueles que me conhecem sabem disso há muito tempo, faz parte da minha maneira de ser e de estar, não é meu hábito pedir desculpa a ninguém. De qualquer dos modos, é meu hábito evitar ter que pedir desculpas. Na realidade, no calor da nossa Assembleia, provavelmente porque também é a primeira vez que estou deste lado, é provável que tal, que possa ter havido qualquer desentendimento, ou qualquer situação menos correcta da minha parte. Como eu disse, as desculpas não se pedem, evitam-se, mas ficam aqui as minhas desculpas. Não queria deixar passar este momento se, além de agradecer, como o Senhor Presidente já fez, o facto de vocês se terem mantido de pedra e cal com quórum maravilhoso nesta Assembleia. Queria desejar, obviamente, a todos um Santo Natal, um Natal onde efectivamente não haja só coisas debaixo da árvore, ou dentro do sapatinho, mas também possamos, na realidade, criar condições, dentro de nós próprios, para uma coisa que eu considero fundamental, que é gostarmos de nós próprios. Se nós gostarmos de nós próprios, os outros gostarão também, porque isso será importante. E, em relação ao ano de dois mil e dez, aquilo que eu gostaria de vos desejar a todos, era essencialmente aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que o Senhor Presidente da Câmara os continuasse a apoiar e ajudar nas suas tarefas e nos seus projectos. E, a todos nós, um voto muito profundo de grandes êxitos profissionais e pessoais. Muito obrigado pela vossa presença. Mais uma vez, um Santo Natal e até à próxima Assembleia."-----

----- Nada mais havendo a tratar, deu de imediato por encerrada a sessão ordinária, quando eram vinte e uma horas e seis minutos, não sem antes agradecer a presença de todos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Segunda Secretária -
